

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



Tiago Frederico da Silva Ferreira
Aspirante a Oficial de Polícia

Trabalho de Projecto do Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXIV Curso de Formação de Oficiais de Polícia

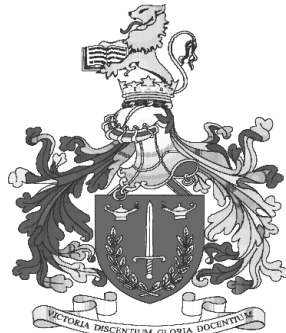
Monitorização de Fontes Abertas no Contexto da Investigação Criminal

- Redes Sociais -

Orientador
Comissário Tito Fernandes

Lisboa, 26 de Abril de 2012

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



Tiago Frederico da Silva Ferreira

Aspirante a Oficial de Polícia

Trabalho de Projecto do Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXIV Curso de Formação de Oficiais de Polícia

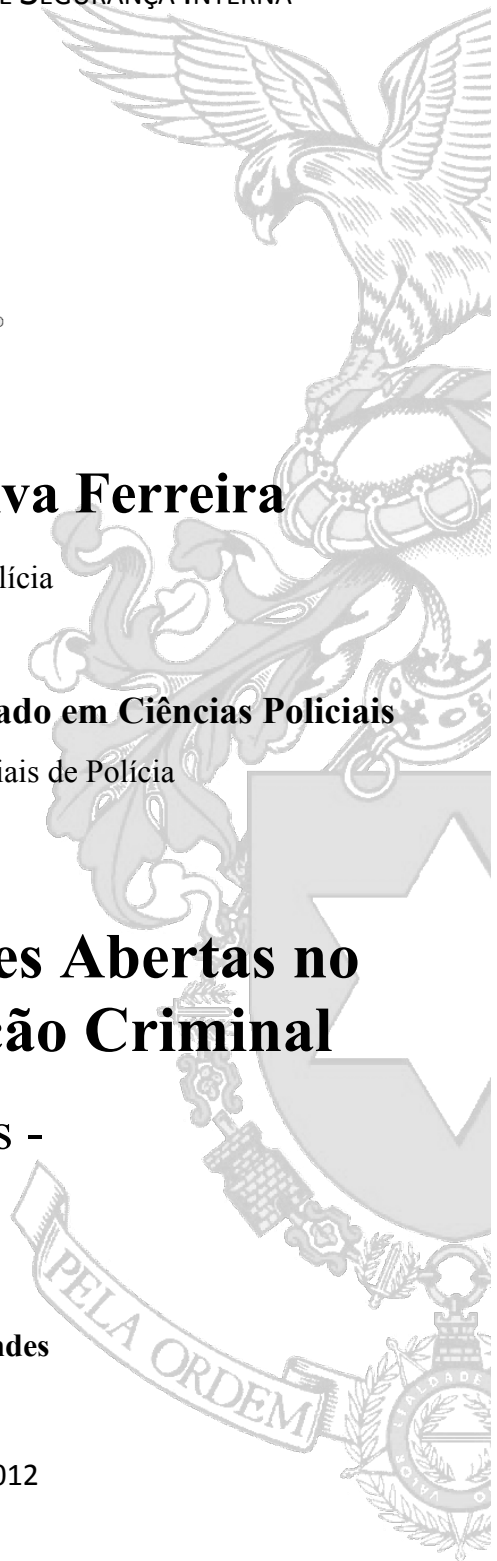
Monitorização de Fontes Abertas no contexto da Investigação Criminal

- Redes Sociais -

Orientador

Comissário Tito Fernandes

Lisboa, 26 de Abril de 2012





TIAGO FREDERICO DA SILVA FERREIRA

Aspirante a Oficial de Polícia

Instituto Superior de Ciências Policiais
e Segurança Interna

ORIENTADOR

COMISSÁRIO TITO EURICO MIRANDA FERNANDES

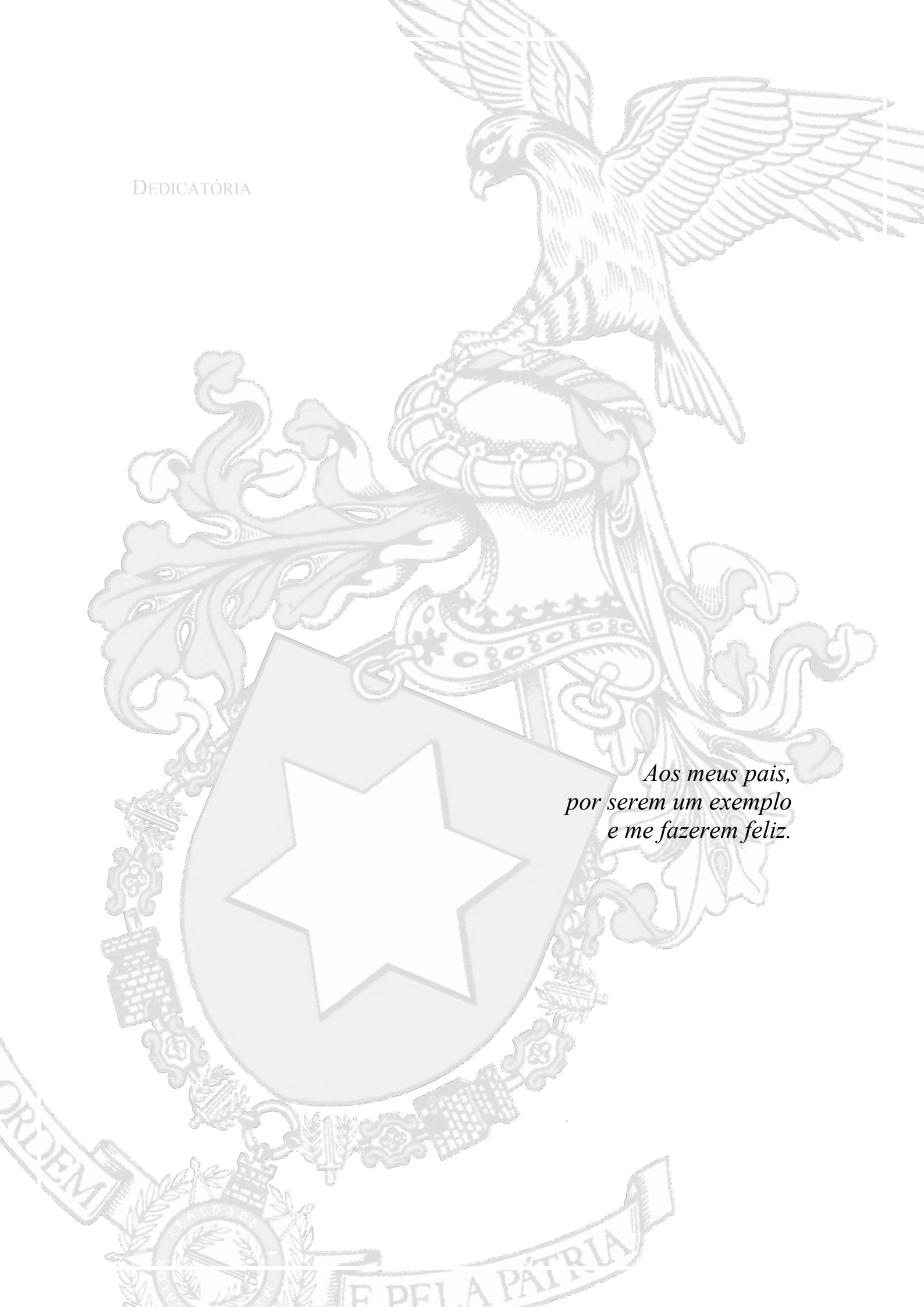
Departamento de Investigação Criminal da PSP

- Chefe do Núcleo de Análise Criminal -



DEDICATÓRIA

*Aos meus pais,
por serem um exemplo
e me fazerem feliz.*



EPÍGRAFE

*“Make thinks as simple as possible
but no simpler.”*

ALBERT EINSTEIN¹

¹ Citação atribuída ao Físico Teórico Alemão – Prémio Nobel da Física (1921)
Disponível em: <http://quoteinvestigator.com/2011/05/13/einstein-simple/#more-2363> [Acesso em 15 de Abril de 2012, às 03h00]

AGRADECIMENTOS

As minhas primeiras palavras de agradecimentos vão, *a fortiori*², para os meus pais. Sem o amor, carinho e todo o apoio que me deram ao longo dos anos, possivelmente não teria percorrido este caminho e chegado a este ponto. Sem nunca se demitirem da árdua tarefa de guiar o meu aproveitamento escolar disponibilizaram-me o necessário para que dependesse só de mim, acreditando sempre no meu sucesso. Incutiram-me o sentido de responsabilidade, que hoje me orgulho de ter, sempre com a liberdade de eu próprio escolher o meu caminho. Por estas razões são o meu orgulho, e tudo farei para nunca os desiludir. A vocês dedico esta vitória, pois merecem toda a minha gratidão, amor e respeito. Obrigado por tudo.

De seguida, as minhas palavras vão obrigatoriamente para a pessoa que mais atenção merece, a minha linda mulher. Sofia, antes de um agradecimento devo-te um sincero pedido de desculpa pela minha permanente ausência, por ao longo destes cinco anos de percurso académico não ter despendido do tempo e atenção em teu proveito, como também eu desejaria, e que, indiscutivelmente mereces. Só posso agradecer-te da forma mais intensa possível, a paciência, dedicação, amizade e amor com que sempre me mimoseaste. É a ti que devo a realização deste trabalho, pelo permanente apoio apesar da minha ausência quase real, pelo tempo que não viveste para não me deixar sozinho, pelo carinho com que sempre suportaste as más disposições, nervosismos e horas mais difíceis. Espero agora conseguir compensar todo o amor e atenção que agora mereces.

À minha irmã, pelo total apoio e pelo sentido de protecção e preocupação que inconscientemente me fez conquistar.

Aos meus sogros, pelo amparo, e em especial ao meu sogro pelo atento e preocupado acompanhamento de todo o meu percurso académico e profissional e pelos sempre concertantes conselhos, sugestões e críticas, resultado do seu enorme e reconhecido profissionalismo, pelo exemplo e motivação que me deu para, mais do que nunca, querer ser Oficial da Polícia de Segurança Pública.

Por detrás das nossas realizações pessoais, além de um considerável esforço próprio, está um conjunto de contribuições, apoios, sugestões e críticas vindos de pessoas que assumem, no caso presente, uma valia tão preciosa que, sem elas, com toda

² Significa “por razão mais forte”.

a certeza, teria sido muito difícil chegar a um bom resultado. Neste sentido, não posso deixar de mencionar o nome de algumas pessoas no sentido de constituir um preito de justiça e homenagem.

Ao Comissário Tito Fernandes, pelo voto de confiança e por ter aceitado o desafio de ser meu orientador, pela orientação séria e meticulosa, pela crítica construtiva e disponibilidade em todos os momentos, pela amizade, colaboração, dedicação e apoio com que sempre me distinguiu.

À Professora Paula Espírito Santo, pela sempre pronta resposta às solicitações e pontual orientação.

Ao meu primo Rui Silva pela pontual e preciosa ajuda.

Um especial e reconhecido agradecimento aos meus camaradas e amigos, Joel Araújo, Tiago Sales, Hugo Abreu, Fábio Mota, Manuel Fernandes, Márcio Romana e João Frias pelo contínuo apoio, incentivo e motivação que comigo partilharam. Que as amizades sempre se preservem, pois, mais importante que fazer novos amigos, é conservar os que já temos.

Aos meus amigos que me acompanharam, compreenderam, comigo privaram e conviveram nos últimos anos, pelo apoio e estímulo que sempre me garantiram.

Aos meus camaradas e colegas do XXIV CFOP, com quem aprendi muito ao longo dos últimos cinco anos. Aos alunos e ex-alunos que conheci e com quem tive o prazer de partilhar vários momentos de boa disposição.

Ao Instituto Superior de Ciências Policiais de Segurança Interna, “casa-mãe”, e Escola Prática de Polícia por me ensinarem muito do que sou hoje.

A todos os que mencionei e a quem, inconvenientemente, me possa ter esquecido, MUITO OBRIGADO!

Tiago Frederico da S. Ferreira

RESUMO

O mundo em que vivemos sofreu alterações estruturais que transfiguraram relações sociais e padrões ético-culturais a todos os níveis. Concomitantemente a Revolução tecnológica centrada no desenvolvimento da electrónica e das tecnologias de informação e inteligência artificial alterou por completo as noções de tempo, espaço e território, conduzindo a novos modelos sociais. Vivemos no primado da tecnologia e da informação, a Polícia não pode nem deve alhear-se do desenvolvimento, com base no prisma evolutivo, deve fazer-se valer das vantagens que resultam da exploração dos meios que nos ligam à corrente contemporânea.

As fontes abertas são uma fonte inesgotável de informação e abriram portas a uma nova forma de promoção e divulgação do fenómeno criminal. Verifica-se hodiernamente uma promoção vulgarizada e radicalmente nova de publicidade criminal.

É premente aliviar o alarme social e a perversidade circunstancial que começa a ganhar forma roçando o conceito de “Moda”³, sob pena de estarmos a contribuir para o sentimento de insegurança e de impunidade.

PALAVRAS-CHAVE:

Investigação Criminal; Informações; Monitorização; Redes sociais; Conhecimento

³ As aspas são nossas.

ABSTRACT

The social relations as well as the ethical and cultural patterns of our society are deeply shaped by a rapidly and constantly changing world. At the same time the technological revolution that is rooted in the fast paced developments in electronics, information technology and artificial intelligence has permanently changed our notions of time, space and territory, leading to a new social paradigm. Technology and information take a central role in the modern society and the Police forces cannot and should not be kept aside of this development. Instead, we should explore the advantages that arise from the correct use of the tools available in the contemporaneous world.

The open sources intelligence in today's world are limitless and they open the door to a new *modus operandi* in what concerns the promotion and spread of criminal activities. We have already started to observe the standardization of a new form of criminal advertising.

It is imperative to reduce the social alarm and perversity that is starting to take place and that resembles the concept of Fashion. Not acting immediately could jeopardize security and contribute to a feeling of impunity.

KEY-WORDS:

Criminal investigation; Information; Monitoring; Social networks; Knowledge.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|--------|---|
| APC | - Autoridade de Polícia Criminal |
| AJ | - Autoridade Judiciária |
| CIA | - <i>Central Intelligence Agency</i> |
| CP | - Código Penal |
| CPP | - Código de Processo Penal |
| CRP | - Constituição da República Portuguesa |
| DACO | - Divisão de Análise e Cooperação (PSP) |
| DCIC | - Divisão de Coordenação de Investigação Criminal (PSP) |
| DIAP | - Departamento Investigação Acção Penal |
| DIC | - Departamento de Investigação Criminal (PSP) |
| DIC | - Divisão de Investigação Criminal (PSP) |
| DIP | - Departamento de Informações Policiais (PSP) |
| DPTAC | - Divisão de Polícia Técnica e Análise Criminal (PSP) |
| DSGI | - Divisão de Segurança e Gestão da Informação (PSP) |
| DUDH | - Declaração Universal dos Direitos do Homem |
| EUA | - Estados Unidos da América |
| GIRP | - Gabinete de Imprensa e Relações Públicas (PSP) |
| GIS | - <i>Geographic Information System</i> |
| GNR | - Guarda Nacional Republicana |
| HUMINT | - <i>Human Intelligence</i> |
| IC | - Investigação Criminal |
| IMINT | - <i>Imagery Intelligence</i> |
| JIC | - Juiz de Instrução Criminal |
| LOIC | - Lei de Organização da Investigação Criminal |
| LOPSP | - Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública |
| LSI | - Lei de Segurança Interna |
| MP | - Ministério Público |
| NAC | - Núcleo de Análise Criminal (PSP) |
| NTIC | - Novas Tecnologias de Informação e da Comunicação |
| OPC | - Órgão de Polícia Criminal |
| OSINT | - <i>Open Sources Intelligence</i> |

| | |
|----------|---|
| PIDE/DGS | - Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direcção-Geral de Segurança |
| PJ | - Polícia Judiciária |
| PSP | - Polícia de Segurança Pública |
| PVDE | - Polícia de Vigilância e Defesa do Estado |
| SEI | - Sistema Estratégico de Informações - Gestão e Controlo Operacional |
| SIGINT | - <i>Signals Intelligence</i> |
| SIIC | - Sistema Integrado de Informação Criminal |
| SIED | - Serviço de Informações Estratégicas de Defesa |
| SIEDM | - Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares |
| SIM | - Serviço de Informações Militares |
| SIS | - Serviço de Informações de Segurança |
| SIRP | - Sistema de Informações da República Portuguesa |
| SSI | - Sistema de Segurança Interna |
| UIIC | - Unidade de Informação e Investigação Criminal (PJ) |
| WWW | - <i>World Wide Web</i> |

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| 1. Apresentação, justificação e objectivo do estudo | 1 |
| 2. Metodologia | 3 |
| 3. Estrutura do trabalho..... | 4 |
| CAPITULO I – AS INFORMAÇÕES | 5 |
| 1. O VÍNCULO FUNCIONAL | 5 |
| 2. CONCEITOS E CARACTERIZAÇÃO | 6 |
| 2.1 Informação versus Notícia | 8 |
| 3. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS INFORMAÇÕES EM PORTUGAL..... | 9 |
| 4. A ESTRUTURA DE INFORMAÇÕES NA PSP | 12 |
| 5. AS INFORMAÇÕES NO ÂMBITO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL..... | 14 |
| CAPITULO II – INTELIGÊNCIA DAS FONTES ABERTAS..... | 18 |
| 1. DA ARPANET À INTERNET..... | 18 |
| 2. A INTERNET NA SOCIEDADE INFORMACIONAL E COMUNICACIONAL | 20 |
| 3. A SOCIEDADE EM REDE..... | 24 |
| 3.1 Redes Sociais – Conceito e contextualização | 26 |
| 3.2 O exemplo facebook | 28 |
| CAPITULO III – MONITORIZAÇÃO..... | 31 |
| 1. INFORMAÇÕES POLICIAIS | 31 |
| 1.1 Direcção e Planeamento..... | 33 |
| 1.2 Pesquisa de Notícias | 33 |
| 1.3 Processamento de Notícias | 34 |
| 1.4 Exploração das Informações | 35 |
| 2. INFORMAÇÕES E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL | 36 |
| 3. INFORMAÇÕES CRIMINAIS | 38 |
| 3.1 A análise de informações de investigação criminal..... | 39 |
| 3.2 Formas de Análise Operacional | 44 |
| 3.3 Desenvolvimento de hipóteses, teses e recomendações | 48 |
| 4. CONCLUSÃO CAPITULAR | 49 |

| | |
|--|----|
| CAPITULO IV – NOTÍCIA DO CRIME | 51 |
| 1. DA INTERVENÇÃO POLICIAL NO ÂMBITO CRIMINAL | 51 |
| 2. DA NOTÍCIA DO CRIME..... | 52 |
| 3. DA COMUNICAÇÃO DA NOTÍCIA DO CRIME..... | 54 |
| 4. DA PROVA | 55 |
| 5. ESTUDO DE CASO - “CASO <i>FACEBOOK</i> ” | 58 |
| CONCLUSÃO..... | 61 |
| BIBLIOGRAFIA | 64 |
| JURISPRUDÊNCIA..... | 69 |
| LEGISLAÇÃO | 70 |
| SÍTIOS DA INTERNET..... | 70 |
| ANEXOS | 1 |
| ANEXO A..... | 2 |
| ENTREVISTAS | 2 |
| Comissário Paulo Flor | 3 |
| Superintendente Pedro Clemente..... | 9 |
| Subintendente Dário Prates..... | 12 |
| Dr. ^a Maria José Morgado | 15 |
| Sr. Dr. Ramos Caniço | 20 |
| Intendente Luís Fiães Fernandes..... | 25 |
| Subintendente Manuel Guedes Valente | 27 |
| ANEXO B | 32 |
| Exemplo de Matriz Comparativa | 32 |
| Exemplo de Matriz de Associações e Diagrama de Conexões | 33 |
| ANEXO C – CASO <i>FACEBOOK</i> | 34 |
| Transcrição de partes do Acórdão relativo ao “Caso facebook” | 34 |
| “Geração like – Uma geração de mau gosto?” | 35 |
| ANEXO D – COMPILAÇÃO DE ARTIGOS/NOTÍCIAS RELEVANTES | 36 |
| “Jovem Agredido por já não Roubar” | 36 |
| “Caça à Polícia nas redes sociais em Espanha” | 36 |
| “Redes sociais a favor da Polícia de Nova York” | 37 |

| | |
|--|----|
| “Premiê britânico sugere dar maiores poderes à polícia nas redes sociais” | 38 |
| “PSP atenta a redes sociais e grupos radicais para a manifestação de sábado” | 39 |
| “Governo britânico quer apertar vigilância na Internet” | 40 |
| Notícia do Expresso online | 41 |
| “O seu novo amigo no Facebook pode ser um agente do FBI” | 42 |
| “PGR sem meios para casos como o do vídeo de agressão violenta a jovem em Benfica” | 44 |
| “PSP identifica jovem agredida em escola, familiares não querem fazer queixa” | 45 |
| ANEXO E – PUBLICAÇÃO <i>ONLINE</i> DE VÍDEO | 47 |
| ANEXO F – RECORTES DE JORNAL | 48 |
| Jovem agredido por já não roubar..... | 48 |
| Mensagens no facebook acabaram em estalada em escola da Azambuja..... | 49 |
| PSP prende autor de vídeo que agrediu jornalista | 49 |
| Filmam agressão a aluna na escola | 50 |
| Aluno ameaçado pelo facebook | 51 |

INTRODUÇÃO

1. Apresentação, justificação e objectivo do estudo

A sociedade da informação e o grande progresso tecnológico vieram intensificar as ameaças tradicionais e abriram portas a um novo modo de divulgação de informação, veiculada através das inúmeras redes sociais existentes na *internet*. Essa divulgação é muitas vezes feita de forma leviana e fez surgir uma forma de publicação vulgarizada e radicalmente nova, que nos conduz a novos fenómenos de insegurança.

A *internet* como impulsora da informação e conhecimento pode desenvolver-se numa vertente propiciadora de crimes e práticas sociais reprováveis e serve de veículo na distribuição da informação, preceituando a interligação dos sistemas, dando origem a comunidades virtuais de conhecimento, as redes sociais, que indubitavelmente sugerem-nos o estudo da potencial monitorização das fontes abertas. Com forte sustentação na disponibilidade e velocidade com que flui a informação no ciberespaço, com a característica marcante de que neste tipo de fonte - redes sociais - o conteúdo é gerado pelo próprio utilizador.

Graças às redes sociais, é possível saber exactamente aquilo que as pessoas andam a fazer e vice-versa, em alguns casos em tempo real, como é também a percepção de PAULO FLOR e MARIA JOSÉ MORGADO⁴. É muito fácil adicionar novas fotografias ou pequenos vídeos e publicar uma referência geográfica, dando informação acerca da nossa precisa localização. Existem inúmeras redes sociais, desde pequenos grupos de apenas centenas de utilizadores até grandes plataformas com milhões de utilizadores, contas e perfis. Em virtude de não ser exequível um estudo preciso de todas as redes sociais existentes, faremos uma pequena referência, a título de exemplo, à maior e mais popular rede social da actualidade, o *facebook*. É nossa convicção que os resultados que iremos obter facilmente se moldam às inúmeras plataformas existentes.

Actualmente, estamos na fase preambular do alcance que esta matéria merece, sendo plenamente indispensável ter uma posição orientada em dois estádios, como sejam a opinião de alguns magistrados do Ministério Público/DIAP na sua apreciação da temática em estudo, bem como na análise, mais técnica, de algumas individualidades

⁴ Cfr. demonstrado nas entrevistas realizadas (anexo A).

de reconhecido valor na área policial, seja no contexto da Investigação Criminal e nos domínios das Informações e da Imprensa e Relações Públicas..

De forma sintetizada, a escolha do tema resultou mormente por três (3) razões:

- Do aumento gradual e da divulgação de informações/dados que apresentam ou expõem suspeitos da prática de crimes e/ou matéria criminal.
- Dos limites que existem à recolha e ao tratamento de informações/notícias, bem como a orientação que lhes é aplicada.
- Da relevância das informações/notícias para a actividade policial, em especial no âmbito de um inquérito-crime.

O nosso objecto de estudo debruça-se na recolha, análise e tratamento da informação com recurso às diversas fontes abertas disponíveis a qualquer cidadão, bem como na compreensão da sua relevância, no intuito de orientar a actuação policial na identificação de suspeitos e no combate à criminalidade.

Consideramos imprescindível ainda compreender, na condição policial, em que ponto nos encontramos relativamente ao que é legalmente permitido e quais as carências que se fazem notar, assim é nossa intenção procurar perceber de que forma as redes sociais interagem e intervêm no trabalho policial como fontes de informação e como meios vinculadores da mensagem, ou mesmo da notícia de crimes transmitidos pelas fontes originais.

Nesta sequência abordamos os seguintes tópicos de análise:

- Importância e impacto das redes sociais na prática ou na divulgação de delitos.
- No reconhecimento das redes sociais como fontes de informação/notícias.
- No aproveitamento/benefício que obtemos com a partilha imponderada de informação.

O objectivo a que nos propomos passa igualmente pela precisa definição dos vários conceitos abordados, onde incluímos fontes abertas e redes sociais.

A hipótese por nós levantada, antecipa a resposta de sustentar a promoção de investigações resultantes da abertura de inquéritos com base na monitorização de fontes abertas, na recolha, análise e tratamento de informações/notícias provenientes de fontes abertas, mormente as originárias de redes sociais.

2. Metodologia

Para a realização deste trabalho, recorreremos, maioritariamente, ao teor essencialmente teórico já existente, do qual se procedeu à recolha de uma extensa revista bibliográfica, de modo a obter um completo entendimento sobre a matéria de estudo. A pesquisa, análise e investigação de legislação e bibliografia nacional e estrangeira atinente ao tema foram, numa fase inicial, o nosso principal instrumento de trabalho.

Numa fase posterior, a percepção do problema por parte de entidades de reconhecido valor na matéria, sustentam a nossa abordagem e nesta sequência recorreremos ao método de entrevistas formais (em anexo - A), devidamente estruturadas para o nosso objecto de estudo, assim contámos com entrevistas realizadas ao/à:

- Sr. Director do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI) – Superintendente PEDRO CLEMENTE;
- Sr. Director do Departamento de Informações Policiais – Intendente LUIS FIÃES FERNANDES;
- Sr.^a Dr.^a MARIA JOSÉ MORGADO – Procuradora-Geral Adjunta DIAP;
- Sr. Dr.^o RAMOS CANIÇO – Director da Unidade de Informação e Investigação Criminal (UIIC) da Polícia Judiciária em conjunto com o Sr. Inspector-Chefe PAULO GOMES – Chefe da Brigada de Análise da UIIC;
- Sr. Director do Centro de Investigação do ISCPSI – Subintendente MANUEL GUEDES VALENTE;
- Sr. Chefe da Divisão de Coordenação de Investigação Criminal do DIC – Subintendente DÁRIO PRATES;
- Sr. Director do Gabinete de Imprensa e Relações Públicas da PSP (GIRP) – Comissário PAULO FLOR.

Contámos ainda com uma conversa informal com o Sr. Dr. CARLOS FIGUEIRA – Procurador do DIAP e responsável no “caso *facebook*”.

As respetivas reflexões e considerações enriqueceram o trabalho e ajudaram a auxiliar e sustentar a nossa convicção.

3. Estrutura do trabalho

O nosso estudo assenta essencialmente em duas fases distintas, procurámos abordar uma vertente contextual e uma componente empírica. Na vertente contextual diligenciámos pelo enquadramento conceptual da matéria em questão, quanto à componente empírica. O estudo encaminhar-se-á de maneira a que possamos recolher dados apreciáveis que nos conduzam no sentido de sustentar a nossa convicção, comprovando ou não a hipótese levantada.

Nesta ordem de trabalhos, a metodologia adoptada compreende três (3) partes, a Introdução, o Desenvolvimento e a Conclusão. Na introdução visamos problematizar tão-somente a investigação em estudo. No desenvolvimento pretendemos encontrar e justificar respostas ao longo de quatro capítulos, que arquitectam o nosso trabalho. Na conclusão aspiramos destacar as principais considerações e conclusões que foram possíveis recolher do estudo levado a cabo, e que ajudam a sustentar a nossa convicção.

Sintetizando, no primeiro capítulo (I), será feita obrigatoriamente a apresentação da investigação a que nos propomos, enquadrando e contextualizando a matéria em estudo e clarificando alguns conceitos que nos parecem relevantes e demonstram ser importantes.

No segundo capítulo (II) ambicionamos, determinar os pontos-chave e de interesse para o nosso estudo, através de uma análise cuidada sobre o surgimento das NTIC e, em específico, da notoriedade conseguida com as redes sociais, sempre apoiados no que de mais desenvolvido podemos encontrar sobre esta matéria, de modo a firmar a nossa convicção, recorrendo a uma cuidada revisão de publicações, trabalhos e artigos.

O terceiro capítulo (III) está destinado ao total enquadramento policial estreitando a nossa linha de orientação, estabelecendo a ponte entre as fontes abertas (Redes sociais) e a Investigação Criminal, que irá resultar da monitorização das fontes abertas para recolha e análise de informações com relevância policial, e depreender o alcance que nos é legalmente permitido.

No quarto capítulo (IV), podemos enquadrar a verdadeira formulação do problema de investigação, e faremos a abordagem directa à questão central do nosso trabalho. Este capítulo conta ainda com um “estudo de caso” que reflecte muito da interpretação que tentamos desenvolver.

CAPITULO I – AS INFORMAÇÕES

1. O vínculo funcional

A Polícia de Segurança Pública⁵ (PSP) tem por funções a legalidade democrática, garantir a segurança, ordem e tranquilidade públicas e os direitos dos cidadãos, conforme suporta a nossa Constituição da República Portuguesa⁶ (CRP) e a Lei Orgânica de PSP⁷ (LOPSP).

Serve esta primeira nota quanto ao papel da PSP para nos situarmos relativamente ao nosso objectivo de estudo e perceber a ligação com as funções policiais, naquilo que é a vida em sociedade.

A segurança interna é a actividade desenvolvida para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, cumprindo assim o plasmado na Lei de Segurança Interna⁸ (LSI). A defesa dos direitos dos cidadãos não é mais que o dever e a obrigação de protecção pública dos direitos fundamentais, articulada com o direito à segurança⁹. Estes direitos apresentam-se como o fim e o limite da actividade policial.

A segurança interna e as informações estão estreitamente unidas e vinculam a nossa actuação, na medida em que uma é o suporte da outra, conforme declara PEDRO CARDOSO assumindo que “Para se estar em condições de fazer face às ameaças que pesam sobre a segurança da nação, há absoluta necessidade de manter um serviço de informações que tenha capacidade de pesquisar notícias sobre as capacidades, a oportunidade de desencadeamento de acções e as probabilidades de sucesso das organizações, dos movimentos, das frentes e das brigadas potencialmente hostis.” (CARDOSO, 2004: 82).

Fazendo uma pequena análise aos vários diplomas já enunciados, podemos afirmar que a política de segurança interna é de “natureza interministerial e interdisciplinar”, desenvolvendo-se em quatro domínios, que “embora complementares, são distintos”, as informações, a prevenção, a ordem pública e a investigação criminal,

⁵ A 02 de Julho de 1867, por decreto do Rei D. Luis I, com a publicação da Lei que criou o Corpo de Polícia Civil, estavam lançadas as bases para actual Polícia de Segurança Pública.

⁶ Vide Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto (sétima revisão constitucional). A Assembleia Constituinte, reunida na sessão plenária de 2 de Abril de 1976, aprova e decreta a Constituição da República Portuguesa (CRP)

⁷ Vide Lei n.º 53/2007, de 31 de Agosto – Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública (LOPSP)

⁸ Vide Lei n.º 53/2008, de 04 de Setembro – Lei de Segurança Interna (LSI)

⁹ Cfr. art.º 27.º n.º 1 da CRP

conforme sustentam LUÍS FERNANDES e MANUEL VALENTE (FERNANDES e VALENTE, 2005: 33).

É esta complementaridade que caracteriza a actividade policial e revela que as informações são o meio essencial para a actividade de segurança interna.

Sem querermos afastar a cabal função a que se dedicam outros organismos do Estado, e mais concretamente à actividade de pesquisa e recolha de informações, como por exemplo o Sistema de Informações de Segurança¹⁰ (SIS), é nossa convicção que essa função não se esgota nesses outros organismos. A actividade de segurança interna assenta num equilíbrio entre todos os serviços como considera o Prof. Dr. RUI PEREIRA ex-Ministro da Administração Interna, ao afirmar que “o monopólio atribuído aos serviços de informações em matéria de informações de segurança não obsta a que os Órgãos de Polícia Criminal (OPC) produzam informações prospectivas instrumentais da Investigação Criminal (IC)” (PEREIRA *cit in* SOUSA, 2006: 5). Entendemos pois que “o conceito de informações, no âmbito da segurança interna, deve ser entendido numa dupla vertente: enquanto actividade destinada à produção de informações de segurança (desenvolvida exclusivamente pelos serviços de informações (...)) e enquanto actividade instrumental, destinada a contribuir para a investigação criminal, segurança e ordem públicas” (FERNANDES e VALENTE, 2005: 34).

2. Conceitos e caracterização

O conceito de informações é bastante amplo, e pode ter diversas interpretações, sendo pois relevante compreender a diferença entre alguns conceitos que nos parecem importantes, desta forma, esclarecê-los e reduzi-los apenas à perspectiva policial no âmbito da investigação criminal.

Neste sentido, importa distinguir os conceitos de Dados, Informação e Conhecimento, para entender todo o processo de tratamento a que a informação é sujeita.

Por Dados entende-se toda a primeira recolha directa de qualquer tipo de informação não estruturada, são recolhidos de forma sistemática, sequencial e não respeitando qualquer tipo de critério ou objectivo. Por vezes dão origem a bases de dados de pouca qualidade, valores omissos ou incorrectos, que consomem muito tempo

¹⁰ A actual lei que regula o regime jurídico aplicável ao SIS é a Lei n.º 9/2007, de 19 de Fevereiro. Lei Orgânica do SIS revogada: Decreto-Lei n.º 225/85, de 4 de Julho, alterado pelos Decretos-Leis n.º 369/91, de 7 de Outubro, e 245/95, de 14 de Setembro.

para uma eventual correcção, como afincadamente alerta MANUEL GUEDES VALENTE nas respostas à entrevista que lhe foi dirigida (anexo A).

São ainda definidos como “representações não estruturadas que poderão ou não ser pertinentes ou úteis numa determinada situação. Por outras palavras, são apenas elementos ou valores discretos que isoladamente não têm qualquer utilidade e cuja simples posse não assegura a obtenção de quaisquer benefícios” (VARAJÃO, 1998:45).

Considerando ainda outro posicionamento, “são factos, eventos, imagens ou sons que podem ser pertinentes ou úteis para o desempenho de uma tarefa, mas que por si só não conduzem a uma compreensão de determinado facto ou situação” (RASCÃO, 2001: 17).

Outro conceito imprescindível de abordar é o de Informação, que se define por “todos os dados já agrupados de forma estruturada e com determinado critério”. A informação é o estado inicial que “alimenta”¹¹ o modelo preditivo (*inputs*). Para VARAJÃO e AMARAL, informação “é aquele conjunto de dados que quando fornecido de forma e a tempo adequado, melhora o conhecimento da pessoa que o recebe, ficando ela mais habilitada a desenvolver determinada actividade ou a tomar determinada decisão” (VARAJÃO e AMARAL, 2000: 8).

Para KING e KRAEMER, a informação deve ser gerida da mesma forma que os restantes recursos da organização e à semelhança de outros bens económicos (KING e KRAEMER *cit in* VARAJÃO e AMARAL, 2000: 9). Ainda de acordo com LE MOIGNE, a informação é um “objecto formatado, criado artificialmente pelo homem, tendo por finalidade representar um tipo de acontecimento identificável por ele no mundo real, integrando um conjunto de registos ou dados e um conjunto de relações entre eles, que determinam o seu formato” (LE MOIGNE *cit in* RASCÃO, 2001: 18).

A informação devidamente interpretada dá lugar ao conhecimento, com base na alimentação “fornecida”¹². Assim, o Conhecimento é outro conceito relevante, resultado da interpretação do modelo preditivo, é o objectivo da informação útil. JOSÉ RASCÃO entende que “conhecimento é uma combinação de instintos, ideias, regras e procedimentos que guiam as acções e as decisões” (RASCÃO, 2001: 17). Para STEVEN, a definição de conhecimento passa ainda pela “capacidade de uma pessoa relacionar estruturas complexas de informação para um novo contexto, novos contextos implicam mudança – acção, dinamismo. O conhecimento não pode ser partilhado, embora a

¹¹ As aspas são nossas.

¹² As aspas são nossas – entenda-se *inputs*.

técnica e os componentes da informação possam ser partilhados” (STEVEN *cit in* RASCÃO, 2001: 19).

A compreensão do termo informações é extensa, e é inevitável aludir a outros conceitos, como é o termo inglês *intelligence*, como sendo toda a informação já trabalhada e quando nos referimos a “um certo tipo de conhecimento e a organizações cuja função é obtê-lo ou negá-lo. Destas três categorias – conhecimento, actividade e organização – a primeira é a mais importante” (SHULSKY, 1993: 189).

Fazendo notar a posição de diferentes autores, apontamos outro de reconhecido valor quanto a este conceito, VERNON WALTERS, que assumiu o cargo de director adjunto da *Central Intelligence Agency*¹³ (CIA) de 1972 a 1976, o qual considera que “*intelligence* é informação, nem sempre ao alcance do público em geral, relacionada com as forças, recursos, capacidades e intenções de um país estrangeiro e que pode afectar as nossas vidas e a segurança do nosso povo” (WALTERS, 1978: 621).

Outra perspectiva, embora na mesma linha de pensamento relativamente à amplitude do conceito de VERNON WALTERS é a definição feita por ANTÓNIO BISPO, que refere que “as informações consistem na análise da informação no sentido da obtenção de conhecimento, constituem-se como patamar acima da informação, como o trabalho efectuado sobre os dados para lhes dar sentido no quadro dos propósitos a quem ele serve, seja o Estado, a Polícia ou um serviço. É uma compreensão da informação relacionada, organizada e contextualizada” (BISPO, 2004: 77).

2.1 Informação *versus* Notícia

É manifesta a “batalha linguística”¹⁴ com que nos deparamos e que se prende com dois termos que têm fronteiras muito ténues. Com a modernização do tempo, na era da informação, prolifera a disponibilidade de informações e somos bombardeados com “rios”¹⁵ de informação, e na mesma medida por imensas notícias que nos chegam pelas mais diversas formas, quer seja a através de jornais, telejornais, revistas, rádios. Contudo, é conveniente ter presente que falar de informações não é o mesmo que falar de notícias, porém com outra opinião, PAULO FLOR dá-nos a sua percepção na resposta à pergunta três da entrevista que lhe foi dirigida (anexo A).

¹³ Agência Central de Inteligência (CIA), criada em 1947 nos EUA, tem como atribuições a responsabilidade sobre Informações de Segurança Nacional, monitorizando a inteligência estrangeira (Serviços de Informações Estrangeiros)

¹⁴ As aspas são nossas.

¹⁵ As aspas são nossas.

“Informações diferem de Notícias na medida em que a primeira é o resultado do processamento e tratamento da segunda” (GARCIA, 2009: 11). Podemos considerar Notícia “qualquer facto, documento ou material, cujo conhecimento se revele susceptível de ter interesse para as finalidades de actuação de um serviço de informações” (SHULSKY, 1993: 189).

É através da recolha de notícias que, na maioria das vezes, se obtém Informações. Numa perspectiva policial, e usando da definição de RUBEN MEDEIROS, entendemos Informações como “um conjunto de actividades reguladas pelos princípios enformadores da segurança interna, alicerçados numa estrutura organizacional, que visam obter um conhecimento intrínseco à prossecução dos fins inerentes à missão policial” (MEDEIROS, 2001: 20).

Interessa salientar novamente a devida separação quanto à classificação, neste sentido, usando das percepções dos autores referidos no ponto anterior, temos os Dados, que consistem em sinais transmitidos e detectados por qualquer tipo de sensor (mecânico, electrónico, humano). Notícias, como sendo todo o dado não processado de qualquer natureza (facto, documento ou material) e que pode ser usado na produção de informações. Factos, que mais não são que informações verificadas, que garantem um bom nível de valor e confiança, considerando ainda assim, os possíveis erros, quando não submetidos a uma análise adequada¹⁶. As Informações, tratando-se da notícia por si só, como um facto ou uma série de factos relacionados com outras notícias já existentes e consideradas à luz de experiências anteriores, dando por consequência origem a novos factos.

Segundo CASIMIRO MORGADO, a “notícia é um facto isolado e a informação é a notícia devidamente analisada, interpretada e conexa com outras notícias e informações – *intelligence*”, resultando assim numa síntese analítica obtida pela análise, relação e conexão das notícias e/ou informações que se possam ter, levando à compreensão de um determinado fenómeno (MORGADO, 1998: 85).

3. Breve contextualização histórica das Informações em Portugal¹⁷

Não se augura prudente avançar sem antes fazer uma relevante referência ao contexto histórico das informações no nosso país, salvaguardando desde já qualquer

¹⁶ Como por exemplo, a verificação por várias fontes.

¹⁷ Cumpre-nos informar que este ponto tem como base a “História das Informações em Portugal” (*site* do SIS), disponível em: <http://www.sis.pt/hinfopt.html> [Acesso em 12 de Dezembro de 2011 às 21h40].

desvio no encadeamento do nosso trabalho e zelando para que não surjam dúvidas quanto à verdadeira substância do nosso objecto de estudo, é essencial fazer a devida separação relativamente aos serviços de informações que aqui abordamos. Ora, o nosso objectivo é tornar claro que a realidade histórica que em tempos se viveu nada tem a ver com a actividade de produção, recolha e análise de informações que é hoje feita na PSP no âmbito da investigação criminal.

A nossa história conta com uma precoce actividade de informações desenvolvida pela monarquia. Em Portugal, e no contexto dos Descobrimentos, LUÍS DE CAMÕES, em *Os Lusíadas*, abrevia estupendamente o propósito das Informações, advertindo para a necessidade de “Adivinhar perigos e evitá-los”¹⁸. É talvez a primeira referência no que respeita à actividade de informações.

A produção de informações estava ligada às mais diversas áreas, assumindo a premissa de que informação é poder e a reconquista territorial do Reino assentava nesse princípio¹⁹, ganhando mais tarde o estigma de despotismo, associada a actividades de perseguição e espionagem.

No decorrer da nossa história, a importância das informações foi patente na centralização e fortalecimento do poder real, no estabelecimento de relações diplomáticas com outros países e no desenvolvimento de políticas de governação.

No século XVIII, a actividade de produção de informações adoptou uma estrutura própria. Em 1760, foi criada a Intendência da Polícia da Corte e do Reino, por MARQUÊS DE POMBAL, que detinha amplos poderes em matéria de segurança pública e integrava uma rede de espias e informadores, e que recolhia informações de natureza política, fiscal e criminal. Em 1780, a Rainha D. MARIA I nomeou como Intendente-Geral da Polícia da Corte e do Reino DIOGO INÁCIO DE PINA MANIQUE²⁰.

Em 1924, a Direcção Geral da Segurança Pública é extinta e o Regulamento Policial é revisto, determinando novas competências à Polícia Preventiva, que foi apelidada de “polícia secreta” por lhe imputarem actividades de espionagem, entre as quais, vigilância secreta de todos os indivíduos, vigilância secreta e preventiva contra as tentativas de crimes políticos ou sociais, organização secreta de cadastros de todos os

¹⁸ Camões, in *Os Lusíadas*, Canto VIII, 1572.

¹⁹ Relembrando alguns marcos históricos que devem o sucesso das missões à cabal produção de informações levadas a cabo por ordem do Rei.

²⁰ Homem da confiança de SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO, foi nomeado Intendente-Geral da Polícia depois da queda de MARQUÊS DE POMBAL.

indivíduos ou colectividades políticas ou sociais, diligências tendentes a prevenir e evitar os malefícios dos inimigos da sociedade e da ordem pública.

Em 1926, foi criada a Polícia de Informações de Lisboa e um ano depois no Porto. O Código de Processo Penal de 1929 atribuía à Polícia de Informações e à Polícia de Investigação Criminal amplos poderes na fase de instrução pré-acusatória.

Uma sucessão de diplomas legais, no início dos anos trinta, culminou com a fusão da Polícia Internacional Portuguesa com a Polícia de Defesa Política e Social²¹. Em 1933, “nasceu”²² a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado²³ (PVDE), aquela que se pode considerar a primeira grande organização policial de natureza política do Estado Novo, que assumiu conteúdo ideológico, orientando-se para o combate ao comunismo²⁴. A reestruturação da PVDE foi apoiada pela Polícia fascista de *MUSSOLINI*²⁵.

A Polícia Internacional e de Defesa do Estado²⁶ – PIDE – foi criada em 1945 (ANEXO), concebida como organismo autónomo da Polícia Judiciária (PJ) NOTA FP, e reflecte o modelo da *Scotland Yard*²⁷. Na dependência do Ministério do Interior, dispunha de competência para proceder à instrução preparatória dos processos respeitantes a crimes contra a segurança do Estado. Tinha essencialmente duas funções: administrativas (encarregue dos serviços de emigração e passaportes, permanência e trânsito de estrangeiros em Portugal) e de repressão e prevenção criminal (competia-lhe a instrução preparatória de processos, nomeadamente: crimes de estrangeiros; emigração clandestina; crimes contra a segurança externa e interna; entre outros).

Uma repressão política teve início no ano de criação da PIDE (1945), apoiada em algumas medidas como a criação do Tribunal Plenário Criminal, na reorganização da Polícia Judiciária, na atribuição às polícias de competência legal para proceder, em detrimento do poder judicial, à instrução dos processos, com autonomia quase plena na determinação da prisão preventiva, a PIDE acabou por ser também a única entidade responsável pela troca de informações com serviços estrangeiros.

²¹ Decreto n.º 22151 de 23 de Janeiro de 1933, art.º 7.º

²² As aspas são nossas.

²³ Decreto n.º 22992 de 29 de Agosto de 1933, art.º 1.º e 3.º

²⁴ Após a Guerra Civil de Espanha (1936) e o atentado a SALAZAR (1937).

²⁵ Político Italiano – Primeiro-Ministro de Itália (1922) – liderou o Partido Nacional Fascista, referência como figura-chave na criação do Fascismo Italiano.

²⁶ Art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 35046 de 22 de Outubro de 1945

²⁷ Polícia Metropolitana de Londres, constituída em 1829 pelo Ministro do Interior *Sir JOHN PEEL*.

A actividade de recolha de informações, concentrada na PIDE, assentava numa rede policial diversificada composta pela PSP, GNR e PJ, numa acção vigilante das autoridades administrativas, da Legião Portuguesa e de cidadãos anónimos. A colaboração de uma parcela significativa da magistratura era também um forte pilar, designadamente ao nível dos tribunais plenários. Outro instrumento de suporte a esta actividade foi o uso da tortura e da pressão psicológica: milhares de cidadãos foram presos ou “internados” e muitos detidos morreram na prisão, outros saíram com graves perturbações psíquicas ou em estado de saúde muito debilitado.

A extinção da PIDE acontece em 1969, pelo Governo de MARCELLO CAETANO, e em substituição é criada a Direcção-Geral de Segurança (DGS).

4. A estrutura de Informações na PSP

A PSP está integrada na estrutura do SIRP, embora na sua própria Lei Orgânica²⁸ tenha consagrada uma estrutura de Informações nos seus Departamento de Informações Policiais (DIP) e Departamento de Investigação Criminal (DIC).

Para melhor esclarecimento, mencionamos as competências atribuídas ao DIP e definidas em legislação própria²⁹:

- a) Proceder à recolha e processamento de notícias com interesse para a missão policial;*
- b) Apoiar operacionalmente as unidades da PSP na recolha de dados e notícias necessários ao cumprimento das suas missões;*
- c) Elaborar estudos criminológicos e relatórios analíticos de âmbito estratégico sobre criminalidade e delinquência na área de intervenção da PSP;*
- d) Proceder à análise e avaliação de riscos específicos, associados ao cumprimento das missões da PSP;*
- e) Definir e difundir as normas técnicas referentes à actividade de informações policiais e de segurança e de contra -informação;*
- f) Centralizar, manter e assegurar a gestão da informação criminal na estrutura da PSP, incluindo no âmbito do sistema nacional integrado de informações criminais;*
- g) Centralizar, partilhar e gerir a nível nacional a informação de ordem pública, assegurando a ligação permanente com entidades estrangeiras nesse domínio;*
- h) Assegurar o ponto de contacto permanente para intercâmbio internacional de informações relativas aos fenómenos de violência associada ao desporto;*
- i) Garantir o funcionamento do órgão de segurança da PSP no quadro do sistema de segurança nacional;*

²⁸ Lei 53/2007, de 31 de Agosto, no Art.º 29.º - Enuncia que as áreas de informações criminais e de investigação criminal se encontram na dependência da Unidade Orgânica de Operações e Segurança.

²⁹ Portaria n.º 383/2008, de 29 de Maio, Art.º 5.º – Competências do DIP.

- j) Colaborar com as entidades competentes na realização de estudos de segurança, no âmbito de projectos de concepção ou alteração de edifícios policiais;*
- l) Promover estudos e auditorias de segurança, em colaboração com outras entidades;*
- m) Promover e orientar a realização das necessárias avaliações de segurança pessoais ou institucionais, por iniciativa dos serviços da PSP ou por solicitação de entidades externas;*
- n) Realizar as adequadas averiguações de segurança em caso de quebra ou comprometimento de segurança da informação, nos termos da legislação em vigor;*
- o) Exercer funções de gestão e coordenação permanente, bem como de apoio relativamente ao módulo do sistema de informações policiais;*
- p) Receber e assegurar o cumprimento aos pedidos de realização de actos processuais solicitados pelas autoridades judiciais ou outras entidades competentes;*
- q) Participar na cooperação internacional em matéria de informações policiais.*

O DIP é composto por duas divisões, a Divisão de Análise e Cooperação (DACO) e a Divisão de Segurança e Gestão da Informação (DSGI), também devidamente estatuído em legislação própria³⁰.

A DACO, tem como funções atribuídas, por força da mesma Portaria³¹, as mesmas que o DIP (acima referido), nas alíneas de *a) a e), g), h), q) e r)*.

Já a DSGI, no âmbito da mesma Portaria e segundo Despacho³² já mencionado, tem como competências, as mesmas que o DIP (acima referido), nas alíneas *a), b), e), f)*, e da alínea *i) à q)*.

Ao DIC compete, no âmbito das competências da PSP em matéria de investigação criminal e por força da mesma legislação, as seguintes funções:

- a) Coordenar as vertentes processual e operacional da actividade da PSP;*
- b) Apoiar tecnicamente, propondo e difundindo instruções, em especial relativamente a crimes de maior gravidade, complexidade ou dispersão territorial, que justifiquem a gestão concentrada da investigação;*
- c) Contribuir para a formação inicial, de actualização, de aperfeiçoamento e de especialização;*
- d) Propor a doutrina e definir normas técnicas relativas à actividade de investigação criminal;*
- e) Garantir o apoio às unidades e subunidades de polícia, ao nível da actividade de polícia técnica e do uso de meios centralizados;*
- f) Assegurar a coordenação com outras entidades, designadamente em matéria de polícia científica;*
- r) Gerir e coordenar a participação da PSP no Gabinete Nacional SIRENE, bem como noutros gabinetes de cooperação internacional policial.*³³

³⁰ Despacho n.º 19935/2008, de 28 de Julho, Art.º 1.º n.º 1 al. d).

³¹ Portaria n.º 383/2008, de 29 de Maio, Art.º 5.º – Funções do DACO.

³² Despacho n.º 19935/2008, de 28 de Julho, Art.º 11.º - Competências da DSGI.

Integradas no DIC³⁴ estão ainda a Divisão de Coordenação de Investigação Criminal³⁵ (DCIC) e a Divisão de Polícia Técnica e Análise Criminal³⁶ (DPTAC).

À DCIC compete³⁷, também tal qual o DIC (acima referido), as alíneas *a)*, *b)* e *e)*.

À DPTAC compete³⁸, por sua vez e de igual forma com o DIC (acima referido), as alíneas *d)*, *e)* e *f)*.

5. As Informações no âmbito da Investigação Criminal

O Serviço de Informações é de conteúdo delicado, na medida em que nos faz roçar uma matéria que, em tempos, serviu de suporte a objectivos políticos definidos por um regime de natureza ditatorial. Actualmente contamos com um sistema de informações já adaptado à sociedade livre, democrática e moderna em que vivemos.

Na prossecução do desenvolvimento do nosso objecto de estudo fazemos aqui a necessária abjunção de um serviço de informações, puro e duro, com fins de independência nacional e segurança interna, para a actividade que nos importa trabalhar, as Informações no âmbito da investigação criminal.

A distinção entre Serviços de Informações e Investigação Criminal surge na sequência de uma tentativa preocupada em limpar da memória a existência de uma Polícia política do antigo regime – PIDE/DGS NOTA FP – e tornar claro qual o papel de cada serviço, neste sentido também MANUEL GUEDES VALENTE se resguarda no “cuidado ao regressarmos a essa fase” (anexo A).

³³ As competências elencadas nesta alínea, por reestruturação interna, deixaram de estar a cargo do DIP e transitaram para o DIC, o que quer dizer que em matéria de cooperação policial internacional, compete ao DIC representar a PSP, com os órgãos centrais nacionais: Gabinete Nacional Interpol (GNI); Unidade Nacional Europol (UNE); Gabinete Nacional Sirene (GNS); Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA), cfr. Informação/proposta n.º 44/2011 – Ref.ª IC 692/11 de 3 de Agosto, do DIC.

Em cooperação policial internacional, é imperioso considerar a troca de informações criminais. Excepção feita às temáticas terrorismo e informações desportivas, ainda a cargo do DIP.

³⁴ Cfr. Despacho n.º 19935/2008, de 28 de Julho, Art.º 1.º n.º 1 al. e).

³⁵ Nos termos do Art.º 2.º n.º 2 da Portaria n.º 416/2008, de 11 de Junho, a DCIC prossegue atribuições exclusiva ou predominantemente policiais e compreende ainda um Núcleo de Coordenação de Investigação Criminal e um Núcleo de Apoio Operacional.

³⁶ Nos termos do Art.º 2.º n.º 2 da Portaria n.º 416/2008, de 11 de Junho, a DPTAC prossegue atribuições exclusiva ou predominantemente policiais e compreende ainda um Núcleo de Análise Criminal, um Núcleo de Polícia Técnica e um Núcleo de Estudos e Gestão de Recursos.

³⁷ No âmbito do Art.º 6.º da Portaria n.º 383/2008, de 29 de Maio, e por força do Art.º 12.º do Despacho n.º 19935/2008, de 28 de Julho.

³⁸ No âmbito do Art.º 6.º da Portaria n.º 383/2008, de 29 de Maio, e por força do Art.º 13.º do Despacho n.º 19935/2008, de 28 de Julho.

Surgiram serviços de informações em abundância, numa fase inicial o Serviço de Informações de Segurança (SIS), o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) e o Serviço de Informações Militares (SIM). O SIED e o SIM nunca chegaram a funcionar isoladamente e foram mesmo fundidos num único serviço, o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares (SIEDM)³⁹.

O Sistema de Informações de República Portuguesa (SIRP) foi criado pela Lei n.º 30/84 de 05 de Setembro (Lei Quadro do SIRP), entretanto alterada até à Lei que estabeleceu a actual estrutura organizativa⁴⁰. Surge na sequência da consolidação do novo quadro constitucional e pela necessidade sentida em virtude da sequência de alguns episódios⁴¹ ao nível da segurança.

A organização inicial contava com três serviços autónomos⁴², o Sistema de Informações Estratégicas de Defesa⁴³ (SIED), o Serviço de Informações Militares⁴⁴ (SIM) e o Serviço de Informações de Segurança⁴⁵ (SIS), incumbidos de assegurar, no respeito da Constituição e da Lei, a produção de informações necessárias à salvaguarda da independência nacional e à garantia da segurança interna (CARDOSO, 2007: 492).

Contudo, apenas o SIS foi efectivamente constituído, cabendo-lhe a produção de informações destinadas a garantir a segurança interna e necessárias a prevenir a sabotagem, o terrorismo, a espionagem e ameaças ao Estado de Direito. Veja-se sobre esta abordagem também a opinião de RAMOS CANIÇO na nota introdutória à entrevista que respondeu (anexo A).

No decorrer de um período de aproximadamente 10 anos, não se regista qualquer desenvolvimento na concretização do SIRP, durante este “vazio”⁴⁶ no campo das informações civis, foi o SIS, o único serviço existente, que desenvolveu a única e

³⁹ Lei n.º 4/95 de 21 de Fevereiro, alterada pela 15/96 de 30 de Abril, 75-A/97 de 22 de Julho, e, por último, pela Lei Orgânica n.º 4/2004 de 06 de Novembro – Lei-Quadro SIRP, na qual passou a designar-se por SIED.

⁴⁰ Alterada pelas Leis n.º 4/95 de 21 de Fevereiro, alterada depois pela Lei n.º 15/96 de 30 de Abril, n.º 75-A/97 de 22 de Julho, e, por último, pela Lei Orgânica n.º 4/2004 de 06 de Novembro – Lei-Quadro SIRP.

⁴¹ Atentado contra o Embaixador de Israel, a 13 de Novembro de 1979 (morre um agente da PSP); Atentado contra o adido comercial Turco e a esposa, a 07 de Junho de 1982; Assassinato de *ISSAM SARTAWI* da OLP, a 10 de Abril de 1983; Assalto à Embaixada da Turquia, a 27 de Julho 1983 (morrem um agente da PSP, a esposa do encarregado de negócios e cinco terroristas); Terrorismo doméstico – FP25 (extrema-direita)

⁴² Legislação complementar que regulamentava a matéria comum aos três serviços (SIED; SIM; SIS) – Decreto-Lei 223/85 de 04 de Julho.

⁴³ Decreto-Lei n.º 224/85 de 04 de Julho – com a missão de produção de informações necessárias a garantir a independência nacional e a segurança externa.

⁴⁴ Decreto-Lei n.º 226/85 de 04 de Julho – incumbido da produção de informações necessárias ao cumprimento das missões próprias das Forças Armadas.

⁴⁵ Decreto-Lei n.º 225/85 de 04 de Julho.

⁴⁶ As aspas são nossas.

verdadeira “escola”⁴⁷ de informações existente em Portugal após consolidação do regime democrático (CARVALHO, 2007: 220).

O princípio da separação e interdependência de poderes foi um objectivo concretizado com a criação do SIRP e, no seu âmbito, o SIS pretendia desta forma evitar a indecência de uma concentração de poderes num só serviço, constituindo um perigoso instrumento devido às diversas competências, nomeadamente, a produção de informações, a manutenção da ordem pública, investigação criminal e a direcção do processo penal, situação que se verificava anteriormente com a polícia política que existia. O legislador foi visionário criando uma distinção firme entre a actividade de produção de informações, a actividade de polícia e a actividade judiciária em geral, nesta medida, arredou-se a possibilidade de ser a mesma entidade a escolher os alvos, com base na informação prospectiva, a persegui-los por meio da investigação criminal e a condená-los na condução do processo. Esta perspectiva democrática pluralista contribui vivamente para a dissociação entre a produção de informações e a investigação criminal (PEREIRA, 1998: 36).

Na actualidade, a estrutura do SIRP mantém a existência de dois serviços de informações, o SIS e o SIED, na pretensão de não permitir a concentração de poderes num único serviço informações. As atribuições gerais “assentam essencialmente no primado da legalidade democrática, no integral respeito pelos direitos e garantias dos cidadãos (...) garantia da salvaguarda nacional, da segurança, nas suas vertentes interna e externa, e potenciação de medidas preventivas contra qualquer tipo de ameaça ou agressão, atentatórias da legalidade democrática e da unidade do Estado” (CARVALHO, 2007: 220).

Conforme já foi referido, os objectivos políticos definidos pelo regime ditatorial, tinham como suporte as informações civis asseguradas pela PIDE/DGS, servindo como intérprete único dos interesses do Estado. Esta Polícia era a arma repressiva do Estado com competências de agência de informações, acumulando funções de investigação criminal e polícia política.

Contudo, importa fazer neste ponto a necessária distinção entre os serviços de informações e a investigação criminal. Os serviços de informação efectuem uma actuação num plano prévio à intervenção dos órgãos de investigação criminal, RAMOS CANIÇO dá-nos uma reflexão similar neste sentido na entrevista aplicada (anexo A). RUI

⁴⁷ As aspas são nossas.

PEREIRA acrescenta ainda que “Em regra, as que merecem a atenção dos serviços de informações constituem potencialmente ilícitos criminais: crimes de espionagem, terrorismo, sabotagem, ou afinal, quaisquer outros que possam alterar ou destruir o Estado de direito constitucionalmente estabelecido” (PEREIRA, 2005: 159).

Assim, “o que distingue a actividade dos serviços de informações da acção de Polícia de investigação criminal é apenas, inexoravelmente, a fase do processo em que se situa a respectiva intervenção” e percebemos assim “que a actividade do SIS é tipicamente preventiva e destina-se a identificar ameaças contra o Estado de direito democrático que ainda não ganharam os contornos suficientes para justificarem uma intervenção policial ou a instauração de um processo criminal” (PEREIRA, 1998: 41).

Hodiernamente, são muitas as entidades⁴⁸ que trabalham com informações e que se constituem como produtores ou utilizadores. É neste sentido que alimentam o Sistema de Informações e contribuem para os seus serviços. Qualquer uma destas Entidades ou Instituições, coopera na pesquisa, processamento, análise e difusão de informações, dentro daquilo que é a sua actividade e competências, concorrendo para a promoção de uma importante coordenação no fluxo de informações. Quanto a esta articulação, veja-se as valorosas percepções de, MARIA JOSÉ MORGADO e de RAMOS CANIÇO nas entrevistas realizadas.

Importa mencionar também a existência de fundamentação legal que suporta esta dicotomia⁴⁹, na medida em que o legislador português atendeu à preocupação de dissociar ambas as actividades. Conforme decorre da Lei Quadro do SIRP⁵⁰ e da LOIC⁵¹, compete-lhes, em regime de exclusividade⁵², a responsabilidade de produzir as informações tendentes a garantir a independência nacional e a segurança interna, respectivamente (PEREIRA, 2005: 155).

⁴⁸ Gabinete Coordenador de Segurança: PSP, GNR, PJ, SIS, SEF, PM e INAC; as Forças Armadas; Embaixadas e entidades consulares; Instituto de Investimento, Comércio e Turismo de Portugal (ICEP)

⁴⁹ Subs. fem. Dicotomia: divisão em dois; oposição entre duas coisas.

⁵⁰ Lei n.º 4/2004 de 06 de Novembro – Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa. (SIRP)

⁵¹ Lei n.º 49/2008 de 27 de Agosto – Lei de Organização da Investigação Criminal. (LOIC)

⁵² Cfr. Art.ºs 6.º n.ºs 1 e 2; Art.º 20.º e 21.º da Lei Quadro do SIRP; Art.º 2.º do Decreto-Lei 254/95 de 30 de Setembro (Lei Org. do SIEDM); Art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 225/85 de 04 de Junho (Lei Org. do SIS).

CAPITULO II – INTELIGÊNCIA DAS FONTES ABERTAS

1. Da *arpanet*⁵³ à *internet*⁵⁴

“A primeira revolução em Tecnologia da Informação concentrou-se na Califórnia nos anos 70, baseando-se nos progressos alcançados nas duas décadas anteriores e sob a influência de vários factores institucionais, económicos e culturais. Mas não surgiu de qualquer necessidade preestabelecida, foi mais o resultado de uma indução tecnológica do que da determinação social” (CASTELLS, 1996: 74).

O panorama social da vida humana tem vindo a ser constantemente alterado e o maior acontecimento que podemos assinalar é a Revolução da Tecnologia de Informação, ocorrida nos Estados Unidos da América (EUA), da qual resultaram inovações tecnológicas, mutações sociais, económicas e políticas, num processo que se mostra contínuo evolutivo, aberto e participativo. Como afirma MANUEL CASTELLS, “o verdadeiro cerne da revolução da tecnologia da informação no século XX. Porém, [...] só na década de setenta as novas tecnologias da informação se difundiram amplamente, acelerando o seu desenvolvimento sinérgico e convergindo num novo paradigma” (CASTELLS, 1996: 47).

A actual agitação social sofrida nas sociedades modernas no final do século XX caracteriza o Conhecimento como a última revolução. Uma série de factores como as constantes mudanças sociais, a preponderância de valores económicos, a evolução científica, a automação e simplificação de processos, o encurtamento das distâncias e a disponibilidade de informação, inserem a actual sociedade na Era da Informação, compreendendo um dos maiores desafios da humanidade em todos os possíveis domínios e áreas da actividade humana. O ensino, as ciências, a indústria, o comércio e serviços, a política, o governo e a segurança, entre todas as demais áreas, sofrem de forma constante uma “revolução”⁵⁵ de conceitos, estrutura e procedimentos. A tecnologia estimula reiteradamente alterações e adaptações, embora não seja de forma

⁵³ ARPAnet - *Advanced Research Projects Agency Network*.

⁵⁴ Etimologicamente, a palavra *internet* é composta pelo prefixo “*inter*” que significa “elo de ligação entre dois elementos” e pela expressão “*net*”, de origem Inglesa e que traduz a ideia de “rede”. Vulgarmente conhecida como “a rede das redes”.

⁵⁵ As aspas são nossas.

alguma o único desafio que nos é colocado. A Informação e o Conhecimento são conceitos que nos desafiam constantemente e de forma incessante.

O desenvolvimento e criação da *Arpanet* surge na sequência dos êxitos espaciais dos soviéticos⁵⁶, numa resposta dos Americanos com vista à recuperação da liderança tecnológica⁵⁷, motivada pela enorme preocupação com o avanço tecnológico russo e na finalidade e acompanhar esse desenvolvimento o Departamento de Defesa dos EUA, cria a Agência de Projectos de Investigação Avançada. Neste processo sobressai o nome de J. C. R. LICKLIDER que ajudou a conceber⁵⁸ e a fundar a *Arpanet* que, mais tarde, vai dar origem à *internet*.

Criada em 1969 a *Arpanet* tinha como primeiros objectivos fins meramente militares, especificamente na ocupação da vanguarda tecnológica. No final dos anos 80 registou-se uma aceleração dos processos, o Departamento de Defesa dos EUA desactiva a *Arpanet* e o *United States National Science Foundation* (NSF) substituí-a pela NSFNET. Devido aos naturais desenvolvimentos, estavam angariados os elementos para o nascimento da *internet*, com uma primeira linha de incisão em vertentes militar e académica, dando origem a um novo modelo societário, e assim com a *internet* emerge uma nova geração de tipos de informação e comunicação.

Hoje em dia são poucos os aspectos da nossa vida que não tenham qualquer tipo de ligação às Novas Tecnologias de Informação e da Comunicação (NTIC), em particular com a *internet*. A estreita ligação que nos prende à “Era da Sociedade Informacional e Comunicacional” (RODRIGUES, 2009: 54) origina por consequência maiores perigos para a privacidade e invasão privada. As NTIC contribuem largamente para a popularidade e vincada ligação que nos afecta, principalmente a *internet*.

“Tem-se assistido a um desenvolvimento de uma infra-estrutura tecnológica que inclui uma rede de telecomunicações bastante avançada, composta por sistemas interactivos de informação e por poderosos computadores, capazes de processar dados a grande velocidade. E o desenvolvimento da *internet* tem permitido à tecnologia digital a transmissão automática de todo o tipo de mensagens, criando, desta forma, uma

⁵⁶ Sucesso espacial da União Soviética com o lançamento do *Sputnik*, em Outubro de 1957.

⁵⁷ Como refere BENJAMIM RODRIGUES, através da criação do *Information Processing Technology Office* (IPTO), com vista à investigação do *Semi Automatic Ground Environment* (SAGE), um programa que colocaria em movimento um conjunto de radares ligados entre si em diversos países europeus.

⁵⁸ Como refere CASTELLS, “O resultado foi uma arquitectura de redes que [...] não podia ser controlada a partir de nenhum centro, composta por milhares de redes de computadores autónomos com inúmeras formas de interligação, contornando as barreiras electrónicas. [...] A ARPANET, rede estabelecida pelo Departamento de Defesa dos EUA, tornou-se a base de uma rede de comunicação horizontal global, composta por milhares de redes de computadores” (CASTELLS, 1996: 8).

linguagem digital universal e as condições tecnológicas para uma comunicação cada vez mais global” (MOREIRA, 2010: 657).

A Era da informação abarca um dos maiores desafios da humanidade abrangendo todas as áreas da actividade humana, basta apenas uma ligação electrónica para estabelecer o elo entre qualquer sector da sociedade, em todos os domínios de actividade, e as Novas Tecnologias de Informação e de Comunicação, e como fenómeno central a *internet*, pelo “carácter multiforme da *internet* dada a enorme potencialidade e rapidez dos computadores no tratamento de dados e informações” (MOREIRA, 2009: 657).

Neste sentido, podemos caracterizar as NTIC como um fenómeno tecnológico que auxilia na organização e disseminação do conhecimento, exercendo enorme influência numa sociedade em que agora é possível a troca de informações em curto espaço de tempo, por força das redes e avanços das telecomunicações.

2. A *internet* na sociedade informacional e comunicacional

A sua origem, emergida num contexto restrito, facilmente se desligou dessa limitação e num brusco crescimento promoveu uma rede de comunicações e informações penetrando em todos os sectores da sociedade. É de forma transversal também esta a opinião da generalidade das entidades que entrevistámos (anexo A).

Configurando uma conglomeração de redes de computadores interligados espalhados por todo o mundo, permite o acesso a informações e conhecimento, bem como a partilhas de todo o tipo, suportadas por uma incessante transferência de dados.

Comporta uma rigorosa infra-estrutura de suporte e uma ampla quantidade de recursos e serviços de comunicação e partilha.

A *internet* configura e materializa a ideia de ligação entre duas ou mais redes informáticas, através dos vários serviços que disponibiliza, nomeadamente a *World Wide Web (www)*, destacando a criação desta aplicação aos engenheiros do CERN⁵⁹, coordenados por TIM BERNERS-LEE e ROBERT CAILLIAU (MOURA, 2008: 33).

⁵⁹ CERN - *European Organization for Nuclear Research*.

Contudo, a noção de *internet* não se reduz à expressão *www*, esta aplicação concretiza o conhecido protocolo que estabelece a parte do ciberespaço⁶⁰ adstrito à conectividade, organizando o conteúdo das páginas da *internet* por informação.

Corroborando da análise feita por BENJAMIM RODRIGUES, podemos da mesma forma concluir que o ciberespaço se configura como o “espaço ideal[izado] de intercomunicação [inter]subjectiva, onde cada sujeito (individual ou colectivo) aparece como um centro autónomo emissor e receptor de mensagens produtivas ou não produtivas, informacionais e comunicacionais, procedendo à sua autodeterminação (afirmação) informacional e comunicacional, de forma estético-existencial, relevante e diferenciada, com vista à conquista de uma posição economicamente vantajosa ou à afirmação de uma posição informacional ou comunicacional autónoma, ao nível dos ciclos informacionais e comunicacionais que fluem pelos sistemas e redes informáticas, fora ou dentro do contexto dos serviços fornecidos no âmbito das redes de comunicações electrónicas publicamente acessíveis” (RODRIGUES, 2009: 70).

Através deste protocolo o utilizador pode navegar com o auxílio de um *browser*⁶¹, que estabelece a ligação por hiperligações⁶² entre as variadas redes, por meio do mesmo protocolo de comunicação: TCP/IP⁶³.

Numa primeira fase, a *internet* não se apresentava de forma facilitada e criara algumas dificuldades ao cidadão comum, pelo que acabou por se assumir apenas com carácter estreitamente profissional. Apresentando-se ao mundo como um novo modelo de trabalho, em tempos a máquina veio substituir a força muscular do homem, agora, neste contexto, a máquina surge como amplificadora das suas capacidades, uma extensão da mente humana. Elege-se assim o conhecimento como a principal riqueza das nações, das empresas e das pessoas.

As NTIC são fundamentais para a aprendizagem e para alcançar o conhecimento, contribuindo para um desenvolvimento de valor. Actualmente, a valorização do conhecimento é ainda mais necessária e as NTIC auxiliam na organização e disseminação do conhecimento. Entenda-se então que estamos num

⁶⁰ Suporte tecnológico que permite a comunicação no espaço virtual. Expressão que segundo B. RODRIGUES “aparece como um espaço de todos “os fluxos” e onde quer que seja pode “vigiar” com relativa autonomia e, aparentemente, sem constrangimentos” (RODRIGUES, 2009: 30).

⁶¹ Ou Navegador, programa informático que permite aceder, consultar e trocar a informação na *internet* em contexto gráfico, ocultando a linguagem informática de programação do computador.

⁶² Ligação tem origem na expressão Inglesa “*Link*” e é a referência, num texto ou imagem, que estabelece a ligação, como acesso directo ao recurso a que se refere.

⁶³ TCP/IP - *Transmission Control Protocol Over Internet Protocol*.

estágio de desenvolvimento social e que é através da capacidade dos seus membros que se mostra necessária uma partilha de informação.

A sociedade da informação e da comunicação designam uma nova forma de organização das sociedades, no mesmo sentido que é dado por Castells, enquanto “atributo de uma forma específica de organização social na qual a produção da informação, o seu processamento e transmissão se tornam fontes principais da produtividade e do poder em virtude das novas condições tecnológicas emergentes no actual período da história” (CASTELLS, 2002: 25).

Assistimos a uma simbiose entre o Homem e as NTIC, que resulta numa ampliação das capacidades humanas ao ponto de entregar, parcial ou integralmente, determinadas tarefas ao computador, dimanando-se assim uma diluição da fronteira entre o Homem e a Máquina nos mais variados domínios de actividade. O computador pessoal foi um dos recursos de maior valor no passado recente e de inequívoca afirmação futura, tornando-se numa ferramenta de trabalho e lazer (GAMEIRO, 2007: 129).

Usando da apreciação propugnada por TERESA MOREIRA, assistimos “a uma verdadeira revolução digital que se refere às novas modalidades de comunicação e de distribuição de informação obtidas através da *internet*” (MOREIRA, 2010: 657). É a consagração da *internet* como um meio de comunicação incontornável⁶⁴.

A *internet* faculta um fácil acesso cada vez mais frequente, rápido e fiável a uma quantidade maior de informação e, é neste domínio que começa a estabelecer-se a ponte entre este fenómeno e o nosso estudo específico, em várias dimensões, atendendo ao poder de controlo que o utilizador tem sobre o que quer partilhar, quer quanto à facilidade de acesso a toda essa informação disponibilizada, passando pelo próprio tratamento a que qualquer informação está sujeita, quer seja antes de ser partilhada ou que posteriormente possa sofrer, ao encaminhamento ou utilização que lhe possa ser dado, estas novas formas originam consequentemente maiores perigos que se prendem à invasão privada ou privacidade.

As NTIC transformaram o computador num dos meios de comunicação mais utilizados, dando origem a uma fiel adesão em massa, extravasando aquilo que inicialmente se poderia ter pensado e assumindo agora um uso muito para além da utilização profissional, como mero instrumento de trabalho, atendendo ao número de

⁶⁴ Neste sentido FABRICE FEVRIER, “*Site internet syndical – la primauté est donnée à la liberté d’expression*”, in RDTIC, n.º 55, 2006, p. 13.

peçoas que actualmente tem acesso a um computador com ligação à *internet*, quer seja pessoal ou público, considerados agora como uma nova dimensão, cada vez mais presente e capaz de potenciar a expansão da personalidade do utilizador, permitindo a sua participação social.

Quem navega na *internet* não está sozinho e está constantemente vulnerável, tudo o que se faz pode ser alvo do conhecimento de alguém, tal qual vestígios deixados em cenário de crime. Tudo o que se faz, se vê, se disponibiliza e se consulta fica registado, conforme suporta também PAULO FLOR na entrevista em anexo (anexo A).

Com uma comunicação liberta de barreiras espaço-temporais a navegação *online* cede, de forma contínua e permanente, qualquer informação de carácter pessoal, tornando o indivíduo uma verdadeira fonte, com riscos acrescidos para a sua privacidade⁶⁵. O utilizador, para além dos dados que faculta livremente quando visita um *site*⁶⁶, revela de maneira inconsciente uma série de características sobre a sua personalidade, desde hábitos, centros de interesse, ideologias, orientações políticas, religiosas, orientação sexual, uma serie de dados que permitem construir um perfil fiel do utilizador.

Ainda que numa perspectiva económica e na óptica empresarial, a Sociedade da Informação é definida⁶⁷ como “um modo de desenvolvimento social e económico em que a aquisição, armazenamento, processamento, valorização, transmissão, distribuição e disseminação de informação conducente à criação de conhecimento e à satisfação das necessidades dos cidadãos e das empresas, desempenham um papel central na actividade económica, na criação de riqueza, na definição da qualidade de vida dos cidadãos e das suas práticas culturais. A sociedade da informação corresponde, por conseguinte, a uma sociedade cujo funcionamento recorre crescentemente a redes digitais de informação.”, e é precisamente na primeira parte desta definição e na última que se estabelece o paralelo com a questão da segurança. A evolução das NTIC, em qualquer uma das suas etapas, trouxe inevitavelmente problemas para o Direito (MARTINEZ, 2004: 24).

⁶⁵ Veja-se neste sentido KIRBY, que escreve sobre a desmedida quantidade de informação disponibilizada, ainda que sem consciência, pelos utilizadores quando visitam *sites*. A informação chega a ser suficiente para traçar perfis psicológicos sobre o utilizador (KIRBY *cit in* MOREIRA, 2010: 660). Ainda MARIA LUISA FERNÁNDEZ ESTEBAN, “*Internet y los derechos fundamentales*”, in *Anuário Jurídico de la Rioja*, n.º 6/7, 2000, p. 346.

⁶⁶ Página de *internet*. Expressão Inglesa que se refere ao sítio na *internet*.

⁶⁷ No LIVRO VERDE para a Sociedade da Informação em Portugal – Iniciativa Nacional. Disponível em formato digital no *site* <http://www.missao-si.mct.pt> [Acesso em 11 de Fevereiro de 2012 às 23h50] - (<http://www2.ufp.pt/~lmbg/formacao/lvfinal.pdf>), na secção dedicada ao Livro Verde.

Temos assistido a uma utilização desregrada do computador, por qualquer pessoa, que facilita a circulação de informação e da comunicação de dados, comportando desta forma inúmeros problemas jurídicos, precisamente por diminuir drasticamente as respectivas possibilidades de controlo. A desestruturada *internet* e a ausência de autoridades de controlo, favorecem a criação de espaços de liberdade, em que cada utilizador é livre de partilhar o que quer que seja, tornando-se num veículo especialmente poderoso para a consecução de certo tipo de delitos/ilícitos. Quanto à desregulação, MANUEL GUEDES VALENTE alerta, na resposta à pergunta 5 da entrevista realizada, para esse problema (anexo A).

A *internet* desenvolve características em cada utilizador, nas formas de comunicação. A qualquer momento o utilizador, na qualidade de receptor de informação acaba por converter-se também num servidor de informações, na medida em que qualquer pessoa ligada à *internet* pode emitir conteúdos, e portanto, tornar-se editor de informação, de onde resultam graves dificuldades de imputação de responsabilidades. Acresce que qualquer perfil de utilizador pode não corresponder à verdadeira identificação do utilizador, permitindo até o seu anonimato. Neste sentido urge ver a valorosa opinião de MANUEL GUEDES VALENTE (anexo A).

A navegação na *internet* permite a criação de perfis sociais do utilizador, através do rasto que deixa na sua navegação, o que inevitavelmente suscita novas questões ao direito. Existe a tutela do direito à privacidade⁶⁸, englobando o direito à autodeterminação informativa⁶⁹.

3. A sociedade em rede

A obtenção de notícia, com recurso à recolha aberta, encontra-se disponível nas mais variadas fontes, ainda que possam ter pouco valor, quando relacionadas podem proporcionar informações relevantes e precisas. Fazendo uso das NTIC, suportadas por poderosas soluções informáticas, quer sejam *software* ou *hardware*, permitem-nos alcançar elevadas *performances* no cruzamento e na correlação de dados. Veja-se a resposta de DÁRIO PRATES à questão 5 (anexo A).

⁶⁸ Reconhecido tacitamente no Art.º 26.º da CRP.

⁶⁹ Sobre este assunto o Art.º 35.º da CRP. Pode ainda consultar-se, entre outros: CANOTILHO, José G.; MOREIRA, Vital, *Constituição da República Portuguesa Anotada* - 3.ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, 1993, p. 214 e ss.; GARCIA MARQUES, A. *Legislar sobre protecção de dados pessoais em Portugal* (do Art. 35.º da Constituição, à Lei n.º 10/91, de 29 de Abril). Cadernos de Ciência de Legislação, n.º 8, 1993, p. 37 e ss.

“Os órgãos de comunicação social e a *internet* constituem presentemente uma fonte inesgotável de informações acessíveis a qualquer cidadão. Porém, nem todos os cidadãos possuem os meios para analisar convenientemente essas informações e lhes conferir utilidade” (PEREIRA, 1998: 43).

Existe uma vasta quantidade de suportes que disponibilizam dados/informações, de forma completamente livre e aberta. As fontes abertas assumem toda a informação que, em termos de preservação, está imediata e integralmente disponível.

O meio de transmissão da informação veiculada pela fonte garante uma total e consentida disponibilidade da informação que, nos contornos da actividade da PSP especificamente no âmbito da IC, nos apropria de autoridade técnica para dispor da informação.

As fontes abertas constituem uma forma antiga de produzir informações que transcende os conceitos clássicos de informação e respectiva actividade de inteligência, assumindo-se como a nova inteligência da Era da Informação. Consiste numa grande quantidade de dados e informação, profusamente produzidos, transmitidos e disponíveis. Ganham uma nova dinâmica quanto à sua organização e análise, permitindo agora que sejam reunidas, agregadas e monitorizadas, construindo de certa forma o conceito de conhecimento, e contribuindo para a instrumentalização do processo decisório e de orientação para os serviços de polícia, de informações e demais autoridades que disponham de elementos relativos a ilegalidades, actividades desviantes e lesivas aos interesses nacionais e dos cidadãos (JUNIOR, 2011: 2).

O processo de produção de informações passa tão-somente por encontrar, seleccionar e adquirir informação de fontes de acesso público, que é posteriormente processada em conhecimento de valor preciso, útil e oportuno para as finalidades pretendidas. A entrevista realizada a MANUEL GUEDES VALENTE concordante com o exposto (anexo A).

Não podemos prosseguir sem antes esclarecer alguns conceitos que consideramos relevantes. Podemos assim conglobar a recolha de informações, segundo fontes e meios utilizados para a sua obtenção, em quatro técnicas convencionalmente utilizadas em vários trabalhos académicos que versam sobre inteligência, definindo as técnicas de recolha usando acrónimos norte-americanos como o *Human Intelligence* (HUMINT) na inteligência de fontes humanas; *Signals Intelligence* (SIGINT) na inteligência de sinais; *Imagery Intelligence* (IMINT) na inteligência de imagens; *Open*

Sources Intelligence (OSINT) na inteligência de fontes abertas, traduz uma forma de gestão do conhecimento com a recolha de informação e consequente produção do conhecimento (JUNIOR, 2011: 5).

A informação disponível surge muitas vezes de fontes mediáticas, em que o seu processamento emerge na forma original em jornais, revistas, conteúdos de televisão, rádio, *internet*, fontes existentes no ambiente virtual da rede mundial informática, tais como o produto das modernas “comunidades sociais”, vulgo redes sociais nas suas diversas expressões (JUNIOR, 2011: 3).

Parece-nos assim razoável “olhar”⁷⁰ as OSINT como a análise baseada na obtenção legal de documentos sem restrições de segurança, de obtenção directa e não clandestina, que resulta da monitorização dos media, enfim, de um leque amplo de fontes disponíveis cujo acesso é permitido sem restrições especiais de segurança.

Apontamos como grande vantagem das fontes abertas o alto grau de oportunidade e o baixo custo na sua análise e monitorização.

“A significância da expressão – Fonte Aberta – indica que um determinado produto funcional não está fechado em termos de preservação de segredos da sua arquitectura, funcionalidade lógica e propriedade intelectual” (JUNIOR, 2011: 4).

Por outro lado, as fontes abertas acarretam, por imperativo das circunstâncias, alguma desqualificação, assumindo como maiores desvantagens a excessiva e exagerada informação, de eventual qualidade duvidosa. Acresce ainda o nível de confiança na fonte, que se exige elevado, salvaguardando a possível desinformação.

3.1 Redes Sociais – Conceito e contextualização

É a partir da comunicação e das relações que pessoais que o homem se constrói enquanto ser social, agrupando-se e constituindo comunidades, redes e sociedades.

A sociedade é alicerçada pelas relações pessoais desenvolvidas durante toda a nossa vida, numa primeira fase no âmbito familiar, seguida da experiência escolar, da inserção na própria comunidade e das actividades profissionais desenvolvidas.

A técnica desenvolvida por GUTTENBERG⁷¹ modificou a forma como a informação e o conhecimento eram disseminados pela Europa e pelo mundo, promovendo variações estruturais e culturais nas sociedades. Actualmente, existe uma

⁷⁰ As aspas são nossas.

⁷¹ A Tipografia, criada no Século XV pela mão de JOHANN GUTTENBERG, foi a invenção que permitiu o acesso a produções escritas.

alteração clara na maneira como as relações são construídas em virtude das potencialidades das NTIC. “A presença dos elementos tecnológicos na sociedade vem transformando o modo dos indivíduos se comunicarem, se relacionarem e construíram conhecimentos. Somos hoje praticamente vividos pelas novas tecnologias!” (NOVA e ALVES, 2002: 1).

É através das redes sociais que presentemente existe a possibilidade de se estabelecerem relações sociais para além das comunidades locais. Os estudantes universitários consomem uma parte significativa do seu tempo nas redes sociais, na troca de mensagens, a partilhar informação, e a estabelecerem contacto uns com os outros (GOLDER, WILKINSON e HUBERMAN, 2006: 1).

Na Era da Informação e com a emergência das redes sociais, surgiu o novo paradigma comunicacional, um novo canal comunicativo (ao qual os meios de comunicação também se têm adaptado, conforme nos indica PAULO FLOR durante a entrevista – anexo A). Já ninguém se alheia ao fenómeno em torno das redes sociais, como se de um efeito viral se tratasse, movido por partilhas constantes e uma dinâmica inquietante, constituindo-se por um “local”⁷² onde todos podem ter ou criar o seu próprio espaço e que é mais ou menos actualizado ou dinamizado, consoante o empenho de cada titular da sua própria conta ou perfil.

É importante e indeclinável pensarmos e promovermos discussões sobre esta nova forma de socialização e troca de informação que acontece em rede e constantemente, agregando consideravelmente dia após dia, uma quantidade substancial de utilizadores, que criam e estabelecem novas e dinâmicas regras a que temos necessidade de nos adaptar, como também defende PEDRO CLEMENTE na entrevista levada a cabo (anexo A).

HOWARD RHEINGOLD cunhou o termo “comunidade virtual” para descrever as actuais redes sociais, acrescentando que “uma comunidade virtual é um grupo de pessoas que podem ou não encontrar-se pessoalmente (...) e que trocam palavras e ideias através de um quadro de notas electrónico e de redes” (RHEINGOLD *cit in* KIRKPATRICK, 2011: 92).

Todo o ambiente integrado e global, marcado pela dinâmica da globalização, cria uma dependência nas NTIC. A informação assume uma importância vital em todo o tipo de actividade, que implica uma preocupação acrescida sobre esta matéria.

⁷² As aspas são nossas.

Tal como qualquer cidadão e qualquer tipo de organização, também o crime⁷³ migra para a *internet*, e é precisamente a sua divulgação que merece ser trabalhada e explorada em matéria de prevenção e investigação criminal.

Assim, o novo paradigma comunicacional veio perverter o conceito de comunicação social, na medida em que assistimos a um descaminho na transmissão da mensagem. Deixou de haver necessariamente uma relação unilateral de Emissor - Receptor, cabendo a este último assumir papel de emissor (e vice-versa), quer na interacção possível com os meios de comunicação social quer na capacidade ganha de transmissão e partilha de informação na sua própria comunidade virtual ou rede social.

Uma importante característica a referir é o facto dos conteúdos disponibilizados nas redes sociais, como fotos, vídeos, locais/sítios⁷⁴, informação sobre pessoas em geral e/ou material virtual eventualmente partilhado, serem gerados e disponibilizados pelo próprio utilizador, a considerar, obviamente, uma utilização não adulterada.

Segundo ROGÉRIO SANTOS “há fontes individuais, organizações diversificadas onde trabalham as fontes (porta-vozes, assessores de imprensa, profissionais de relações públicas) e organizações que preparam eventos para a divulgação de informação. A fonte de informação é a entidade (instituição, organização, grupo ou indivíduo, seu porta-voz ou representante) que presta informações ou fornece dados ao jornalista, planeia acções ou descreve factos, ao avisar o jornalista da ocorrência de realizações ou relatar pormenores de um acontecimento.” (SANTOS, 2006: 5). Ainda que seja numa vertente jornalística, parece-nos razoável acrescentar as redes sociais a esta definição, que demonstra o possível recurso que pode ser feito.

3.2 O exemplo *facebook*

O *Thefacebook* é um *site*, lançado em 2004⁷⁵, criado no seio da Universidade Harvard, por um ex-aluno, MARK ZUCKERBERG⁷⁶, que tinha como objectivo criar uma rede entre estudantes que promovesse o relacionamento social e facilitasse a comunicação. A ideia rapidamente se alargou a outras universidades e escolas americanas e acabou por ultrapassar todas as barreiras possíveis e imaginárias,

⁷³ Cfr. Art.º 1.º al. a) do CPP, considera-se o conjunto de pressupostos de que depende a aplicação ao agente de uma pena ou de uma medida de segurança criminais.

⁷⁴ Engloba neste termo a dimensão geoespacial, *i. é.*, dados de navegação por geoposicionamento por satélite, disponíveis nos GIS – *Geographic Information Systems* (Sistemas de Informação Geográfica).

⁷⁵ Foi oficialmente lançado no dia 4 de Fevereiro de 2004 (KIRKPATRICK, 2011: 111)

⁷⁶ Fundador e CEO - *Chief Executive Officer* - do *facebook*.

tornando-se acessível a qualquer pessoa (com mais de treze anos), instituições e empresas (KIRKPATRICK, 2011: 104).

A rede é uma estrutura sem limites definidos, trata-se de um fenómeno colectivo em que a sua dinâmica assenta no relacionamento e comunicação entre grupos, pessoas, organizações e/ou comunidades. Tendo em conta a evolução já referida, as relações sociais acontecem actualmente prescindindo do espaço físico e geográfico, ocorrem independentemente do tempo ou espaço (lugar). A expressão “à distância de um clique”⁷⁷ tornou-se comum no que respeita à capacidade de aceder “virtualmente”⁷⁸ a qualquer ponto do nosso planeta ou para estabelecer contacto com alguém. DAVID KIRKPATRICK acrescenta mesmo que “toda a intromissão e voyeurismo patentes numa geração tinham entrado em acção” (KIRKPATRICK, 2011: 123).

Abordamos a título de exemplo o *facebook*, mas poderíamos ter optado por qualquer outra⁷⁹ rede social. Parece-nos razoável assumir que qualquer apreciação que possamos retirar é facilmente extensível às outras redes sociais.

É conhecido que o *facebook*, e qualquer outra rede social, tem Políticas de Privacidade e Segurança⁸⁰, o próprio MARK ZUCKERBERG, afirmou “sempre achámos que as pessoas partilhariam mais se não as deixássemos fazer o que quisessem, pois isso incutia-lhes algumas regras” relativamente às restrições quanto ao nível de privacidade. Ainda assim, a acessibilidade por parte de terceiros é enorme. Sobre este motivo DAVID KIRKPATRICK deixa a questão em aberto quanto à “ideia de os seus dados e de a sua informação estar tão acessível (...) o *thefacebook* fazia com que as pessoas se interrogassem sobre o que deveriam revelar *online*” (KIRKPATRICK, 2011: 120).

Hoje o *facebook*, segundo informações estatísticas⁸¹ do próprio *site*, conta com cerca de 483 milhões de utilizadores activos em média. E pudemos seguramente assumir que qualquer pessoa faz parte constitutiva destas redes, por sua livre e espontânea vontade, por sua própria escolha, consequentemente, tudo o que disponibiliza, desde mensagens, fotos e vídeos passa a ser de domínio público, sempre

⁷⁷ As aspas são nossas.

⁷⁸ As aspas são nossas.

⁷⁹ A título de exemplo, podemos indicar outras redes disponíveis: *hi5*; *Twitter*; *Youtube*; *Friendster*; *LinkedIn*; *Orkut*; *MySpace*; *Flickr*; *Plaxo*.

⁸⁰ Cfr. Política de Privacidade, disponível em : <http://www.facebook.com/legal/terms?ref=pf> [Acesso em 15 de Abril às 12h00]

⁸¹ Disponível em: <http://newsroom.fb.com/content/default.aspx?NewsAreaId=22> [Acesso em 15 de Abril às 04h00];

Curiosidade: em Dezembro de 2011 foram contabilizados 845 milhões de utilizadores activos por mês.

sob o nível de definições de privacidade que cada utilizador tem oportunidade de assinalar.

Para melhor perceber o conceito de partilha intrínseco às redes sociais, estas disponibilizam cada vez mais aplicações com vista a um desenvolvimento nesse aspecto, ora veja-se: “o *thefacebook* criou mais duas características que deram aos estudantes ainda mais razões para passar mais tempo no *site*. Incluiu no perfil dos utilizadores «o mural», que permitia a qualquer um escrever o que quer que fosse no perfil dos outros. Podia ser uma mensagem para a pessoa, ou um comentário – o equivalente a um *e-mail* público. Qualquer visitante do seu perfil conseguia vê-lo”. O mesmo autor refere ainda que, “o mural tornou-se a característica mais popular do *thefacebook* (...) Agora, não só se podia navegar para observar as pessoas, como também se podia reagir ao que se via” (KIRKPATRICK, 2011: 123).

Existe ainda outra funcionalidade no seio da rede social *facebook* que é o “*like*”, e que consiste na sinalização voluntária de um qualquer conteúdo que se goste. É como um *marketing* de partilha e divulgação, com a inerente permissão, é aplicado a conteúdos, amigos, fotos, vídeos, pensamentos e qualquer outro tipo de assuntos que sejam partilhados, reflectindo de alguma forma o conceito de utilização que falámos.

CAPITULO III – MONITORIZAÇÃO

1. Informações Policiais

Considerando os variados conceitos que aqui já expusemos e pendendo sobre o termo Informações a ideia de um conjunto de dados colocados num contexto, relacionados com o espaço, o tempo e o cenário da acção, as informações consistem na análise da informação no sentido de obter conhecimento. É desenvolvido todo um trabalho sobre os dados para lhes dar algum sentido, compreendendo assim a informação relacionada, organizada e contextualizada.

No domínio da Segurança Interna, o conceito de Informações é entendido como a actividade destinada à produção de informações. Contudo, é nas Informações Policiais que este conceito ganha forma enquanto actividade instrumental.

A PSP desenvolve uma actividade que acolhe um vasto quadro legal como suporte da sua competência, do qual destacamos a LOPSP e a LOIC. Facilmente se depreende que a actividade desenvolvida pela PSP, sem prejuízo de competências a que respeitam outras Forças de Segurança, tem dois domínios distintos, ainda que de forma complementar – a Ordem e Segurança Pública e a Investigação Criminal, tendo como norteadores o respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, previstas na CRP⁸².

As Informações são produzidas segundo um processo – Ciclo de Produção de Informações (MORGADO, 1998: 85) - de um ciclo clássico, contínuo e dinâmico. A produção de informações compreende, em termos muito gerais, a direcção, a obtenção ou captura de dados, a protecção, a análise, a produção de resultados, a certificação de resultados e a sua potencial disseminação.

Indo muito para além do que seria apenas um grande banco de dados, esta actividade passa pela gestão sistematizada de um manancial de informação, que resulta de um processo cíclico que passa por várias fases. Basicamente a sequência do ciclo de *intelligence* passa pela identificação/indicação do tipo de informação de que se necessita, leva, de seguida, a que as necessidades se convertam em determinações específicas, que por sua vez indicam como se devem distribuir os recursos e marcam as

⁸² Art.ºs 24.º e seguintes da CRP.

directrizes de quem obtém a informação (fase de direcção). Na fase de aquisição de informação conseguem-se resultados brutos, matéria-prima que passa posteriormente para o analista que trabalha a conversão em *intelligence* (fase de elaboração). A *intelligence* é obtida e distribuída com vista à sua melhor utilização (CABRAL, 2007: 154).

Podemos identificar as diversas fases, segundo o esquema de CASIMIRO MORGADO. Na fase de Orientação da pesquisa podemos definir as prioridades, o que se pretende é planear a maneira de o conseguir através de um plano. A fase de Pesquisa permite-nos a obtenção de notícias através de fontes abertas e/ou fechadas. O Processamento é a fase de transformação das notícias em informações⁸³. Por último, na Exploração, corresponde ao aproveitamento das informações, fazendo o seu estudo (difusão dos estudos e das informações).

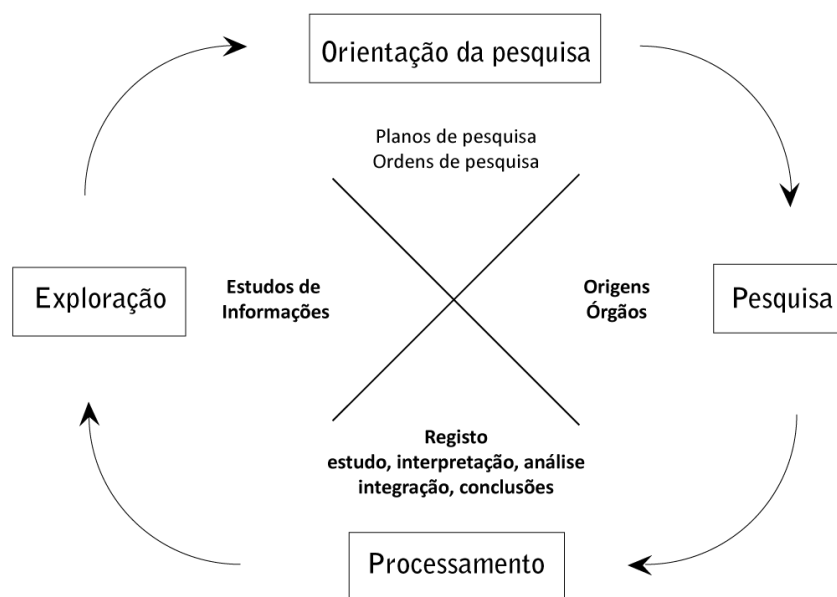


Figura I - Ciclo de Produção de Informações⁸⁴

⁸³ Sobre estes dois conceitos ver o Capítulo I, ponto 2.1 do nosso estudo.

⁸⁴ Fonte: CASIMIRO MORGADO. "Informações e Segurança Interna". In *Lusíada Revista de Ciência e Cultura*.

1.1 Direcção e Planeamento

A orientação do esforço de pesquisa constitui a primeira fase do CPI e é a base de todo o processo de produção. O desenvolvimento que esta fase apresentar vai condicionar todo o resultado obtido pelas diversas fases, que assumem igualmente considerável importância. Esta fase é caracterizada por uma necessidade encontrada relativamente a um determinado assunto, que por uma razão ou outra, carece de resposta ao nível da tomada de decisão.

Neste seguimento, procede-se à “elaboração e subsequente orientação do esforço da pesquisa por referência à definição das necessidades de informações, dos objectivos pretendidos segundo as prioridades estabelecidas sob a forma de elementos essenciais de informação e outros elementos de informação, e do melhor modo de os atingir” (SILVA, 2008: 33).

Concluído o planeamento e expedição de ordens e planos de pesquisa, passamos à fase de Pesquisa propriamente dita.

1.2 Pesquisa de Notícias

O desenvolvimento desta fase passa pela recolha das notícias ou dos dados informacionais, com recurso sistemático à origem pelos órgãos de pesquisa. Existe claramente a necessidade de tratar a informação, pelo que esta será posteriormente remetida ao serviço competente para o efeito, como bem alertam DÁRIO PRATES e MANUEL GUEDES VALENTE nas suas respostas às entrevistas aplicadas (anexo A).

A informação obtida por fontes abertas ou clandestinas, a partir de informação pública, deve ser validada e não tomada à partida como verdade absoluta. MARIA JOSÉ MORGADO corrobora desta opinião, conforme decorre da resposta à segunda questão da entrevista (anexo A).

A imaginação, a iniciativa e a criatividade são contributos a que a pesquisa de notícias deve obediência, sem nunca esquecer os princípios legalmente previstos (FERNANDES e PEREIRA, 2006: 18).

A pesquisa recorre a meios técnicos e humanos, em que naturalmente a primeira consiste no recurso à tecnologia⁸⁵ com as suas próprias limitações, consoante seja a evolução dessa mesma tecnologia e a capacidade de quem a vai operar⁸⁶. A pesquisa humana recai seguramente na afectação de recursos humanos nas acções de pesquisa (GOUVEIA, 2005: 14).

A pesquisa faz-se com recurso a determinada fonte e estas podem ter diferentes classificações, desde fontes abertas⁸⁷ (em forma electrónica, escrita ou oral), fontes classificadas (em regra geral, contêm informações sensíveis e não estão publicamente disponíveis), fontes oficiais das informações (emergem de instituições e têm carácter formal), fontes privadas (de carácter informal), fontes voluntárias e pagas, (disponibilizam informação sem contrapartidas ou exigem um pagamento para disponibilizar informação respectivamente) (FERNANDES e PEREIRA, 2006: 19).

Importa observar que “a maioria das notícias recolhidas pelos serviços de informações dos Estados democráticos resulta hoje de uma pesquisa orientada para fontes abertas” (PEREIRA, 1998: 43).

1.3 Processamento de Notícias

Comummente designado por análise, COREY E. HELDON classifica esta fase como “*Analysis is at the heart of the intelligence process.*”⁸⁸, por ser esta a fase em que se convertem as notícias, dados ou factos em informações de valor acrescentado – *intelligence* – (HELDON cit in RATCLIFFE, 2004: 99), na passagem pela fase anterior através dos órgãos de pesquisa.

A fase de processamento comporta três etapas sequenciais: o registo, o estudo e a interpretação. Na medida do possível esta ordem é, em regra, respeitada, contudo, atendendo ao princípio da oportunidade, pode haver necessidade se ser difundida, sem qualquer tratamento, uma informação ou fonte de elevada credibilidade pode levar à difusão espontânea, sem necessidade de qualquer intervenção.

No processo de transformação de notícias em informações, o Estudo e a Interpretação, precisamente a segunda e terceira etapas do processo, têm como suporte o

⁸⁵ A título de exemplo, podemos referir a fotografia, filmagens, localizadores GPS (*Global Position System*), a intercepção de comunicações, entre outros.

⁸⁶ Respeitando ainda todos os limites legalmente previstos.

⁸⁷ Sobre esta noção ver o Capítulo II, ponto 3.1 da nossa exegese.

⁸⁸ Tradução: “A análise é o coração do processo de produção de informações” - Heldon, Corey, *chapter 8, Exploratory intelligence tools*, in Ratcliffe, Jerry, *Strategic Thinking in Criminal Intelligence*.

Registo (primeira etapa), que se destina a “organizar e categorizar as notícias de forma a permitir o estabelecimento de relações entre dados aparentemente não relacionados” (GOUVEIA, 2005: 15), de forma a tornar inteligível o estudo das notícias.

O Registo deve ainda ser efectuado prevenindo a possibilidade de extravio, de forma a não negligenciar o seu arquivo, este deve preferencialmente ser guardado em suporte físico e tecnológico, salvaguardando perdas e permitindo consultas futuras. O Sistema Estratégico de Informações⁸⁹ (SEI) é a ferramenta ao serviço da PSP que melhor materializa esta etapa.

No desenrolar do encadeamento lógico deste processo, na fase do Estudo da notícia, o objectivo é determinar qual a pertinência e verosimilhança da mesma e qual o grau de confiança da sua origem e da pesquisa em si. O entrevistado DÁRIO PRATES alude a esta noção (anexo A). A indispensabilidade de se perceber se existe ou não interesse na recolha da notícia para o trabalho a desenvolver é indeclinável, bem como averiguar a urgência da sua difusão.

Quanto à Interpretação, sendo a terceira etapa do processo de transformação de notícias, resume-se à aferição e ao resultado da notícia, comparando dados e factos que ajudam a formar conclusões.

A divisão em três pontos, a Análise, a Integração e a Conclusão, concretiza a etapa de Integração. Numa sequência lógica que procura individualizar dados decompondo a notícia, que procura a combinação de elementos obtidos com outros com os quais se possa corresponder, eventualmente de outras notícias, e na procura de conclusões profícuas que dão origem às informações (SILVA, 2008: 33).

1.4 Exploração das Informações

É nesta altura que estamos em condições de colacionar resultados, produto de todo o processo, e, eventualmente, criar novas necessidades de informação, dando continuidade ao ciclo. Podemos concluir, numa combinação de percepções, que o que se pretende é “a maximização das informações obtidas através da apresentação destas a quem pertencia a necessidade que originou a sua produção. Este, por sua vez, decidirá proceder à difusão das mesmas, se tal for por si definido” (SILVA, 2008: 33).

⁸⁹ O Sistema Estratégico de Informações (SEI) é a plataforma informática que suporta toda a informação relativa à actividade operacional da PSP e auxilia na análise e tratamento de informações, gestão e controlo operacional.

Salientando apenas dois princípios que devem reger a permissível difusão das informações: o Princípio da Oportunidade⁹⁰ e o Princípio da Propriedade⁹¹.

2. Informações e Investigação Criminal

As informações agem por antecipação. É deveras conhecido o adágio que refere “informação é poder”, e em matéria de segurança, constitui a primeira linha de defesa, que numa abordagem integrada da segurança, implica uma estreita coordenação e colaboração entre todas as entidades que concorrem na produção, pesquisa, processamento, análise e difusão de informações. Com as distâncias e devidas diferenças quanto à actividade dos serviços de informações e serviços de investigação criminal, que não se confundem. Esta é também a ilação que podemos tirar das perspectivas comunicadas pela grande maioria das personalidades entrevistadas, nomeadamente PEDRO CLEMENTE, MANUEL GUEDES VALENTE, MARIA JOSÉ MORGADO e RAMOS CANIÇO (ANEXO A).

O cerne da actividade de informações no âmbito da investigação criminal, marca a diferença relativamente ao trabalho produzido por investigadores, académicos ou centros de investigação científica, numa perspectiva metodológica. H. MANNHEIM considera a investigação criminal “um processo padronizado e sistemático destinado a atingir o conhecimento” (MANNHEIM *cit in* BRAZ, 2010: 18). Neste sentido, procura-se efectivamente perscrutar Como? Quem? O quê? e Onde?, e por fim, ao processo analítico, compete responder ao Porquê?

Embora aprofundemos melhor a noção no desenvolvimento do nosso estudo, adiantamos que a Análise⁹², permite carrear o possível, com utilidade, para enriquecer o conhecimento sobre o facto, contudo é necessário saber quais são os seus instrumentos. Deste modo, é indiferente o volume dos problemas ou das questões postas, pois a investigação é o percurso do conhecimento judiciário que anda em torno do conjunto das cinco questões fundamentais que atrás referimos.

Os processos administrativos e burocráticos não abonam a favor da actividade de informações no âmbito da investigação e esta não se compadece com a rigidez que os

⁹⁰ Quanto à difusão, respeitando a sua segurança, a sua forma e a sua pertinência.

⁹¹ Ou Princípio da necessidade de saber, i. e., quanto mais elevado for o grau de classificação de uma determinada matéria, menor será o número de pessoas que lhe terá acesso.

⁹² Noção presente na apresentação *PowerPoint* na cadeira de IC do 4.º ano do 24.º CFOP, disponibilizada pelo DIC.

define. Ora, a informação tem por princípio a sua utilização em tempo útil e a mais intensa cooperação, que nunca será a suficiente, pois a sua principal razão é a de que existe sempre uma maior quantidade de informação potencialmente disponível que aquela que um único serviço tem capacidade de monitorizar. MARIA JOSÉ MORGADO sublinha a troca de informações como prática de cooperação (anexo A).

O dinamismo instrumental que as informações arrogam para a investigação criminal é determinante na medida em que podem desencadear processos judiciais, constituindo ainda uma fase prévia da própria prevenção criminal – *principiis obsta* – aludindo à divisa do SIS (PEREIRA, 2005: 157). Significa que a sua acção visa antecipar os perigos, prevendo e detectando as ameaças logo no início, a fim de alertar em tempo útil, de modo a prevenir antes que se concretize. Os entrevistados RAMOS CANIÇO e PAULO FLOR realçam o importante trabalho de segurança desenvolvido quanto às informações de eventos desportivos (informações de claque) e MANUEL GUEDES VALENTE quanto à questão das manifestações (anexo A).

Emerge assim a necessária ligação entre as informações e a investigação criminal e reconhecer a “existência de informação com alcance estratégico para a investigação criminal”, exige assim que se alveje as informações de investigação criminal, como sustentáculo à forma como determinada investigação deve ser conduzida, auxiliando o patamar de decisão sobre táticas e técnicas mais adequadas a empregar no âmbito da investigação criminal (FERNANDES e VALENTE, 2005: 36), a investigação criminal é ainda definida por FERREIRA ANTUNES como “a pesquisa sistemática e sequente do respectivo objecto, com recurso a meios técnicos e científicos” (ANTUNES *cit in* BRAZ, 2010: 19).

De forma mais cingida, esta relação pode funcionar como auxiliar à recolha de indícios e provas materiais, conduzir à descoberta de actividades criminosas, de suspeitos ou até provar a culpa dos mesmos. Em termos materiais, a investigação criminal “constitui uma área do conhecimento especializado que tem por objecto de análise o crime e o criminoso e, por objectivo, a descoberta e reconstituição da verdade material de factos penalmente relevantes e a demonstração da sua autoria” (BRAZ, 2010: 19).

Contudo, é nossa percepção que caminhamos para terrenos débeis no que respeita a doutrina criada nesta matéria, e será até precoce conseguir tirar conclusões determinantes. Aqui várias questões podem ser levantadas. As informações de IC ou

informações criminais, mais não são que aquelas recolhidas em fase de inquérito, de determinado processo-crime, sobre arguidos, suspeitos, *modus operandi*⁹³, relacionamentos, estabelecimentos envolvidos, etc. O seu papel fundamental é reduzir as incertezas e clarificar o objecto de pesquisa, através da interpretação dos resultados obtidos tendo por base uma informação depurada de impurezas, como complementam e clarificam DÁRIO PRATES e RAMOS CANIÇO nas suas entrevistas (anexo A).

Comparativamente, a IC “compreende o conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher as provas, no âmbito do processo”⁹⁴, concomitantemente com a finalidade do inquérito, em que a dedução de acusação depende, nos termos do CPP⁹⁵, da recolha de indícios suficientes de se ter verificado o crime e de quem foi o seu agente. O mesmo diploma, esclarece ainda que se consideram suficientes os indícios de que resulte possibilidade razoável de condenação.

Logo, “há fenómenos que podem ser acompanhados em simultâneo por serviços de informações e por órgãos de investigação criminal” (PEREIRA, 2005: 160), ainda que com diferentes abordagens. À IC, através dos OPC’s, interessa reunir indícios probatórios que habilitem a deduzir uma acusação⁹⁶ no termo do inquérito, subordinados funcionalmente ao MP. Esta é também uma convicção transversal a todos os nossos entrevistados (anexo A).

3. Informações Criminais

A produção de informações pode assumir, como já vimos, múltiplas vertentes. É enquanto actividade instrumental que vamos procurar desenvolver e direccionar o nosso estudo, nomeadamente na índole criminal, onde se encaixam as informações policiais, não obstante, revestem diferentes objectivos ainda que se complementem.

No âmbito da IC, inferimos que, ainda que com as devidas diferenças quanto à missão, as Forças e Serviços de Segurança desenvolvem actividades no domínio da IC,

⁹³ Significa "modo de operação". Utilizada para designar uma maneira de agir, operar ou executar uma actividade seguindo sempre os mesmos procedimentos.

⁹⁴ Art.º 1.º da Lei n.º 49/2008 de 27 de Agosto - LOIC

⁹⁵ Art.º 283.º n.º 1 e 2 do CPP.

⁹⁶ Ao MP não cabe deduzir acusação nos casos de crimes particulares, em que compete ao assistente (art.º 285.º n.º 1 do CPP)

tendo como fim a produção de *Intelligence*, sempre no respeito das limitações e princípios legalmente previstos, com especial relevo para os DLG's previstas na CRP⁹⁷.

“A existência de informação com alcance estratégico para a investigação” criminal (PEREIRA *cit in* GARCIA, 2009: 18) fez com que haja a necessidade de articulação entre os diferentes Órgãos de Polícia Criminal na partilha de informações relevantes. Esta articulação assume colossal importância no desenvolvimento da actividade de IC, materializada na LOIC, ao prever o Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC)⁹⁸.

É também nossa convicção, dispondo da auspiciosa percepção de FIÃES FERNANDES e MANUEL G. VALENTE, entender que as informações de IC, servem de pilar à forma de condução de qualquer investigação e auxiliam a tomada de decisão no que respeita a técnicas e táticas a empregar no âmbito da IC (FERNANDES e VALENTE, 2005: 36).

Funcionam como “auxiliar na recolha de indícios e de provas materiais, que levem à descoberta de actividades ou de suspeitos, ou que provem a culpa dos mesmos” (COIMBRA e FERNANDES, 2001: 46), e “têm como propósito directo instrumentar a perseguição penal” (DANTAS e SOUZA: 5). Usando desta consideração, parece-nos razoável arrogar a percepção de que as informações de IC mais não são que um conjunto de dados relativos a um qualquer “processo-crime, arguidos, suspeitos, *modus operandi*”⁹⁹ utilizado, estabelecimentos envolvidos, introdução do produto do crime, percurso do dinheiro (...)” (SOUSA, 2005: 5), por sua vez sujeitos a um rigoroso tratamento na finalidade de lhe atribuir utilidade para a actividade policial.

3.1 A análise de informações de investigação criminal

A actividade policial não pode nunca demitir-se da produção de conhecimento criminal, a análise de informações criminais surge no encadeamento da actividade desenvolvida pela Polícia, especificamente no âmbito da IC. Como destaca FERREIRA ANTUNES, as ferramentas¹⁰⁰ da IC, “constituem de facto, vias de pesquisa e de recolha

⁹⁷ Cfr. Art. 24.º e ss. da CRP.

⁹⁸ Cfr. Art. 11.º da Lei 49/2008 de 27 de Agosto - LOIC.

⁹⁹ Significa “modo de operação”. Utilizada para designar uma maneira de agir, operar ou executar uma actividade seguindo sempre os mesmos procedimentos.

¹⁰⁰ Quanto a este assunto (FERREIRA ANTUNES *cit in* BRAZ, 2010: 20), que considera como três principais ferramentas da investigação criminal: a Informação; a Interrogação – conjunto de procedimentos tendentes à obtenção de prova pessoal; a Instrumentação – conjunto de procedimentos tendentes à obtenção de prova material.

de informação e a investigação criminal, orientada por um método próprio de raciocínio, (...) não constitui mais do que um processo de gestão de informação, dirigido à realização de um fim específico” (BRAZ, 2010: 38).

Tendo em conta o já manifesto CPI, a fase de análise de informações, integrada no processamento de notícias e de onde se extraem as necessárias conclusões, acaba por ser determinante, na medida em que “é precisamente a análise, nas informações criminais, onde se estabelece a principal diferença entre o Processo de Produção de Informações na vertente policial e o processo tradicional¹⁰¹” (MEDEIROS, 2001: 35).

A análise de informações, como reconhecida ferramenta de apoio à execução operacional no trabalho desenvolvido pelas diferentes Polícias e em específico no âmbito criminal, pode ser objecto de vários conceitos teóricos, como “uma aplicação de métodos analíticos aos dados recolhidos com o intuito de auxiliar a investigação criminal” (GOUVEIA, 2005: 17). Todavia, pela credibilidade da Instituição, salientamos a definição da INTERPOL: “*The identification of and provision of insight into the relationship between crime data and other potentially relevant data with a view to police and judicial practice.*”¹⁰².

Contudo, existem outras acepções que nos parecem igualmente interessantes e com as quais anuímos. Assim, parece-nos de todo relevante considerar a análise criminal, por STEVEN GOTTLIEB, como “o conjunto de processos sistemáticos (...) direccionados para o provimento de informação oportuna e pertinente sobre os padrões do crime e suas correlações de tendências, de modo a apoiar as áreas operacional e administrativa no planeamento e distribuição de recursos para prevenção e supressão de actividades criminais, auxiliando o processo investigativo e aumentando o número de prisões e esclarecimento de casos. Em tal contexto, a análise criminal tem várias funções setoriais na organização policial, incluindo a distribuição do patrulhamento, operações especiais e de unidades táticas, investigações, planeamento e pesquisa, prevenção criminal e serviços administrativos”¹⁰³ (GOTTLIEB *cit in* DANTAS e SOUZA: 1).

¹⁰¹ Por processo tradicional entenda-se toda a análise e produção de informações realizada pelos Serviços de Informações (p. ex. SIS).

¹⁰² Tradução: “A identificação e o aprovisionamento da relação entre dados da criminalidade e outros dados potencialmente relevantes, com vista à prática da cooperação policial e judicial.”

¹⁰³ Neste sentido veja-se DANTAS e SOUZA. *As bases introdutórias da análise criminal na inteligência policial*. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?Team=%7B21F842C5-A1C3-4460-8A48-83F441C4808C%7D> [Acesso em 7 de Fevereiro de 2012 às 22h00]

Continuando a descortinar outras interpretações, a análise de informações pode envolver “o tratamento de dados relativos a crimes (com a possibilidade de o ser em relação a outro tipo de dados, como por exemplo estatísticas da população), usando técnicas normalizadas, com o objectivo de identificar relações e tendências da actividade criminal” (COIMBRA e FERNANDES, 2001: 47).

Ainda a interessante percepção da análise criminal ser entendida como “um conjunto de processos sistemáticos direccionados para o provimento de informação oportuna e pertinente sobre os padrões do crime e as suas correlações de tendências, de modo a apoiar as áreas operacional e administrativa no planeamento e distribuição de recursos para prevenção e supressão de actividades criminais” (PINTO e RIBEIRO, 2006: 12).

Conseguimos erigir a verdadeira dimensão do problema, ao dar um sentido de orientação à investigação. A percepção de ALEXANDRE COIMBRA e FIÃES FERNANDES é clara quanto a fornecer uma direcção à investigação, pois consideram “uma mais-valia, através da formulação de hipóteses e recomendações operacionais, sem também esquecer a reconstituição do *iter criminis*¹⁰⁴, a determinação se as infracções foram cometidas pelo mesmo autor, a compreensão do funcionamento das organizações criminosas e a compreensão da amplitude e as características da actividade criminosa” (COIMBRA e FERNANDES, 2001: 48).

A procura de padrões e tendências criminais¹⁰⁵ assiste a motivação no desenvolvimento da actividade de análise criminal. A título de exemplo, o Núcleo de Análise Criminal (NAC) da PSP, sediado na Quinta das Águas Livres em Belas, conta com o esforço de uma equipa de analistas que “passam os dias a recolher informações sobre crimes registadas no SEI pelas Subunidades Policiais da PSP de todo o país e a tratá-las de forma a serem úteis” (PINTO, 2012: 67).

Importa salientar que para o analista existem enormes diferenças entre as diversas variantes monitoradas, pois os delitos são apreciados de acordo com pontos comuns que se possam estabelecer. Esta alusão parece-nos importante na medida em que à luz do nosso Código Penal, os ilícitos respeitantes a determinado fenómeno

¹⁰⁴ Significa “caminho do delito”. Utilizada no direito penal para se referir ao processo de evolução do delito, *i. e.*, descrevendo as etapas que se sucederam desde o momento em que surge a ideia do delito até à sua consumação.

¹⁰⁵ Características identificáveis que se repetem em dois ou mais eventos criminais, numa determinada série histórica e que vincula diversos episódios criminais entre si.

criminal¹⁰⁶ são tratados de forma igualitária no que concerne ao seu enquadramento base, ou seja, a solução jurídica base é idêntica para quaisquer variantes do crime.

Urge sublinhar que a análise de informações criminais é alvo de indecisas classificações, e parece-nos razoável referir duas categorias como principais, a análise estratégica e a análise operacional, porém, alguns autores distribuem pelo conceito mais uma categoria, e defendem que esta deve ser categorizada em análise tática, estratégica e operacional (RATCLIFFE, 2007: 8).

A análise estratégica tem como finalidade cumprir o objectivo das informações, visa essencialmente promover a consciência e o conhecimento relativo a padrões de comportamento criminal e sobre o meio em que estes se desenvolvem, “centra-se na identificação e avaliação de problemas (...) e em conceber o conhecimento necessário para que se crie condições que possibilitem uma resposta a problemas futuros” (MORENO *cit in* GARCIA, 2009: 20).

Quanto à análise operacional constitui-se como que a “energia”¹⁰⁷ que impele o exercício da monitorização, constituindo-se como alicerce no apoio a investigações que manifestem elos comuns. A fronteira entre as duas categorias enunciadas é, para todo o caso, ténue, pois partilham conceitos e objectivos idênticos, todavia a análise operacional fundamenta-se em dados concretos, com vista à compreensão de um assunto em particular e de cariz operacional, orientando e extraíndo conclusões (JORDÃO e MOTA, 1999: 23).

Ainda quanto à Análise Operacional, esta compreende a associação de dados, factos, notícias ou mesmo outras informações, sobre determinadas ocorrências, na busca de uma relação entre variáveis, como o *modus operandi*, data/hora, local, objectos utilizados, entre outras, com o objectivo de identificar suspeitos (SANTOS, 2005: 14). Em síntese, através da identificação de aspectos específicos, a Análise Operacional pode produzir informações que nos levem a indiciar um determinado indivíduo, o respectivo modo de actuação ou até mesmo à autoria de um crime que esteja a ser investigado.

Na mesma linha de pensamento, JOSÉ BRAZ aponta a utilidade da informação “uma vez sujeita a um processo de tratamento sistemático através de sistemas centralizados que garantam a sua compilação, análise, avaliação e difusão em tempo útil, transforma-se em conhecimento da criminalidade” (BRAZ, 2010: 39). A

¹⁰⁶ Por exemplo, o crime de Roubo (enquadramento base – Art.º 210.º do CP), considerando agora duas variantes diferentes: o roubo de viatura – “*carjacking*” e o roubo do fio de ouro por esticção, claramente existem enormes diferenças nas variantes a monitorar.

¹⁰⁷ As aspas são nossas.

complementar a perspectiva de JOSÉ BRAZ urge realçar as percepções de DÁRIO PRATES, RAMOS CANIÇO e MANUEL GUEDES VALENTE expostas nas entrevistas aplicadas (anexo A).

Ainda na mesma perspectiva, a capacidade de tratamento de informação, e particularmente a sua análise, tem evidenciado um desmedido desenvolvimento, “fornecendo à actividade de IC – a nível operacional – linhas de actuação e hipóteses de trabalho assentes em diagramas, cronogramas, fluxogramas de conexões, matrizes de probabilidade e – a nível estratégico – apoiando o planeamento e a gestão de polícia, através de análise estatística multifactorial, de georreferenciação gráfica da criminalidade e da identificação de tendências e padrões evolutivos e respectiva incidência” (BRAZ, 2010: 40).

A PSP como OPC, coadjuvante das AJ¹⁰⁸ na acção penal, tem por legado as actividades operacionais que lhe estão incumbidas por força das disposições legais que regem a sua actuação, verdade fortemente vincada nas respostas de MARIA JOSÉ MORGADO, MANUEL GUEDES VALENTE e DÁRIO PRATES (anexo A). Ora, a análise operacional tem por fim a produção de *intelligence* que pode servir de suporte às actividades operacionais da Polícia, em especial na IC. No caso concreto do DIC, e em especial do NAC, as informações produzidas neste âmbito constituem valiosos instrumentos de apoio para a identificação de tendências e padrões criminais, com vista à imediata prevenção ou repressão criminal que nos é exigida. Este trabalho resulta na produção de Relatórios de Informações Criminais¹⁰⁹ que são posteriormente enviados aos diversos comandos da PSP (PINTO, 2012: 67).

Note-se que o estabelecimento de conexões de determinado facto criminoso, resulta de uma análise que inclui uma série de associações, correlação de dados, factos, notícias e informações que nos levam à identificação de aspectos específicos e comuns, que podem indiciar um determinado indivíduo ou indivíduos bem com os respectivos modos de actuação, como lembra PAULO FLOR e explica DÁRIO PRATES nas respectivas entrevistas (anexo A). Por vezes, denunciam mesmo a autoria de crimes que estão, ou podem, ser investigados, fazendo assim todo o sentido difundir este conhecimento.

¹⁰⁸ Cfr. Art.º 1.º al. b) do CPP, são o Juiz, o Juiz de Instrução (JIC) e o Ministério Público, cada um relativamente aos actos processuais que cabem na sua competência.

¹⁰⁹ Tecnicamente designados pela abreviatura RIC, são instrumentos de trabalho policial e apenas são dados a conhecer a uma AJ se não forem sujeitos a classificação de segurança (Reservado; Confidencial; Secreto; Muito Secreto). Uma grande parte destes RIC são partilhados com outras FSS (PJ; GNR; SEF) e com a Unidade Nacional Europol.

Em jeito de esclarecimento, a autora brasileira ANA MIRANDA afirma que “não se pretende com a análise criminal medir qual é a quantidade de crimes que ocorrem (...) o que a análise criminal pode contribuir é no fornecimento de subsídios para ações do poder público, seja na dimensão tática, para que os policiais possam realizar melhor as investigações” (MIRANDA, 2006: 40).

Corroborando da percepção concludente de TIAGO GARCIA quanto à diferença entre as formas de Análise – Estratégica e Operacional – consideramos também de fácil compreensão a distinção entre ambas. Enquanto a “Análise Estratégica tem como fonte dados gerais e a sua finalidade é a de orientar a política policial ou judicial, debruçando-se sobre fenómenos, a Análise Operacional fundamenta-se em dados concretos e destina-se à compreensão de um assunto em particular e de cariz operacional, orientando e extraindo conclusões” (GARCIA, 2009: 22).

Contudo é decerto necessário, e verifica-se prudente, ter a consciência de que não há uma separação rígida entre Informações Estratégicas e Operacionais, muito embora o propósito para o qual as mesmas são produzidas possa determinar forçosas diferenças, a mesma informação pode, inevitavelmente, ter diferentes significados¹¹⁰, sujeitando-se ao contexto e finalidade da própria análise, conforme seja para fins estratégicos ou operacionais.

3.2 Formas de Análise Operacional

Antecipando a leitura do quadro a seguir exposto, verificamos que a Análise Operacional conta com cinco formas - Análise de Caso; Análise Comparativa de Casos;

¹¹⁰ Excerto de texto do Manual *Strategic Intelligence Analysis Course* – (MORENO, 2002: 8), que mostra de forma bem humorada, que a informação pode ter numerosos significados, dependendo de quem analisa: “*Sherlock Holmes e Dr. Watson vão acampar... Montam a tenda e, depois de uma boa refeição e uma garrafa de vinho, deitam-se para dormir. Algumas horas depois, Holmes acorda e interroga seu fiel amigo:*

- Meu caro Watson, olhe para cima e diga-me o que vê.

Watson responde:

- Vejo milhares e milhares de estrelas.

Holmes então pergunta:

- E o que é que isso significa?

Watson pondera por um minuto, depois enumera:

-Astronomicamente significa que há milhares e milhares de galáxias e, potencialmente, biliões de planetas. Astrologicamente, observo que Saturno está em Leão e teremos um dia de sorte. Em relação às horas, deduzo que sejam aproximadamente 3h15 devido à altura em que se encontra a Estrela Polar. Teologicamente, posso ver que Deus é todo-poderoso e somos pequenos e insignificantes. Meteorologicamente, suspeito que teremos um lindo dia amanhã. E para si, o que significa?

Holmes fica um minuto em silêncio, então responde:

-Watson, seu imbecil! Significa apenas que alguém roubou a nossa tenda!!!”

Análise de Grupo de Autores; Análise de Perfil Específico; Análise de Investigação - relativamente a três variáveis - Quanto ao Facto Criminoso; ao Autor; ao Método de Controlo da Criminalidade.

| | Análise Estratégica | Análise Operacional |
|-------------------------------------|--------------------------------|---|
| Facto Criminoso | dos Fenómenos da Criminalidade | de um Caso (caso único) |
| | | Comparativa de Casos |
| Autor | de Perfil Genérico | de Grupo de Autores (autor conhecido) |
| | | de Perfil Específico (autor desconhecido) |
| Método de Controlo da Criminalidade | de Métodos Gerais | de Investigação |

Figura II – Quadro de Análise Estratégica e Operacional¹¹¹

Faremos sumariamente a decomposição das diferentes formas, aludindo os seus objectivos e técnicas.

A Análise de Caso compreende o estudo de uma situação delituosa concreta, procurando o que está na sua origem com vista a uma reconstrução histórica do acto. Tem ainda como preocupação “determinar a sequência de eventos e características das acções/actividades de forma a obter informações que permitam orientar a investigação e identificar as coerências entre dados provenientes de diferentes fontes”¹¹² (GARCIA, 2009: 24). A organização, tratamento e armazenamento de dados procura a sua transformação em Informação, vem na sequência do objectivo alcançado que destaca as contradições, confirma as declarações dos suspeitos, assinala lacunas da investigação, propõe novas diligências de investigação (interrogatórios, acareações, entre outros) (JORDÃO e MOTA, 1999: 28).

Das técnicas utilizadas destacamos o Gráfico de Acontecimentos (Figura III), que de forma inteligível, esquematiza os acontecimentos e agrupa-os cronologicamente, e o Gráfico de Análise de Dados, que relativamente à acção criminosa, esta análise representa no tempo determinadas acções dos protagonistas, esquematizando inclusive encontros e telefonemas (SOUSA *apud* GARCIA, 2009: 24).

¹¹¹ Fonte: INTERPOL (org.) - *Guide sur L'analyse criminelle*. Lion, Secrétariat General d'Interpol, 2000. (SOUSA *apud* GARCIA, 2009: 23)

¹¹² Cfr. INTERPOL (org.) - *Guide sur L'analyse criminelle*. Lion, Secrétariat General d'Interpol, 2000.

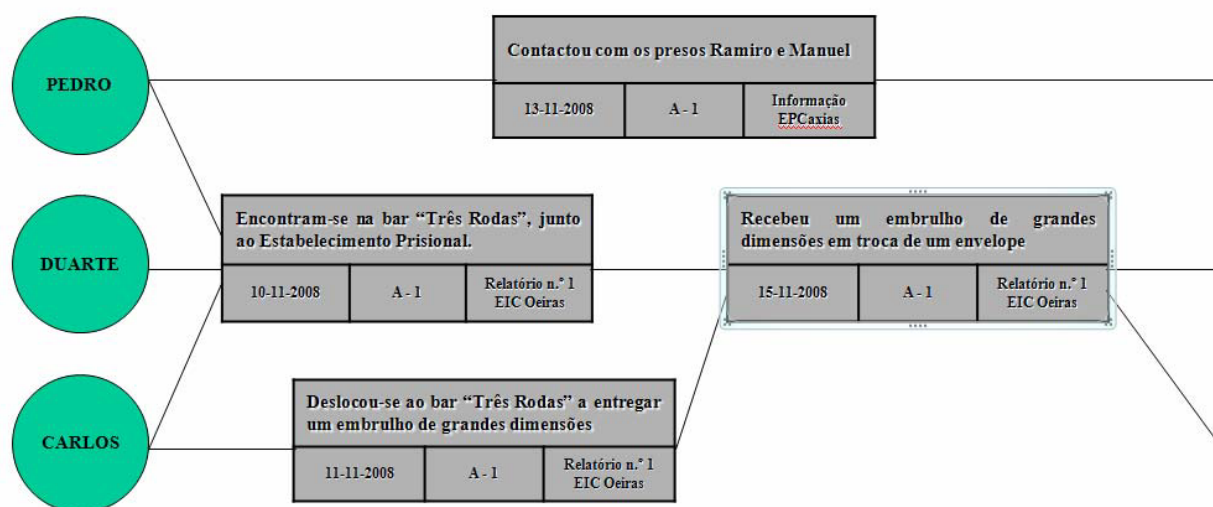


Figura III – Exemplo de Gráfico de Acontecimentos¹¹³

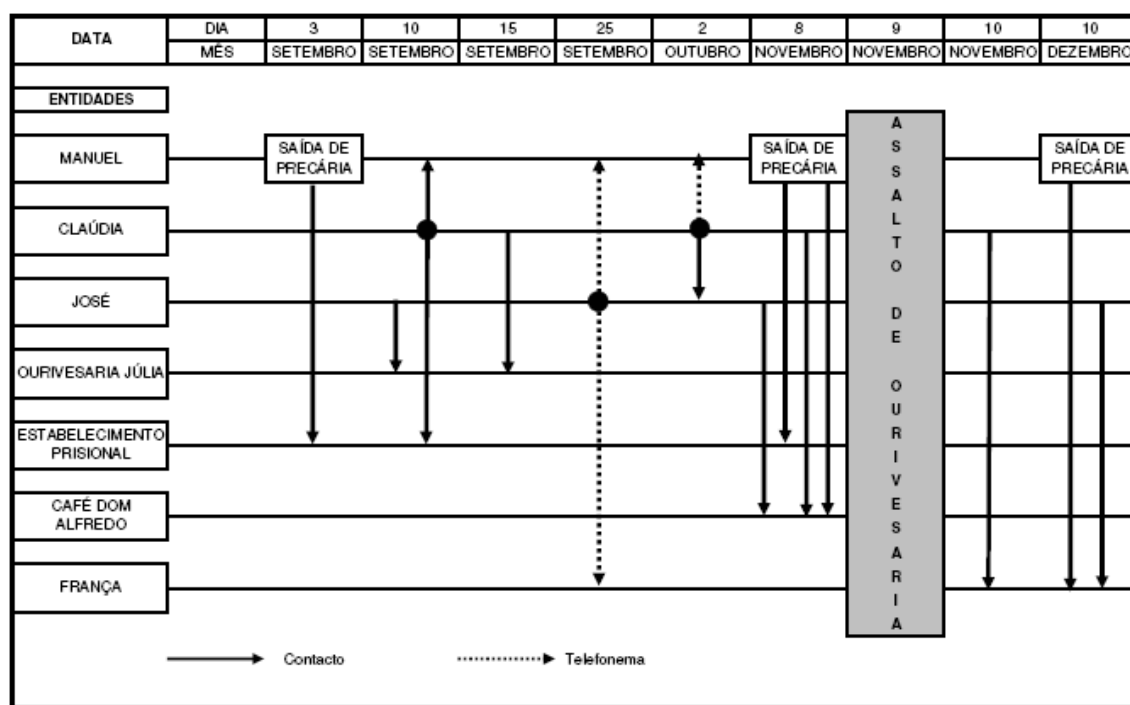


Figura IV – Exemplo de Gráfico de Análise de Dados¹¹⁴

¹¹³ Fonte - Fernandes, Tito, *Módulo de Análise de Informações*. Curso em Gestão de Informações de Segurança, Centro de Estudos e Formação Penitenciária da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, Lisboa, 11 e 12 de Dezembro de 2008.

¹¹⁴ Fonte: *Idem*

A Análise Comparativa de Casos compara as informações relativamente a crimes aparentemente semelhantes, no desígnio de decifrar se os crimes cometidos/organizados são cometidos pelo mesmo indivíduo/grupo. Este tipo de análise, através da Matriz Comparativa (anexo B), apresenta a grande vantagem de termos “uma visão mais ampla sobre todos os eventos, os métodos utilizados e o móbil do crime” (JORDÃO e MOTA, 1999: 30).

Quanto à Análise de Grupo de Autores, esta tem como propósito organizar as informações disponíveis, no sentido de compreender a estrutura de um grupo e o papel que desempenha cada indivíduo, de forma a “clarificar as relações existentes entre cada um dos membros” (JORDÃO e MOTA, 1999: 30). Esta compreensão é um objectivo desta análise acessoriamente à explicação das razões que levam à investigação de determinado grupo e que ajudam a determinar a direcção de uma investigação. A Matriz de Associações e/ou Diagrama de Conexões (anexo B) são as técnicas que, de forma esquemática e descritiva, mais facilmente representam as relações existentes entre pessoas, objectos e organizações, e nos permite interpretar rapidamente o assunto que está em análise (JORDÃO e MOTA, 1999: 31).

Podemos resumir de forma sumária esta análise recorrendo a oito passos¹¹⁵ determinantes neste processo, e que evolutivamente são: 1) reunir todos os dados pertinentes; 2) seleccionar as pessoas, veículos, telemóveis e outros dados importantes; 3) construir a Matriz de Associações; 4) desenhar os pontos de associação na Matriz; 5) começar o Diagrama de conexões pela pessoa/organização que tem mais associações; 6) construir um Diagrama preliminar; 7) clarificar e tornar a desenhar; 8) analisar o Diagrama de conexões, que, por fim, nos vai permitir alcançar reflexões acerca da investigação, que em alguns casos divergem da perspectiva inicial que o investigador tinha do processo.

Contudo, na reconstituição do acto criminoso não basta só a Análise, exige-se também um conjunto de correlações. Partindo dos elementos analisados para serem confrontados entre si e eventualmente ligados com vista a fazer ressaltar: os pontos de concordância (a considerar); os pontos discordantes (a rejeitar) e os pontos duvidosos. É fundamental completar-se a correlação entre pelo menos, a vítima, o local, o suspeito e os objectos utilizados para o cometimento do crime.

¹¹⁵ Fonte - apresentação *PowerPoint* da cadeira de IC do 4.º ano do 24.º CFOP disponibilizada pelo DIC.

A Análise de Perfil Específico consiste no ensaio de constituir o perfil dos criminosos, de acordo com “a descrição do autor ou autores de um ou vários crimes, baseada em vestígios recolhidos no local e informações relacionadas com os mesmos” (JORDÃO e MOTA, 1999: 31).

Por fim, a Análise de Investigação pretende, no âmbito da investigação, estudar e avaliar as diligências efectuadas, detectar e examinar erros ocorridos, com vista à prossecução e conclusão da investigação (JORDÃO e MOTA, 1999: 31).

3.3 Desenvolvimento de hipóteses, teses e recomendações¹¹⁶

É na criação de hipóteses que a análise ganha uma importância fulcral na investigação, todo o trabalho desenvolvido pelo analista é de extrema importância para os investigadores, que conquistam assim um conhecimento detalhado sobre o fenómeno criminal. As hipóteses mais não são do que um resumo dos dados analisados, têm de ser fundadas em notícias/informações extraídas do expediente analisado e submetidas a provas¹¹⁷, de modo a comprovar e a justificar a análise.

A grande virtude da realização da uma tese é arriscar controladamente o que se passou, e sobretudo o que se vai passar quanto a um determinado facto criminoso ou organização criminosa, utilizando um raciocínio lógico concreto, neste sentido o analista deve “arriscar, embora controladamente, quer sobre o que se passou, quer e sobretudo, sobre o que se vai passar quando estuda um determinado evento ou grupo criminoso (...) arriscar hipóteses quer sobre a reconstituição de um determinado delito, quer sobre o funcionamento e estrutura de um grupo organizado” (JORDÃO e MOTA, 1999: 33).

A Síntese é, como DÁRIO PRATES ensina¹¹⁸, a operação intelectual que permite conceber novas combinações com base nos elementos dispersos (constatados, analisados e correlacionados) e dar-lhes uma nova “unidade”¹¹⁹. O objectivo é orientar o conjunto dos procedimentos gerais no sentido da elaboração de hipóteses. Com base na informação disponível no expediente o analista formulará várias hipóteses recorrendo a uma lógica indutiva partindo de conhecimentos particulares obtidos na investigação para um conhecimento geral. Na análise de informações, para além das premissas serem

¹¹⁶ Cumpre-nos informar que este ponto tem como base uma apresentação *PowerPoint* da cadeira de IC do 4.º ano do 24.º CFOP disponibilizada pelo DIC.

¹¹⁷ A título de exemplo - intercepções telefónicas, buscas domiciliárias, vigilâncias policiais, entre outras - possibilitam direccionar a investigação de uma forma metódica e sustentada.

¹¹⁸ Cfr. apresentação *PowerPoint* da cadeira de IC do 4.º ano do 24.º CFOP disponibilizada pelo DIC.

¹¹⁹ As aspas são nossas.

verdadeiras, não existe uma certeza de que a hipótese (inferência) também o seja, pelo que, é preciso ter consciência de que estamos sempre perante probabilidades.

Após a elaboração das hipóteses e analisado o que daí se depreendeu, o analista elabora uma tese geral que agrupa a ideia fundamental.

O trabalho do investigador só fica completo se avançar com sugestões ou recomendações que permitam delinear o sentido que as investigações devem tomar. O investigador não deve avançar com a promoção de Buscas, de Intercepções Telefónicas, ou Vigilâncias, sem primeiro perceber qual a sua necessidade e objectividade. No mesmo encadeamento, VERA SOUSA remata que o trabalho do analista só está concluído quando este avança com “recomendações operacionais que vão permitir clarificar algumas lacunas e contradições e projectar a investigação” (SOUSA *cit in* GARCIA, 2009: 29).

4. Conclusão capitular

Estamos agora em posição de afirmar que o mandato forense, em sede de processo penal e não só, não deve de forma alguma resumir-se ao que está a jusante das investigações criminais, deve sim, sempre que seja determinante para a descoberta da verdade e promoção da justiça penal, emergir em benefício desta. Consideração fortemente sustentada nas entrevistas realizadas (anexo A), transversalmente a todos os visados e especialmente a DÁRIO PRATES e RAMOS CANIÇO.

Assim, no próximo capítulo tentamos estabelecer a ponte entre todo o processo da Análise Criminal e a importância das Informações no âmbito das investigações, com o determinante papel da Polícia na sua intervenção como OPC.

A descoberta da verdade e a sua demonstração em sede de justiça criminal, na actividade de recolha e preservação de provas, só pode produzir efeitos e promover o seu funcionamento no sistema de justiça penal, se for feita de determinada maneira e em obediência a determinados princípios e regras.

No plano da nossa exegese, a IC deve ser orientada na produção de prova, deve procurar descobrir as provas, reais e pessoais que imputem os *factum criminis* a determinada pessoa, em respeito cego pelo dever legal¹²⁰. Antecipamos assim o enquadramento da monitorização de fontes abertas como instrumento de que as polícias

¹²⁰ Especificamente, os art.ºs 124.º e ss. do CPP.

se podem socorrer para a investigação criminal, como também sugerem, em entrevista, PEDRO CLEMENTE, PAULO FLOR e DÁRIO PRATES (anexo A).

Nesta senda, reconhecemos a necessidade da disposição de um conjunto de meios de actuação essenciais para a aquisição e preservação da prova, que constituem as previstas medidas cautelares e de polícia¹²¹, actos necessários e urgentes, praticados pelos OPC, para assegurar os diversos meios de prova.

Sem ser nossa pretensão levantar quaisquer questões de Direito, parece-nos incontornável o seu fundamental enquadramento neste prisma. Ora vejamos: a violação de direitos fundamentais pessoais é sempre questionável, por exemplo, na hipótese por nós levantada, há que ter em consideração, o consentimento da recolha de imagens e a sua utilização¹²² posterior como meio de prova¹²³, envolvendo desde logo diferentes juízos e apreciações.

Convidamos-vos a conhecer o nosso próximo capítulo.

¹²¹ Art.º 248.º e ss. do CPP.

¹²² Sobre este assunto - Direito à imagem - Art.º 79.º do CC. Ver ainda n.º 2 al. a) do art.º 31.º; Art.º 38.º e 39.º do CP.

¹²³ Não sendo ilícita pode uma gravação valer como prova em processo penal, de acordo com o disposto nos Art.ºs 125.º, 126.º n.º 3 e 167.º do CPP.

CAPITULO IV – NOTÍCIA DO CRIME

1. Da intervenção policial no âmbito criminal

A Polícia detém atribuições, competências gerais e específicas que moldam o seu papel na sociedade. Vamos agora debruçar o nosso estudo na intervenção policial no âmbito criminal e na sua actuação como OPC (ou APC).

Sem querermos demiti-la das funções de manutenção da ordem, preservação e tranquilidade pública, a Polícia por “exigências de segurança geral” (DIAS, 2004: 397) enquadra nas suas atribuições a prevenção criminal e a luta contra a criminalidade, na qualidade de órgão auxiliar da justiça como OPC, pode praticar actos processuais penais de competência própria, como sejam as medidas cautelares e de polícia¹²⁴, sem nunca se imiscuir na carência da apreciação e validação judicial e de actos processuais penais, por determinação da AJ competente¹²⁵ na fase do processo em curso.

“A competência da Polícia para a prevenção criminal emerge, *ab initio*¹²⁶, do texto constitucional ao incumbir à Polícia – dentro da segurança pública geral – a prevenção dos crimes¹²⁷” (VALENTE, 2009: 217).

A nossa CRP¹²⁸ outorga na Polícia/OPC responsabilidades na prevenção criminal, fruto da natureza da sua actividade nas três vertentes e face aos poderes legislativo, judicial e executivo. Pesando, inevitavelmente, também sobre a PSP a necessidade de salvaguardar todos os meios de prova, no exercício de promoção das medidas cautelares e de polícia. Os OPC constituem a “*first-line enforcer*”¹²⁹ do sistema criminal, na justa medida em que são, formalmente, a primeira instância de recurso por parte do cidadão, são muitas vezes, a primeira instância a conhecer, a interagir e a articular o processo sobre a realidade criminal.

¹²⁴ Previstas no nosso CPP, Art.ºs 248.º a 253.º e Art.º 16.º da LSI e Leis Orgânicas da PSP, PJ, GNR e SEF – Comunicação da notícia do crime; Providências cautelares quanto aos meios de prova; Identificação de Suspeito e pedido de informações; Revistas e buscas; Apreensão de correspondência; Localização celular; Relatório. Operacionalizadas sem prévia autorização ou ordem judicial sob condição de posterior e imediata comunicação, apreciação e validação judicial.

¹²⁵ AJ's: Ministério Público - MP [inquérito]; Juiz Instrução Criminal - JIC [instrução]; Juiz [julgamento].

¹²⁶ Significa “desde o início”. Termo derivado do Latim *ab* (“de”) + *initio* (“início”).

¹²⁷ Cfr. Art.º 272.º n.º 3 da CRP.

¹²⁸ Art.º 272.º da CRP.

¹²⁹ Caracterização sociológica da função de Polícia, os poderes de Polícia e a discricionariedade da actuação policial, segundo FIGUEIREDO DIAS e COSTA ANDRADE.

Neste sentido, reconhecemos a necessidade da disposição de um conjunto de meios de actuação essenciais para a aquisição e preservação da prova, que constituem as já mencionadas medidas cautelares e de polícia¹³⁰, actos necessários e urgentes, praticados pelos OPC, para assegurar os diversos meios de prova, como acentua MANUEL GUEDES VALENTE na sua entrevista (anexo A).

2. Da notícia do crime

“A polícia, enraizada na função de prevenção da criminalidade, *maxime*¹³¹ na sua função de prevenção criminal *stricto sensu*¹³², reveste natureza de órgão auxiliar da administração da justiça, como OPC¹³³” (VALENTE, 2009: 58).

À Polícia como OPC, cabe colher a notícia do crime e comunicá-la ao detentor da acção penal – MP – que tem a obrigação de promoção oficiosa do processo-crime. Ao OPC cabe assim coadjuvar as AJ, na prossecução de tarefas processuais penais e praticar actos ou diligências processuais na fase do processo em curso e, neste sentido engloba-se: colher a notícia do crime, impedir as suas consequências, descobrir os seus agentes, promover actos necessários e urgentes idóneos a assegurar os meios de prova, deter os agentes dos crimes em flagrante delito, elaborar autos de notícia, comunicar o crime à AJ, proceder à identificação dos suspeitos da prática de crime e de testemunhas, proceder à recolha de informações sobre os crimes, entre outros actos e diligências (VALENTE 2009: 59).

Por consequência da responsabilidade imputada à nossa actividade, a Polícia deve evitar a prática de um crime salvaguardando os meios de prova, muitas vezes numa intervenção anterior à comunicação do crime ao MP¹³⁴. O CPP, nos seus Art.ºs 55.º n.º 2 e 249.º n.º 1, perpetra nos OPC o colhimento da *notitia criminis*¹³⁵, o dever de impedir a sua evolução e quanto possível as suas consequências, descobrir os seus agentes e levar a cabo os actos necessários e urgentes a assegurar os meios de prova.

Como frisa MANUEL GUEDES VALENTE, “os actos a praticar pelos OPC *a priori* da intervenção da AJ obedecem não só à previsão legal, mas também ao preenchimento

¹³⁰ Art.º 248.º e ss. do CPP.

¹³¹ Significa “principalmente; especialmente”.

¹³² Significa “em sentido estrito”.

¹³³ Art.º 1.º n.º 1 al. c) do CPP e Art.º 3.º da LOIC. E cfr. a CRP que dota a Polícia de competência “na adopção de medidas adequadas para certas infracções de natureza criminal”.

¹³⁴ Cfr. Art.º 55.º n.º 2 e Art.º 249.º n.º 1 do CPP.

¹³⁵ Significa a comunicação à Autoridade Policial da existência de um crime. Conhecimento, espontâneo ou provocado, pela Autoridade Policial de um facto aparentemente criminoso ou seja, é a Notícia do crime.

dos pressupostos da medida cautelar e de polícia, como ainda obedecem aos princípios norteadores da intervenção policial, sendo de destacar os princípios da proibição do excesso ou da proporcionalidade *lato sensu*, da igualdade, da justiça, da lealdade e da boa-fé.” (VALENTE, 2009: 228)

Neste sentido, a notícia do crime pode ser adquirida por conhecimento próprio ou constatação directa, ou por meio de Auto de Notícia¹³⁶. Obter o conhecimento de forma directa e imediata, estendendo o conhecimento do crime por meio da comunicação social, onde se incluem as fontes abertas, nomeadamente as redes sociais, notícias anónimas ou até rumores públicos, a expressão conhecimento próprio ou constatação directa abarca um conteúdo mais amplo, “abrangendo não só o conhecimento directo, mas também aquele que é obtido por qualquer meio que não pelos expressamente disciplinados pela lei, i. e., aquele que não é provocado por intermédio dos OPC ou denúncia” (SILVA, 2000: 53).

A notícia de um facto qualificado na lei como crime, quer seja através da comunicação social, notícia, denúncia (ainda que anónima) e ainda os sempre possíveis rumores, pode e deve ser alvo de elaboração de Auto de Notícia¹³⁷, a dar conhecimento ao MP para que este possa determinar uma “investigação de natureza policial no sentido da sua confirmação, da obtenção de indícios credíveis”, da existência ou não dos factos conhecidos (SILVA, 2000: 53), quanto a este assunto, DÁRIO PRATES, MANUEL GUEDES VALENTE e MARIA JOSÉ MORGADO são perentórios e não deixam dúvidas nas respectivas entrevistas (anexo A).

O conhecimento por meio de Auto de Notícia, quer este seja lavrado por OPC (qualquer que seja¹³⁸) ou AJ, assenta num documento base escrito por qualquer uma das entidades referidas, onde se descrevem os factos constitutivos do crime¹³⁹, a entidade elabora o Auto, desde que presencie o facto, nos casos de crimes de natureza pública,

¹³⁶ Cfr. Art.º 241.º e Art.º 243.º do CPP.

¹³⁷ Cfr. Art.º 241.º e Art.º 243.º do CPP.

¹³⁸ Cfr. Art.º 1.º n.º 1 al. c) do CPP. Também segundo a LOIC no Art.º 3.º n.º 1, são Órgãos de Polícia Criminal de competência genérica a PJ, a GNR e PSP. E para complementar, segundo JOÃO RAPOSO, as Forças de Segurança são a PSP, GNR e Polícia Marítima e Serviços de Segurança “os demais serviços, não necessariamente policiais, que concorrem para garantir a segurança interna (...)” (RAPOSO, 2006: 49).

¹³⁹ Dia, hora, local, circunstâncias em que ocorreu, identificações possíveis (autores, ofendidos, testemunhas), as medidas tomadas entre outros factos relevantes.

quando se trata de crimes semipúblicos e/ou particulares¹⁴⁰, o prescrito no auto carece de ratificação por parte do legítimo titular do direito de queixa (VALENTE, 2009: 230).

O conhecimento por meio de denúncia, é obtido através de uma tentativa de levar ao conhecimento de uma autoridade competente um determinado facto ilegal, esperando uma possível punição do(s) autor(es), por meio de uma participação facultativa¹⁴¹, vulgo queixa, apresentada pelo(s) lesado(s)/ofendido(s), ou através de uma participação obrigatória¹⁴², vinda de quem, no exercício das suas funções, tem conhecimento de crimes.

3. Da comunicação da notícia do crime

Quer seja por conhecimento directo, quer seja por meio de denúncia, os OPC devem comunicar a notícia de um crime no mais curto prazo ao MP¹⁴³. Em regra, a comunicação deve ser imediata e feita através da elaboração de Auto de Notícia, contendo todas as circunstâncias de facto, modo, tempo e lugar, e se possível, autoria, conforme demanda a letra da lei¹⁴⁴. Acerca destes aspectos, importa analisar as entrevistas de MANUEL GUEDES VALENTE, DÁRIO PRATES e MARIA JOSÉ MORGADO (anexo A).

A comunicação imediata impõe-se pela legitimidade, titularidade e estatuto que assume o MP sobre a acção penal¹⁴⁵, cabendo-lhe a orientação e direcção do inquérito¹⁴⁶, “verifica-se, assim, a intenção de promover, *ab initio*, o princípio da juridicidade no âmbito criminal” (VALENTE, 2011: 241).

Partilhando da mesma percepção, entendemos também que o dever de comunicação ao MP de “notícias de crime manifestamente infundadas”¹⁴⁷, “não sendo o OPC o órgão titular da acção penal, não lhe cabia decidir do fundamento ou não e do destino a dar à denúncia apresentada, mas sim ao MP, titular constitucional da acção penal” (VALENTE, 2009: 239), logo, é preciso inverter o processo e atribuir a devida

¹⁴⁰ Carece ainda, por parte do titular do direito de queixa, da manifestação de constituição de assistente no processo.

¹⁴¹ Ou por qualquer cidadão, que procure a prossecução da justiça, cfr. Art.º 244.º do CPP.

¹⁴² Cfr. Art.º 242.º do CPP.

¹⁴³ Cfr. Art.º 248.º n.º 1 e 2 do CPP, e n.º 3 do art.º 2.º da LOIC.

¹⁴⁴ Cfr. Art.º 243.º do CPP.

¹⁴⁵ Cfr. Art.º 219.º n.º 1 da CRP e art.º 48.º do CPP.

¹⁴⁶ Cfr. Art.º 263.º do CPP.

¹⁴⁷ Letra da Lei do n.º 2 do art.º 248.º do CPP.

competência ao MP¹⁴⁸, que decide, ou não, pela abertura de um inquérito, não cabendo ao OPC, a qualificação¹⁴⁹, ainda que preliminar, de um crime, até porque parece claro o objectivo de limitar a discricionariedade do poder da Polícia no processamento da criminalidade, na redacção dada ao n.º 2 do Art.º 248.º do CPP, estabelecendo que todas as notícias mesmo aquelas que se apresentem manifestamente infundadas, deverão ser transmitidas ao MP.

Importa esclarecer que os OPC quando promovem as medidas cautelares e de polícia, por razões de urgência, face ao perigo de se perderem, é elaborado¹⁵⁰ um relatório¹⁵¹, após procederem à recolha e conservação de provas reais e pessoais antes da intervenção da AJ, enquadradas como medidas de prevenção sujeitas à apreciação e à validação por parte da AJ competente [MP no inquérito e JIC na instrução], sem prejuízo da elaboração do relatório, por parte do OPC, no final das diligências de investigação no âmbito do inquérito, determinadas pelo MP, ou no âmbito da instrução, determinadas pelo JIC (VALENTE, 2009: 269).

4. Da prova

No plano da nossa exegese, a IC deve ser orientada na produção de prova, ainda que este fim não assuma missão exclusiva, deve procurar descobrir as provas, reais e pessoais que imputem os *factum criminis* a determinada pessoa, sempre sob a alçada do dever legal¹⁵². Logo, devemos centrar-nos no plano da prevenção criminal *stricto sensu*, *i. e.*, de investigação criminal e não de vigilância criminal. Antecipamos assim o enquadramento da monitorização de fontes abertas como instrumento ou medida jurisdicional de que as polícias se podem socorrer para a investigação criminal.

¹⁴⁸ Cfr. Art.º 262.º e 263.º do CPP.

¹⁴⁹ Neste sentido MANUEL G. VALENTE explica que “No momento da aquisição do crime pode-se entender que as circunstâncias factuais consignam a prática de um crime de natureza particular que, após alguns dias, se compagina com um crime de natureza pública. Não vemos mal algum ou qualquer objecção que os OPC elaborem Auto de Notícia ou de Ocorrência (vulgo Participação) sobre factos que *a priori* parecem enquadrar um crime de natureza não pública, sob pena de perda de elementos probatórios – pessoais e reais – cruciais para a prossecução do processo” (VALENTE, 2009: 232).

¹⁵⁰ Como sugere MANUEL G. VALENTE, o relatório deve ser elaborado pela APC e não pelo OPC, considerando que deve ser a APC a assumir a responsabilidade das operações policiais, uma vez que dirige e orienta a execução das diligências promovidas pelo OPC.

¹⁵¹ Nos termos do n.º 1 do Art.º 253.º do CPP. E que não se confunde com a comunicação da diligência [Art.º 251.º n.º 2 em conjugação com o n.º 6 do Art.º 174.º do CPP] ou com a comunicação da notícia do crime [Art.º 248.º do CPP]. O relatório funciona como instrumento de fiscalização e controlo formal e material da actividade do OPC, em operações policiais de âmbito processual penal, por determinação da AJ. Este relatório insere-se no âmbito dos actos pré-processuais e será apreciado e validado pela AJ competente (VALENTE, 2009: 270).

¹⁵² Especificamente, os art.ºs 124.º e ss. do CPP.

Os meios de obtenção de prova estão bem definidos e previstos no nosso CPP¹⁵³, contudo, em sede de inquérito ou perspectivando a sua promoção, parece-nos razoável despertar a pertinência e potencialidade que a monitorização de fontes abertas pode trazer às investigações, podendo ser enquadrado neste contexto como instrumento funcionalizante da justiça, actuando como instrumento de consecução de prova, destinando-se a descobrir e recolher dados e informações, para futura análise e interpretação com vista à produção de conhecimento e conexão jurídica.

A produção de prova é a demonstração através de argumentos dedutivos, assentes em critérios de semelhança e probabilidade a identidade inequívoca da representação ou reconstituição que se faz de um evento ou facto anteriormente ocorrido (BRAZ, 2010: 44), ou ainda, como ensina JOHN GILISSEN, “funciona como um mecanismo pelo qual se tenta restabelecer a verdade de uma alegação, de um direito ou de um facto” é “o conjunto de processos por meio dos quais se tenta convencer aquele que deve dizer o direito de que teve lugar (ou não) um certo facto, ou ainda de que uma afirmação corresponde à verdade ou deve ser tida como se lhe correspondesse” (GILISSEN, 2003: 711).

Face ao alarme social e perversidade que assume a divulgação de certas informações – imagens e vídeos – expostas nas redes sociais, como aliás temos vindo a assistir com alguma frequência (anexos D e F), parece-nos razoável considerar a monitorização um instrumento de oportunidade face à conjuntura apossada pelas redes sociais fortemente caracterizada pelo conceito de Moda¹⁵⁴ (anexo E) e que se mostram de elevada danosidade social. O prenúncio dado pela imponderada publicidade e divulgação de actos qualificados como crime leva-nos a repensar o recurso às fontes abertas.

A monitorização que agora se proclama, no quadro da recolha de informações no âmbito da investigação criminal, com vista à sinalização de situações que merecem intervenção por materializarem uma actividade ilícita, impõe-se, como já referimos, a elaboração de um relatório a dar conhecimento ao MP, para decidir se um requerimento dirigido ao JIC de uma diligência mais gravosa¹⁵⁵ para o cidadão visado, tem ou não fundamento, em função do crime de que se tem notícia.

¹⁵³ Especificamente nos Art.ºs 171.º a 190.º do CPP.

¹⁵⁴ Como o reflexo da evolução de um comportamento, fenómeno sociocultural que expressa usos, hábitos e costumes em determinado momento. É uma tendência da actualidade.

¹⁵⁵ Como por exemplo, buscas domiciliárias, interceptação e gravação de conversações e comunicações ou localização celular.

Contudo a tutela efectiva dos direitos, liberdades e garantias fundamentais¹⁵⁶ de todos os cidadãos devem ser uma preocupação diária e contínua da Polícia/OPC e, neste sentido, a monitorização de redes sociais pode levantar algumas questões, que se prendem com a afectação de direitos fundamentais pessoais¹⁵⁷ como a reserva da intimidade da vida privada e familiar ou o direito à palavra.

Acresce referir que o quadro das proibições de prova¹⁵⁸ ressalva que são nulas as “provas obtidas mediante intromissão na vida privada (...) sem o consentimento do respectivo titular”: Contudo, parece-nos razoável crer que, no palco de actuação que agora abordamos – redes sociais – qualquer utilizador que crie/construa um perfil *on-line*, aceita¹⁵⁹ a divulgação de todo o conteúdo que ele próprio de forma voluntária disponibiliza (pois passam a ser do domínio público), prescindindo inclusive do seu Direito à imagem¹⁶⁰, e pelas mesmas razões nos parece admissível entender a monitorização de redes sociais como medida cautelar e de polícia e sem quaisquer dúvida quanto à sua ilegitimidade ou ilegalidade. Entende-se por bem, e na procura do espírito legislativo ordinário, que os registos de imagem e som admitidos nos termos do Art.º 167.º do CPP, que contendam com o direito fundamental à palavra¹⁶¹, devam ser admitidos como prova, e quando obtidos sem consentimento, vigorará o Princípio de necessidade de prova, entende-se porém, que ao verificar-se a ocorrência de um crime, à partida, existe sensível superioridade do interesse a salvaguardar, contudo, por estar envolvido o sacrifício de um direito fundamental, só o Juiz pode ordenar que o meio de prova seja produzido¹⁶², em ordem à sua valoração.

Inegável será também a concordância que se exige entre os diversos princípios que devem estar sempre em mente, *in casu*, o Princípio da proporcionalidade entre o Direito fundamental que é sacrificado (direito à utilização da imagem, à voz, à transitoriedade da palavra) e o bem jurídico protegido pelo procedimento penal, existindo sensível superioridade do interesse que do exercício da acção penal que se pretende salvaguardar relativamente ao interesse sacrificado, sendo razoável impor o sacrifício do seu interesse em atenção à natureza ou ao valor do interesse ameaçado.

¹⁵⁶ Prescritos nos Art.ºs 18.º, 26.º e 34.º da CRP.

¹⁵⁷ Cfr. Art.º 26.º da CRP.

¹⁵⁸ No n.º 3 do Art.º 126.º do CPP.

¹⁵⁹ Cfr. Política de privacidade, disponível em : <http://www.facebook.com/legal/terms?ref=pf> [Acesso em 15 de Abril às 12h00]

¹⁶⁰ Art.º 79.º do CC.

¹⁶¹ Art.º 26.º n.º 1 da CRP.

¹⁶² Nos termos do Art.º 167.º do CPP.

Ainda dentro deste tema¹⁶³ valerá a pena indagar quanto ao exercício e tutela dos direitos, pois a subsistência do direito á imagem, dentro destas coordenadas, pode configurar um Abuso de direito¹⁶⁴, que ilegítima o seu exercício.

5. Estudo de caso - “caso *facebook*”

Queremos agora, através de uma exemplificação, mostrar o resultado de todo um processo que enforma a hipótese por nós levantada, antecipando a resposta de que a monitorização das fontes abertas – redes sociais – promove investigações que podem, e devem, resultar na abertura de inquéritos contribuindo eficazmente na prossecução da justiça. Note-se ainda que em grande maioria, este caso foi referido/mencionado nas demais entrevistas por nós realizadas (anexo A).

Na verdade acreditamos que já não seja novidade, para a maioria dos leitores, o processo relativo ao caso “*facebook*” (anexo C) e os seus envolvimento, muito por força da forte publicação e promoção de que foi alvo, quer através das redes sociais, quer através dos canais de televisão por meio dos noticiários. Várias foram as notícias a dar conta dos acontecimentos ocorridos nas imediações de uma Escola Secundária em Benfica – Lisboa junto do Centro Comercial Colombo. Todavia, parece-nos enriquecedor fazer uma breve alusão a todo o processo.

Foram divulgadas imagens de várias ofensas à integridade física de uma jovem portuguesa, espancada com extrema violência por duas outras raparigas enquanto um rapaz gravava a cena com um telemóvel. A divulgação do vídeo e das imagens espalhou-se com uma ligeireza perturbante nas redes sociais e nos *sites* de partilha de vídeos e, mais tarde, foi notícia de abertura de diversos telejornais que exibiam imagens de carácter violento e de extrema censurabilidade, tornando-o num acto público de relevo.

Nesta sequência, “choveram”¹⁶⁵ denúncias de vários cidadãos que, por iniciativa própria, fizeram chegar as imagens às autoridades policiais. O próprio porta-voz da PSP PAULO FLOR¹⁶⁶, tomou conhecimento das imagens através da sua página do *facebook*,

¹⁶³ Ver também Art.º 29.º n.º 2 da DUDH – “No exercício destes direitos e no gozo destas liberdades ninguém está sujeito senão às limitações estabelecidas pela lei com vista exclusivamente a promover o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos outros e a fim de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar numa sociedade democrática.”.

¹⁶⁴ Nos termos do Art.º 334.º do CC.

¹⁶⁵ As aspas são nossas.

¹⁶⁶ Director do GIRP da PSP.

como esclareceu na entrevista realizada (anexo A). Acrescentou ainda que as imagens foram alvo de análise para perceber se seria possível identificar os intervenientes e posteriormente apurar se havia, ou não, matéria para procedimento criminal.

Na sequência da instauração do processo-crime, no dia 25 de Maio de 2011, o MP do DIAP, com a coadjuvação da PSP, ordenou a realização de todas as diligências urgentes para a recolha de provas, identificação dos autores do crime e protecção da ofendida. Por consequência, foram realizadas buscas, recolhidas as provas¹⁶⁷ (ver anexo C), identificados os intervenientes e acarreados todos os dados necessários ao processo. Aliás, no âmbito da investigação e através da monitorização da rede social *facebook*, na consulta aos perfis de cada suspeito, conseguiu-se ver as imagens e vídeos partilhados, apurar a identificação do local, chegar à identificação dos intervenientes e no âmbito das diligências policiais, estimular a apreensão de telemóveis e computadores por haver fundadas suspeitas dos mesmos possuírem as imagens e gravações que foram abusadamente expostas no domínio público e puderem estas servir de prova em juízo final.

Em resumo, o MP acusou os arguidos, em concurso efectivo e co-autoria¹⁶⁸ material e moral da prática de crimes de Ofensa à Integridade Física Qualificada¹⁶⁹, crime de Gravações e Fotografias ilícitas¹⁷⁰ e crimes de Roubo¹⁷¹, dos quais vieram a ser condenados, em cúmulo jurídico, a respectivas penas de prisão, embora se tenha decidido pela suspensão¹⁷² das mesmas, assumindo que as condições anteriores e posteriores ao crime e as próprias circunstâncias deste, documentadas na matéria de facto provada, concluem que a simples censura do facto e a ameaça da prisão realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição¹⁷³.

¹⁶⁷ Entre as quais, telemóveis e computadores pessoais de alguns intervenientes que continham imagens e gravações das agressões.

¹⁶⁸ Manifesta-se, pois, numa divisão de trabalho que torna possível a realização do facto típico ou que aumenta o risco da sua ocorrência sempre de acordo com plano conjunto, ainda que tacitamente, sendo este o elo que une todos os participantes.

¹⁶⁹ Cfr. Art.º 143.º, 145.º n.º 1 al. a), 132.º n.º 2 al. a), d), h) e j) e Art.º 26.º todos do CP.

¹⁷⁰ Cfr. Art.º 199.º n.º 1 al. a) e n.º 2 al. b) do CP.

¹⁷¹ Cfr. Art.º 210.º n.º 1, 22.º e 73.º todos do CP (sendo um na sua forma tentada).

¹⁷² Com sujeição a regime de prova, como resulta imperativamente do Art.º 53.º n.º 3 do CP, e que fará sentir aos arguidos que existe vigilância da sociedade relativamente à sua vida futura, o que se prevê poderá facilitar a sua reintegração, realizando assim, de forma adequada e suficiente as finalidades da punição.

¹⁷³ “Suspender a execução das penas de prisão impostas aos arguidos com sujeição a Regime de Prova e elaboração de Plano de Reintegração social, do qual constará a obrigatoriedade de frequência de ensino escolar ou de formação e colaboração com entidade pública ou privada (neste caso a APAV ou outra similar) que preste cuidados ou assistência a vítimas de crimes violentos ou de acidentes de viação, durante o período em que decorrer a suspensão das penas” – Texto do Acórdão.

Para melhor se perceber a perversidade do acto, bem como a prévia e nequícia intensão de promoção da sua divulgação na referida rede social, transcrevemos (anexo C) algumas frases que constam do Acordão e que revelam especial censurabilidade¹⁷⁴.

Com o exemplo deste caso percebemos que o facto de se gravar um acto com vista à sua publicação, cria um “clima” de incentivo, como por exemplo as expressões de incitamento aos actos de violência que foram proferidas neste caso (ver anexo C), e leva-nos a reconsiderar a actual conjuntura apossada pelas redes sociais (anexo D), ao que anteriormente nos pronunciámos e que aliamos ao conceito de moda, pelo manifesto desejo de publicidade de actos delinquentes.

¹⁷⁴ A especial censurabilidade ou perversidade deve ser aferida pelas várias alíneas, especialmente pela al. h), do Art.º 132.º n.º 2 do CP, que elenca exemplos padrão tendo em vista o Homicídio Qualificado.

CONCLUSÃO

O impacto das redes sociais continua a aumentar, pois estão cada vez mais integradas na estrutura da vida e cultura modernas. É nessa ordem de ideia que MARK ZUCKERBERG afirma trabalhar diariamente para tornar o *facebook* uma “praça central da aldeia global” (ZUCKERBERG *Cit in* KIRKPATRICK, 2010: 424).

Infelizmente, a utilização que é dada às redes sociais nem sempre se harmoniza com o desígnio para que foram criadas, pelo que nos confrontamos com utilizações perversas (anexo D; E e F), corrompidas de boa-fé. O “*facebook* também se tornou mais um lugar para o anti-social criar o caos” (ZUCKERBERG *cit in* KIRKPATRICK, 2010: 426). Ora, da mesma forma que existe a ideia utópica de que deveria existir um polícia em cada esquina ou junto de cada cidadão, arriscamo-nos a afirmar, que se exige que a Polícia esteja deveras atenta ao que se passa na sociedade virtual.

O *facebook* pode mesmo ser uma arma social digital, consequência da natureza participativa da raça humana. Sem qualquer tipo de sensibilidade na utilização das redes sociais (anexo E e F), deambula-se livremente pela *internet*, partilhando e gostando de conteúdos, sem noção real do comportamento digital dos seus perigos. As redes sociais, tal como a *internet*, até a televisão, são ferramentas de conteúdos que devem ser monitorizadas sem banalizar a sua utilização e exploração.

Optámos por usar o caso *facebook* (anexo C) como referência para complementar o nosso estudo, que promove o “espancamento”¹⁷⁵ de uma jovem mais a perversa publicação de um vídeo de anormal violência, pois alerta-nos e coloca-nos no pensamento algumas dúvidas quanto às formas de lidar pedagogicamente e numa óptica forense com estes canais de comunicação usados sem qualquer tipo de enquadramento nem contexto moral.

No fim deste trabalho, ao longo do percurso que acabámos de fazer pela actividade de recolha, análise e tratamento de informações criminais em fontes abertas no âmbito da Investigação Criminal, tudo leva a crer que foi alcançado o nosso objectivo e esperamos ter conseguido materializar a transmitir os nossos pontos de vista.

Fizemo-lo de forma sumária, não no intuito de ministrar ensino, mas sobretudo com a finalidade de ilustrar e de dar um panorama geral quanto à possível

¹⁷⁵ As aspas são nossas.

monitorização de fontes abertas, no contexto da IC, no sentido de se desmistificar eventuais omissões, vazios e hiatos quanto a esta matéria.

Todavia, julgamos que só contribuímos para aquele que é o objectivo da PSP e onde a IC é parte integrante e primordial, se aceitarmos a premente evolução e necessária adaptação.

Reconhecemos que as matérias nem sempre foram apresentadas de modo uniforme, com referências distintas quanto às percepções que foi possível recolher, quer seja pela extensa revista bibliográfica, quer pelo recurso às entrevistas realizadas (anexo A), que foram naturalmente encaradas sob diversas perspectivas, consoante quem transmitiu a sua opinião ou quanto aos interesses específicos de cada entidade. Usámos das necessárias e indispensáveis referências e valorosas apreciações das personalidades, de reconhecido valor, que suportaram os seus juízos na prodigiosa experiência que têm nas suas áreas de intervenção.

Constatamos que muitas das questões, aqui presentes, necessitam de ser aprofundadas, mas os resultados obtidos não deixam de apontar no sentido de que as redes sociais da *internet* podem desempenhar um papel, na cultural policial, muito importante, nomeadamente no que respeita à possível monitorização, ainda que não em forma de “varrimento”¹⁷⁶ sistemático e contínuo das fontes abertas – redes sociais.

O novo paradigma informacional tem produzido resultados assinaláveis, tanto na fase processual de inquérito, como na prevenção primária de comportamentos de risco, cuja operacionalidade, numa primeira fase, advém do redireccionamento do patrulhamento ostensivo no espaço público marcado por episódios criminais contra pessoas e contra o património, e, numa segunda fase, com recurso às novas tecnologias de informação, nomeadamente a monitorização das fontes abertas e especificamente das redes sociais, podemos desenvolver previsões de desvios de comportamento sancionáveis e/ou detectar factos/informações que estão disponíveis, que por vezes dão notícia de um crime e que sem este recurso podem parecer ocultos. É urgente trabalhar este favorecimento na erradicação da ilicitude e promover a justiça.

Em abono da verdade importa salientar a preocupação com a promoção do contínuo progresso na qualidade das investigações criminais, que constitui hoje uma das mais nobres causas dos próprios OPC's, das AJ e da organização da justiça portuguesa.

¹⁷⁶ As aspas são nossas.

Acreditamos que os resultados deste trabalho poderão ser o ponto de partida para novas problematizações e reflexões sobre as profundas transformações do presente no nosso quotidiano, o incentivo para um estudo aprofundado da contemporaneidade, da nossa inegável relação com a tecnologia. Esta consciência é fulcral para um melhor entendimento da posição que cada um de nós em geral, e da Polícia em especial, tem na sociedade.

É também nossa convicção que a monitorização das fontes abertas, imbuída nos propósitos supracitados, contribui de forma bastante favorável, oferecendo oportunidades imensuráveis para satisfazer parte dos objectivos da PSP, mormente na prevenção criminal e consequente sentimento de segurança, sendo o produto da análise de informações criminais um factor com enorme influência neste sentido e quiçá com vista também à eventual discussão política para promover novas políticas públicas de segurança¹⁷⁷, e estratégias a desenvolver (RATCLIFFE, 2007: 11).

Lisboa, 26 de Abril de 2012

Tiago Frederico da Silva Ferreira
Aspirante a Oficial de Polícia
M/150948

¹⁷⁷ As políticas públicas de segurança podem ser definidas como “um conjunto, mais ou menos coerente de decisões e de medidas tomadas pelas instâncias políticas legítimas, cujo objectivo, expressamente definido, é o de fornecer através da mobilização das instituições de segurança de regulação social e de outros parceiros públicos e privados, uma resposta efectiva às diversas formas de insegurança” (DIEU, 1999: 29).

BIBLIOGRAFIA

Bispo, António de Jesus, *A Função de Informar*, in *Informações e Segurança: Estudos em Honra do General Pedro Cardoso*. Lisboa: Prefácio, 2004.

Braz, José. *Investigação Criminal. A Organização, o Método e a Prova – Os desafios da nova criminalidade - 2.ª ed.* Coimbra: Almedina, 2010.

Cabral, José Santos. *Uma incursão pela Polícia*. Coimbra: Almedina, 2007.

Canotilho, José G.; **Moreira**, Vital. *Constituição da República Portuguesa Anotada - 3.ª Ed.* Coimbra: Coimbra Editora, 1993.

Cardoso, Gustavo, *Internet*. Lisboa: Quimera, 2003.

Cardoso, Pedro, *As informações em Portugal*. Gradiva, 2004.

Castells, Manuel, *A sociedade em rede, Volume I, A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Serviços de Educação e Bolsas. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2002

Clemente, Pedro. *A Polícia em Portugal*. Oeiras: Cadernos INA – Instituto Nacional de Administração, 2006.

Coimbra, Alexandre; **Fernandes**, Fiães. *Manual de Informações* (do Curso de Investigação Criminal). Lisboa: Polícia de Segurança Pública, 2001.

Cruz, António (dir.); **Veiga**, António (dir.), “Informações e Segurança Interna”, in *Lusíada - Revista de Ciência e Cultura – Série especial*. Coimbra: Coimbra Editora, 1998.

Dantas, George; **Souza**, Nelson. *As bases introdutórias da análise criminal na inteligência policial*.

Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?Team=%7B21F842C5-A1C3-4460-8A48-83F441C4808C%7D> [Acesso em 7 de Fevereiro de 2012 às 22h00]

Dias, Jorge de Figueiredo. *Direito Processual Penal*, (Coleção Clássicos Jurídicos – Reimpressão da 1.^a Edição de 1974). Coimbra: Coimbra Editora, 2004.

Dias, Jorge de Figueiredo; **Andrade**, Manuel da Costa. *Criminologia – O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora, 1997.

Dieu, Enrique Díaz. *Aproximación a una estrutura de las comissrías locales y de distrito - Ciencia Policial*. Madrid: Instituto de Estudios de Policía, n.º 48, 1999.

Estrela, Edite; **Leitão**, Maria José; **Soares**, Maria Almira, *Saber Escrever Uma Tese e Outros Textos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2006.

Fernandes, Tito; **Pereira**, José Fontão. *Informações*. Luanda: Instituto Médio de Ciências Policiais General Osvaldo Serra Van-Dunem, 2006.

Fernandes, Luís Fiães; **Valente**, Manuel Monteiro Guedes, *Segurança Interna, Reflexões e Legislação*. Coimbra: Almedina, 2005.

Garcia, Tiago. *O SEI como plataforma de apoio à análise de informações criminais*. Lisboa: ISCPSI, 2009.

Gilissen, John. *Introdução Histórica ao Direito*, 4.^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

Golder, Scott; **Wilkinson**, Dennis; **Huberman**, Bernardo, *Rhythms of social interaction: messaging within a massive online network*.

Disponível em: <http://www.redlog.net/papers/facebook.pdf> [acesso em 13 de Fevereiro de 2012 às 19h00]

Gomes, R. M., *A importância da internet para jornalistas e fontes*. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

Gouveia, Jorge (coord.); Pereira, Rui (coord.), *Estudos de direito e Segurança*. Coimbra: Almedina, 2007.

Gouveia, José. *A Análise das Informações Policiais, a avaliação da formação da disciplina de Informações nos cursos de investigação criminal*. Lisboa: ISCPSI, 2005.

Hulnick, Arthur S., Valcourt, Richard R. *Fixing the Spy Machine: Preparing American Intelligence for the Twenty-First Century*. Westport: Praeger Publishers, 1990.

Jordão, Fernando; Mota, Maria Conceição. *Manual do Curso Internacional de Análise de Informação Operacional*. Loures: Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais, 1999.

Junior, Celso. *Inteligência e a Gestão da Informação Policial*. Brasília: Editora Fortium, 2008.

_____. *Inteligência policial: Inteligência de fontes Abertas*. 2011.
Disponível em: <http://gestaopolicial.blogspot.pt/2010/07/inteligencia-de-fontes-abertas.html> [acesso em 03 de Março de 2012 às 15h00]

Kirkpatrick, David, *O efeito facebook*. Lisboa: Edição Babel, 2011.

Marques, A. Garcia. *Legislar sobre protecção de dados pessoais em Portugal* (do Art. 35.º da Constituição, à Lei n.º 10/91, de 29 de Abril). Cadernos de Ciência de Legislação, n.º 8, 1993.

Martinez, Martinez, *Una aproximación crítica a la autodeterminación informativa*. Madrid: Thomson Civitas, 2004.

Medeiros, Ruben. *Estudo Exploratório das Informações na Polícia de Segurança Pública*. Lisboa: ISCPSI, 2001.

Miranda, Ana Paula. *A Análise Criminal e o Planejamento Operacional – Vol I: Informação, Análise Criminal e Sentimento de (in)Segurança – considerações para a construção de políticas públicas de segurança*. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2006.

Moreira, Adriano (coord.). *Homenagem ao General Pedro Cardoso - Informações e Segurança*. Lisboa: Editora Prefácio, 2004.

Moreira, Teresa Coelho. *A privacidade dos trabalhadores e as novas tecnologias de informação e comunicação: contributo para um estudo dos limites e do poder de controlo electrónico do empregador (Teses)*. Coimbra: Almedina, 2010.

Moreno, Victor. *Strategic Intelligence Analysis Course*. Haia: Relatório de Serviço Europol, 2002.

Morgado, Casimiro. “*Informações e Segurança Interna*”. In Lusíada Revista de Ciência e Cultura, 1998.

Moura, João. *A Polícia de Segurança Pública e o Novo Paradigma Comunicacional*. Lisboa: ISCPSI, 2008.

Nova, Cristiane; **Alves**, Lynn, *A comunicação digital e as novas perspectivas para a educação*.

Disponível em: http://www.lynn.pro.br/admin/files/lyn_artigo/9aadc451f5.pdf [acesso em 13 de Fevereiro de 2012 às 18h40]

Oliveira, Francisco. *A Defesa e a Investigação do Crime*. - 2.^a ed. Coimbra: Almedina, 2008.

Pinto, Andréia; Ribeiro, Ludmila. *A Análise Criminal e o Planejamento Operacional* – Vol. I. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2006.

Pinto, Nuno. *Os Polícias que ninguém vê | Segurança.* Revista Sábado n.º 411, Lisboa: Cofina Presselivre – Imprensa Livre SA, 15 Março 2012, pp. 66 – 67.

Raposo, João. *Direito Policial*, Lisboa: Almedina, 2006.

Rascão, José Poças – *Análise Estratégica: Sistemas de Informação para a Tomada de Decisão Estratégica.* Lisboa: Edições Sílabo, 2001.

Ratcliffe, Jerry H. *Strategic Thinking in Criminal Intelligence.* Sidney: The Federation Press, 2004.

_____. *Integrated Intelligence and Crime Analysis: Enhanced Information Management for Law Enforcement Leaders.* Washington: US. Department of Justice, 2007.

Rodrigues, Benjamim Silva, *Direito Penal Informático-Digital Parte Especial - Tomo I.* Coimbra: Coimbra Editora, Limitada, 2009.

Santo, Paula Espírito. *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais: Génese, Fundamentos e Problemas.* Lisboa: Edições Sílabo. 2010

Santos, Rachel Boba. *Crime Analysis and Crime Mapping.* Londres: Sage Publications, Inc., 2005.

Santos, Rogério. *A fonte não quis revelar - Um estudo sobre a produção de notícias.* Porto: Campo das Letras, 2006.

Silva, André. *A aplicabilidade do POI no modelo integral de policiamento.* Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, 2008.

Silva, Germano Marques da. *Curso de Processo Penal*, 2.^a Edição – Vol. III. Lisboa/S. Paulo: Verbo, 2000.

Silva, Germano Marques da (coord.); **Valente**, Manuel Guedes (coord.). *Estudo de Homenagem ao Juiz Conselheiro António da Costa Neves Ribeiro – In Memoriam*. Coimbra: Almedina, 2007.

Sousa, Vera Lourenço. *Segurança Interna e Sistema de Informações da República Portuguesa (Módulo I)*. Torres Novas: Escola Prática de Polícia, 2006.

Shulsky, Abram. *Silent Warfare: Understanding the World of Intelligence*. 2.^a ed. Brassey's - EUA, 1993.

Valente, Manuel Guedes (coord.). “*I Colóquio de Segurança Interna*” – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Lisboa: Almedina, 2005.

_____. *Conhecimentos Fortuitos – A Busca de um Equilíbrio Apuleiano!* Coimbra: Almedina, 2006.

Varajão, João & **Amaral**, L. – *Planeamento de Sistemas de Informação*. Lisboa: FCA editora, 2007.

JURISPRUDÊNCIA

- Acórdão do Tribunal Colectivo - 3.^a Vara Criminal do Círculo de Lisboa – proc. n.º 57/11.9SVLSB – “caso facebook”
- Despacho do DIAP relativo “à quebra de imagem” do “caso facebook”
- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 155/2007 proferido no proc. n.º 695/06.
- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 263/97 proferido no proc. n.º 179/95.
- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 6/84 proferido no proc. n.º 42/83.

LEGISLAÇÃO

- Código Civil
- Código Penal
- Código de Processo Penal
- Constituição da República Portuguesa
- Declaração Universal dos Direitos do Homem

- Lei de Organização da Investigação Criminal - Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto
- Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública - Lei n.º 53/2007, de 31 de Agosto
- Lei de Segurança Interna - Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto
- Orgânica do Sec-Geral do SIRP, SIED, SIS - Lei n.º 9/2007, de 19 de Fevereiro
- Lei-Quadro do SIRP - Lei n.º 30/84, de 5 de Setembro
- Lei Orgânica do SIRP - Lei n.º 4/2004, de 6 de Novembro
- Lei de Combate à Criminalidade Organizada e Económico-financeira - Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro.
- Lei da Protecção de Dados Pessoais - Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro
- Comércio electrónico - DL n.º 7/2004, de 7 de Janeiro
- Unidades Orgânicas flexíveis da DN/PSP - Despacho n.º 19935/2008, de 28 de Julho
- Estrutura nuclear da DN/PSP - Portaria n.º 383/2008, de 29 de Maio
- Fixa o número máximo de Unidades Orgânicas flexíveis da DN/PSP - Portaria n.º 416/2008, de 11 de Junho

SÍTIOS DA *INTERNET*

Sítio da *Central Intelligence Agency*:

- <https://www.cia.gov/> [Acesso em 26 de Novembro de 2011]

Sítio do Ministério da Justiça – Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça:

- <http://www.dgsi.pt/> [Acesso em 30 de Março de 2012]

Sítio do *facebook*:

- <https://www.facebook.com/legal/terms> [Acesso regular]

Sítio do *Blog* – Inteligência Policial:

- <http://gestaopolicial.blogspot.pt> [Acesso em 11 de Fevereiro de 2012]

Sítio do *Google* – *Books*:

- <http://books.google.pt/> [Acesso regular]

Sítio da Polícia Judiciária:

- <http://www.pj.pt/> [Acesso em 08 de Dezembro de 2011]

Sítio da Polícia de Segurança Pública:

- <http://www.psp.pt/Pages/defaultPSP.aspx> [Acesso em 08 de Dezembro de 2011]

Sítio do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa:

- <http://www.sied.pt/indexpt.html> [Acesso em 08 de Dezembro de 2011]

Sítio do Serviço de Informações de Segurança:

- <http://www.sis.pt/> [Acesso em 08 de Dezembro de 2011]

Sítio do Tribunal Constitucional Portugal:

- <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/home.html> [Acesso em 30 de Março de 2012]

Sítio do Jornal Público:

- <http://www.publico.pt/> [Acesso em 7 de Abril de 2012]

Sítio do Jornal Correio da Manhã:

- <http://www.cmjornal.xl.pt/> [Acesso em 7 de Abril de 2012]

Sítio da Rádio Renascença:

- <http://rr.sapo.pt/> [Acesso em 7 de Abril de 2012]

Sítio do Jornal de Notícias:

- <http://www.jn.pt/paginainicial/> [Acesso em 22 de Novembro de 2011]

Sítio do *youtube*:

- <http://www.youtube.com/> [Acesso em 22 de Novembro de 2011]

Sítio do ornal SOL:

- <http://sol.sapo.pt/inicio/default.aspx> [Acesso em 22 de Novembro de 2011]

ANEXOS



Anexo A

ENTREVISTAS



Monitorização de fontes abertas no contexto da Investigação Criminal - Redes Sociais -

Entrevistado(a):

Comissário Paulo Flor

(Director do Gabinete de Imprensa e Relações Públicas da PSP)

Guião de ENTREVISTA

1. Como caracteriza a evolução das redes sociais nos últimos 10 anos até à actualidade? E como avalia o impacto das redes sociais na actividade da PSP?

Eu confesso que sou adepto, dos blog's da blogosfera, dos twitter's, dessas questões todas associadas a uma proximidade cada vez maior entre as pessoas, primeiro porque as redes sociais para mim têm a particularidade de permitir um discurso muito mais rápido, muito mais terra-a-terra, não é aquele discurso institucional em que o pessoal vai à esquadra e depois tem alguém com a farda à frente e está constrangida de poder dizer determinado tipo de coisas porque pode ser mal interpretada, está num ambiente externo está num ambiente supostamente hostil e portanto não se sente confortável por isso. As redes sociais tem essa particularidade, posso estar em casa na minha cama com um computador à frente e porque não gostei de uma determinada intervenção policial, ou até pelo contrário, até gostei mas acho que não faz grande sentido deslocar-me à esquadra para dizer que o agente X ou o chefe Y tiveram uma boa intervenção, do ponto de vista pessoal as redes sociais possibilitam isto, o facto de eu ter a oportunidade de hoje em dia, por email, ou por twitter ou por youtube ou por facebook, onde quer que seja, poder dar este testemunho. Para mim é uma mais-valia.

A PSP está no twitter à cerca de 3 anos, e no facebook à relativamente 2, no Google estamos a estudar qual vai ser a evolução sendo certo que o Google terá um peso enorme num futuro próximo em termos de redes sociais, mas para já quem manda no negócio continua a ser o facebook, e é por aí que de facto nós temos apostado mais, temos apostado mais. Porquê? Porque acho que o facebook tem muito mais dinâmica que o twitter, o twitter está mais direccionado para o contacto com muito mais limitação, limitações que eu não gosto particularmente do ponto de vista de comunicação, gosto de comunicar, quero dizer no sentido de que quando comunico as pessoas percebem, o twitter tem a particularidade de comunicarmos pouco durante muito tempo para criar alguma relação de continuidade com quem nos segue e por isso é que o twitter nunca teve grande expressão em Portugal, talvez também por essas referencias mesmo, Portugal acabe por ser também um "case study" em termos de twitter porque não tem tido a receptividade que por exemplo teve noutros países e o facebook continua também em Portugal a liderar as redes sociais passando claramente outras redes que tentaram se incluir no mercado, tipo o hi5 e coisas assim do género. Num passado próximo, e nessa perspectiva aquilo que te posso dizer é que esta foi claramente uma aposta, tenho perfeita noção, uma aposta ganha por nós, temos permanentemente e ao longo destes últimos anos subido, podemos dizer que neste momento com mais de 21000 seguidores em termos de rede social facebook, somos neste momento a 3ª pagina com mais seguidores em termos de governo, estamos atrás da Capital Europeia dos jovens da Cultura em Braga e da Presidência da República, estamos felizes por isso. Não que possamos perceber qual é que é a nossa dimensão em termos mediáticos, mas claramente temos tino para continuar a fazer aquilo que temos feito e achamos que estamos no caminho certo.

2. Como avalia a monitorização de fontes abertas, nomeadamente a que tem origem nas Redes Sociais (por exemplo, facebook e youtube)?

...hoje em dia tu tens de ter a perspectiva que eu em termos de GIRP faço uma gestão das fontes abertas, nomeadamente as redes sociais na perspectiva da comunicação e imagem, nós temos um produto, que é a segurança, nós vendemos um produto que é a segurança das pessoas e queremos tentar perceber de que forma é que os nossos consumidores gostam ou não do produto, querem ou não outro tipo de embalagem para que o produto lhes seja entregue na perspectiva de que eles estão à espera, mas tenho perfeita noção e este é claramente um princípio que hoje em dia as redes sociais são, se calhar o garante da nossa actividade policial, hoje em dia é comum tu chegares a qualquer sitio em termos de IC em qualquer departamento da policia, seja na perspectiva mais macro do DIP à perspectiva mais local numa esquadra de IC, todos eles dizem que o facebook foi das melhores ferramentas que inventaram nos últimos anos. Porque da mesma maneira que possibilita esta abordagem transversal de todos os temas, possibilita-nos acompanhar (deixa-me utilizar o termo) os mitras da melhor maneira, conseguimos perceber com quem é que se relacionam, conseguimos perceber qual tem sido a dinâmica dos grupos, conseguimos ir buscá-los e não tenho a menor dúvida que grande parte das detenções, também dos últimos anos, têm sido consumadas por aquilo que conseguimos extrair em termos de fontes abertas do facebook, essa é uma realidade.

3. Em que medida se pode considerar as Redes Sociais como fonte de informação/notícia?

É assim, são várias nos últimos anos, por exemplo nos últimos meses se tu fores analisar algumas noticias em perspectiva do facebook, conseguimos perceber que também os jornalistas, hoje em dia, olham para o facebook como uma fonte de informação possível para construir noticias nos já tivemos, e eu dou-te casos concretos, nos já tivemos post's no facebook e que isso foi transformado em noticia, hoje em dia a nossa necessidade, e falo por mim, que tenho cerca de 1600 seguidores em termos de rede social, aquela que é a minha rede social, uma grande percentagem destes seguidores são os jornalistas e quando fiz esta opção, de alguma forma dar-me aqui a ver nas redes sociais, fi-lo consciente que estava de alguma forma a potenciar mais um canal de informação para se poder constituir como noticia no futuro, e isto tem sido a regra, alias uma das noticias mais mediatizadas dos últimos tempos foi um vídeo que surgiu no facebook, em que duas jovens se agridem, em que há um que filma e aquilo não só teve uma projecção mediática em termos de noticia, como também levou a que do ponto de vista de fontes abertas nós conseguimos identificar o local onde aquelas imagens tinham sido feitas, conseguimos identificar (foi a PSP que identificou) quem é que eram as pessoas que estavam naquele vídeo, conseguiram deter e levar até ao MP, portanto hoje em dia eu não tenho a menor duvida que de facto as informações, uma grande percentagem de informações que são colocadas no facebook podem-se vir a constituir-se como noticias e quando se constituem como noticias, esta é que é a verdade, normalmente têm uma abordagem mediática superior a qualquer uma das outras noticias que surgem por questões governamentais, por questões do dia-a-dia, por um acidente, por um incendio, a dimensão mediática das redes sociais tem esta perspectiva, porque hoje em dia é fácil colocar um vídeo, é fácil identificar alguém numa rede social e a partir daí consegue-se credibilizar de alguma forma esta fonte aberta e esta informação que leva a que de facto seja construída uma noticia a partir daqui.

4. E que credibilidade deve ser atribuída às notícias e/ou às informações monitorizadas das Redes Sociais?

Hoje em dia tu tens também em termos de fontes abertas possibilidade de fazeres exclusões de parte, quando tu tens um determinado perfil, e isto ainda agora à poucos dias (se calhar à pouco mais de 48h) ouve o desfecho da LuluSec que é um dos maiores grupos de hackers a nível internacional que foram detidos nos EUA, em que ele ontem assumiu perante as autoridades americanas que era um dos principais mentores em termos de ataques hackers aos

computadores, e este LuluSec era basicamente um icon com um pseudónimo que entrava nas redes sociais, que também tinha seguidores em Portugal, e que tentavam de alguma forma fazer bloqueios, site da PSP foi um caso em concreto ouve outros sites que tentaram ser bloqueados e este é um caso em concreto, que tu tendo um perfil a partir do facto de teres um perfil em termos de fontes abertas, a partir daí tudo é possível fazer, eu já não estou a falar só na perspectiva da informação que dá origem à notícia mas também na perspectiva da investigação, porque há um perfil que é criado, há um IP que é colocado na rede, há varias formas de identificar através também da internet aquele perfil onde é que foi criado onde é que está a ser usado e a partir daí comesas de alguma forma do ponto de vista policial a retirar aquilo que de facto é importante, do ponto de vista de notícia, também perceberás, e as redes sociais tiveram este impacto também grande quando começaram estes ataques hackers, aá aos sites institucionais e tiveram direito a estas informações em termos de redes sociais tiveram direito a notícia, isto acaba por ser sempre notícia, agora, há uma parte destas noticias que muitas vezes não chegam a ser notícia porque a informação é agarrada pelos jornalistas é solicitada à PSP para confirmar determinado tipo de informação e se aquilo é verdade ou não e a PSP informa, e a partir da informação da PSP, das duas uma, ou o jornalista assume que aquela informação é de facto verídica tem factos concretos que podem levar a uma notícia e constroem-na ou não, ou de facto a informação que receberam da PSP deita por terra qualquer outro tipo de abordagem que não uma coisa muito simples que se calhar até nem tem qualquer sentido e a partir daí passa a ser única e exclusivamente informação e nunca chegou a ser notícia.

5. Qual a importância e o impacto das Redes Sociais na prática e/ou na divulgação de delitos?

Tu tens dois pesos e duas medidas, e nós não podemos ver só na perspectiva ilegal da utilização da rede social, quando fazes a pergunta estás a querer-me levar pelo facto de eu fazer um determinado tipo de acto ilegal, sei lá... corridas na ponte Vasco da Gama a 200 e tal Km/h, filmo, e coloco na rede social, e a partir daqui, sendo um acto ilegal constitui-se como algo que a rede social acaba por assumir, controlar, partilhar e comentar e portanto tornou-se um acto ilegal mas de facto teve uma mediatização grande em termos de redes sociais, eu já vejo outra perspectiva, quando me perguntas qual a importância do impacto das redes sociais, eu vejo por exemplo numa perspectiva tão recente quanto esta: nós tivemos um atropelamento mortal na cidade do Funchal, pela primeira vez o MP legitimou a PSP a tornar públicos os fotogramas, nós colocamos/partilhámos os fotogramas, não só em termos regionais mas colocámos em termos nacionais no facebook da PSP, e o impacto mediático que estas imagens tiveram foi enorme, não só porque se constituíram esta informação como sendo verídica, constitui-se como uma notícia que abriu os jornais no fim-de-semana (do ponto de vista de TV),e acima de tudo levou a que 3/4 dias depois tivéssemos detido o autor deste atropelamento, portanto há de facto aqui um impacto cada vez mais positivo e quanto mais digamos um delito ou a pratica de um determinado delito chocar as pessoas, maior será seguramente a forma como as pessoas olham para aquilo e querem comentar, partilhar e querem de facto adiantar uma mais-valia qualquer a um determinado post que conseguimos colocar em termos de redes sociais.

6. Que tratamento e encaminhamento é dado às notícias e/ou às informações pesquisadas e recolhidas das Redes Sociais, quando estas dão notícia de um crime?

Quando... eu faço a ponte e respondo a essa pergunta, falo naquele caso facebook das agressões das jovens e do vídeo, primeiro foi enviado esse vídeo para o contacto@psp.pt porque ele já estava no facebook em termos de rede social, aquilo que nós fizemos foi identificar a veracidade daquilo e verificar quem é que tinha sido o autor que tinha publicado aquilo nas redes sociais, enviamos aquilo para o DIC por sua vez, numa relação muito estreita e directa com a DIC actuou no sentido de começar a identificar quem é que foram os autores das agressões quem é que eram as alunas supostamente envolvidas, e quando isto passou a ser notícia, porque os Órgãos de Comunicação Social também tiveram acesso a este vídeo e

começaram a projectá-lo como notícia, a PSP já tinha trabalho de campo feito, já tinha identificado determinado tipo de pessoas e conseguimos entre a informação que recebemos, e o tratamento que demos do ponto de vista criminal e a notícia que depois foi criada, conseguimos depois congrega-la e dizer: sim nós temos conhecimento do vídeo, sim podem estar aqui questões associadas a crime e por causa disso é que nós estamos a investigar esse mesmo vídeo, portanto aqui criou-se um balanço, agora digamos, este é um caso de sucesso em que tu tens oportunidade de olhar para uma imagem e identificar um determinado crime e consegues investigar esse mesmo crime do ponto de vista da IC, muitas vezes podes não ter esse acesso, pode é já ter confrontado com a comunicação social, que também não há possibilidade de em milhares de post que são colocados por dia, milhares de vídeos que se fazem uploads no youtube, é difícil nós termos a perfeita noção do que é que existe nas redes sociais e conseguirmos a todo o momento identificar quaisquer focos de eventuais crimes, temos de ter noção que há aqui limites e que não conseguimos fugir a isto.

7. Qual a sua opinião sobre a monitorização de Redes Sociais no contexto da investigação criminal? E de que forma (as Redes Sociais) podem influenciar a análise de informações no âmbito da Investigação Criminal?

...isto depois tem um envolvimento muito grande, porque por exemplo, hoje em dia, e tens que ter noção que este é um trabalho académico e é nessa perspectiva que eu o analiso e portanto há determinadas respostas que eu te dou que de outra forma não daria, quando nós temos... em termos de manifestação, nós tivemos o grupo da geração há Rasca, nós tivemos movimentos de 15 de Outubro, tivemos movimentos que hoje em dia quando nascem para as manifestações, nascem nas redes sociais. E é inevitável, aliás de outra forma não seria de esperar, que a Polícia monitorize a todo o momento este tipo de redes sociais, de páginas ou de grupos que são criados. Em todas as perspetivas, seja em manifestação, seja na perspectiva do grupo organizado de adeptos porque o Benfica vai jogar ao Porto e porque há 1 grupo ou 2 de adeptos do Benfica que têm redes sociais e que se organizam nas redes sociais, (sejam eles Diabos Vermelhos, NoName ou com outros pseudónimos quaisquer), é nessa perspectiva que todos os dias nós, para a nossa actividade, cada vez mais, não é que dependemos do facebook, não é que dependemos das redes sociais, mas claramente temos noção que as redes sociais hoje são uma valia acrescida para a nossa actividade e para a nossa preparação para determinado tipo de cenários.

8. De que forma pode a Investigação Criminal beneficiar com a partilha imponderada de informação que se verifica actualmente nas Redes Sociais?

Eu respondo com aquilo que já te disse no início, se perguntares a alguém da IC, seja do DIC (macro) até ao ínfimo da EIC da esquadra de Machico que fica no Comando Reg. da Madeira, de certeza absoluta que todas elas e todos os investigadores do ponto de vista policial, dirão que o facebook foi a melhor coisa que apareceu para a investigação criminal, porque de facto eu julgo que nem os próprios mitras tem noção da dimensão e da forma como a PSP hoje em dia, e ainda bem que assim é, analisa estas redes sociais, hoje em dia é tão simples identificar alguém numa rede social e que está indiciado de um determinado crime e conseguir sem sair sequer do computador, ou saindo mas deixando o computador a ser monitorizado para aquela pessoa em concreto e identificar onde é que anda, o que é que faz, para onde vai, com quem é que se relaciona, que tipo de ligações é que tem, qual é o tipo de post's que coloca, qual é o tipo de interacção e de vídeos que disponibiliza publicamente e tudo isto é uma valia acrescida para a IC.

9. Que limites existem à recolha e ao tratamento de notícias e/ou de informações, com recurso a Redes Sociais e que orientação lhes pode ser aplicada?

Quer dizer, isto hoje... uma coisa é o facebook no seu início em que as pessoas não sabem muito bem quais são as limitações de segurança que uma rede social tem, outra coisa é em 2012, passados 3 ou 4 anos da existência do facebook com a dimensão mediática que hoje em dia o facebook tem, as pessoas já não sabem de que forma é que podem escudar o seu perfil, uma coisa é eu criar um perfil que é aberto a toda a gente, outra coisa é eu criar questões de segurança associadas ao meu perfil que limitam muito em termos de fontes abertas e a forma como eu me relaciono com o exterior, e portanto há sempre aqui limites inerentes do ponto de vista do sistema que nós também temos noção que muitas vezes a partir dos quais nós não conseguimos ir, porque também acredito que em Portugal nós não somos, como PSP a Polícia que é a detentora dos crimes informáticos, e portanto é a PJ que tem essa competência, e havendo essa questão de competências nós também não vamos criar aqui um quadro que subverta a IC nestes termos, nós aquilo que temos de ter noção é que dentro do limite de investigação que nos é estabelecido pela Lei de IC, é ir até onde podemos ir, a partir do momento que já entram questões técnicas, questões do ponto de vista informático que limitam o acesso à informação, necessariamente que essa barreira ou passa para um segundo nível já com o apoio da PJ ou então há de facto aqui uma limitação óbvia mas que pode ou não por em causa a investigação que até aí foi feita. Há de facto limites mas eu acho que os limites, mesmo assim do ponto de vista de redes sociais, ainda são permissíveis o suficiente para que nós consigamos continuar a monitorizar estas redes sociais.

Os limites legais para a nossa actuação acabam por ser também como um fotograma ou como um vídeo, quando fazes um determinado tipo de investigação, tentas reunir o maior numero de provas que podes reunir, sejam elas provas dactilográficas, sejam elas provas do ponto de vista de polícia científica, sejam provas em termos de escutas telefónicas, sejam provas em termos de redes sociais com fotogramas e mensagens que são trocadas dentro da rede social, agora estes são factos, são provas que tu trazes para um determinado processo, não caberá nunca a ti, Polícia, identificar se aquelas são provas ou não válidas, da mesma maneira que num passado recente não era a polícia que identificava no sistema CCTV de uma bomba de gasolina, se aquelas imagens eram prova suficiente ou não, e podiam ser validadas ou não por parte da AJ para os termos do processo, e as redes sociais têm essa mais-valia, nós temos acesso à fonte, retiramos da fonte (facebook por exemplo) aquilo que nós queremos, do ponto de vista de imagem de texto, validamos do ponto de vista de investigação criminal PSP e depois será o MP, AJ competente a validar ou não essas mesmas informações.

A questão que se coloca aqui, é que para já não vou dizer que há um vazio legal em termos de redes sociais mas claramente tu tens aqui um hiato legal que te permite como livre cidadão ter acesso à tua rede social, a rede social não é mais do que um discurso aberto, num espaço aberto, de livre acesso de forma pública e isto tem eco nas redes sociais, na rede social é tudo feito em www (internet), em determinados canais, e pode ser feito de forma personalizada ou de forma aberta, e portanto se eu falo de forma aberta como perfil e se digo determinadas coisas de forma aberta, da mesma maneira que eu num campo aberto digo que matei alguém e se um polícia ouvir isto pode motivar a que de facto eu a partir daí seja identificado como suspeito de um crime e seja investigado como tal e aquela declaração que eu fiz em campo aberto (de que matei alguém) é extraída para um processo, da mesma maneira que eu digo do ponto de vista de redes sociais a mesma coisa, o principio é exactamente o mesmo, fi-lo de forma pública, ouve alguém que por acaso até é polícia, que é de IC e determinou que há ali alguma suspeita do cometimento de um crime e a partir daí pode fazer a determinada investigação. Não há nada no facebook neste momento nem na Lei portuguesa, que proíba a que uma pessoa, porque tem o seu campo aberto de post's e de vídeos, de não poder ser monitorizada por isso que anda a fazer, ao contrário das caixas de correio electrónicas que tem determinados contextos muito mais prementes, e como tu deves imaginar ainda é muito complicado do ponto de vista de processos administrativos, hoje em dia já se está a dar alguns passos nesse sentido, mas durante muitos anos, eu como Cmdt de esquadra, na troca de correspondência oficial com o tribunal, se me correspondesse do ponto de vista de correio electrónico através de e-mail

aquilo não era considerado do ponto de vista de processo, ainda não havia esta dinâmica de assumir uma caixa de correio electrónico como algo que de facto identifica uma pessoa e materializa um determinado contacto. Hoje as coisas já são diferentes, do ponto de vista de correio electrónico, já se deram passos nesse sentido, mas do ponto de vista de redes sociais ainda não chegamos a tanto.

10. Que mais-valia poderá constituir a monitorização de fontes abertas para a PSP, no âmbito da sua actividade?

A mais-valia das redes sociais, basicamente foi por onde eu comecei, eu hoje em dia tenho perfeita noção que qualquer instituição que se preze, cada vez mais tem que ter noção que independentemente do produto que venda, se não comunicar esse produto, se não chegar ao consumidor tenderá a ser esquecido, costumo dar este exemplo onde dou formação em termos de marketing e comunicação: tu podes ter o melhor champoo do mercado, sem aqueles E's esquisitos que podem levar a consequências oncológicas, com os melhores compostos orgânicos, testado em todas as vertentes a dizer que de facto é o melhor champoo que tu tens no mercado, mas se tu não comunicares, se ele tiver num linear qualquer lá do supermercado, perdido numa prateleira, podes ter a certeza que as pessoas passam por ele, olham para ele, há uma ou outra que é capaz de ler as referências do champoo que estão na embalagem, mas vai passar à frente e vai para um topo porque há um L'Oréal que apareceu na TV e foi com uma modelo devidamente publicitado e é por aí que eles vão, e nós temos essa noção e também temos que ter noção (passando aqui a redundância) que isto tem custos, o GIRP não tem, sendo o gabinete que faz a gestão da comunicação em termos transversais para todo o país, não tem budget, não tem orçamento para colocar um vídeo daqueles a apelar ao sentido patriótico dos Portugueses a dizer que a PSP está cá desde 1867 todos os dias numa vertente proactiva, de prevenção, de proximidade, daqueles que enche o olho com a carga emocional que se coloca no vídeo (e que é possível), mas isso tem um custo associado de milhões de €'s que neste momento não tenho, e como não tenho as redes sociais têm esta perspectiva, é um produto que eu consigo colocar no mercado, que tenho seguidores, neste momento com mais de 20000 pessoas que podem replicar a minha mensagem, replicar o meu produto, de forma gratuita, e é por aqui pelas redes sociais, internet, que hoje em dia a internet nos disponibiliza, porque depois as redes sociais têm uma abordagem e uma dinâmica tão grande em termos de blogosfera e impactos diários directos, comentários, post's, partilhas, que é por aí que de facto eu vejo que há uma mais-valia, posso dizer que este ultimo concurso para a EPP não teve qualquer publicidade na TV, e o que posso dizer é que em 2012 para 300 vagas tivemos cerca de 10686 candidatos, mais quase 3000 que em 2010 e grande parte do sucesso desta iniciativa, ainda que o desemprego tenha contado, ainda que haja de facto aqui factores que nós também temos que avaliar face às redes sociais, mas o facto é que de facto, nós dinamizamos bastante, desde o inicio, as redes sociais e isso potenciou um maior numero de candidatos, percebemos claramente que há um efeito de mimetismo nas redes sociais que leva a que o teu produto segurança (o tal champoo do inicio), possa ser publicitado sem custos, mas temos noção que para um nicho de mercado cada vez mais importante e que tem tido o impacto na sociedade portuguesa como tem sido as redes sociais, nós estamos presentes e estamos a dar cartas do ponto de vista governamental somos a 3ª maior página a subir todos os dias e isso é de facto uma mais-valia para nós.

Monitorização de fontes abertas no contexto da Investigação Criminal - Redes Sociais -

Entrevistado(a):

Superintendente Pedro Clemente

(Director do ISCPSI)

Guião de ENTREVISTA

1. Como caracteriza a evolução das redes sociais nos últimos 10 anos até à actualidade? E como avalia o impacto das redes sociais na actividade da PSP?

Eu é preciso é ser sincero, como sou da velha guarda, eu não tenho acompanhado muito próximo as redes sociais e por questões de cultura securitária que tenho de velha guarda, eu pessoalmente não estou nas redes sociais. E também não tenho avaliado o impacto, sei que a PSP está nas redes sociais, não podemos ignorar, devemos estar. o impacto? Nós temos aí numa área que está muito por desenvolver na polícia, que é aquilo a que nós chamamos a polícia electrónica o e-policing (e-polícia), que em muitos países, por exemplo agora quando se fala do encerramento de esquadras muitos países já tem a esquadra virtual, o balcão de atendimento virtual, normalmente transaccional, os nossos quanto muito são informativos ainda não estamos naquela fase transaccional basicamente, haveremos de estar com melhor desenvolvimento na área das armas e depois na área da Segurança Privada que aí é estão plataformas a ser desenvolvidas.

2. Como avalia a monitorização de fontes abertas, nomeadamente a que tem origem nas Redes Sociais (por exemplo, facebook e youtube)?

É uma área que eu não tenho trabalhado, não posso responder. Penso que poderá responder a isto melhor, quem tiver na área de relações públicas ou na área das informações. De qualquer forma, essa monitorização importa havê-lo, não é? Hoje novas realidades têm que mexer, digamos com o processo evolutivo da polícia, nomeadamente na busca de informações para efeitos não somente de ordem pública como de prevenção e IC, ou seja, acredito que está a ser feita, aliás têm havido aí notícias dispersas nos jornais que temos feito isso no âmbito das informações policiais, mas terá de ser essa área melhor a falar.

3. É possível um serviço de informações cumprir a sua missão apenas com recurso a fontes abertas?

Eu penso que a maioria das informações, e basicamente se nós situarmos as informações que têm a ver com a manutenção de ordem pública, penso que se poderá tê-lo. As fontes não abertas, o acesso a fontes não abertas, e decerto e determinado tipo de situações digamos mais de conflitualidade social ou em casos que já começam a ir para a área criminal, nomeadamente áreas digamos subversivas da legalidade democrática ou de terrorismo, aí terá de se usar informações concretas, as informações abertas, normalmente a maioria da informação está aberta, não esta muita vezes é... Está dispersa e não esta processada. Eu penso que ainda esta muito por fazer na área das fontes abertas, as FA são uma grande riqueza que importa explorar. Em questões específicas, nomeadamente na área das informações criminais, é claro que temos que recorrer não só as FA como a outras. Agora, são dois tipos de fontes que não devem de ser ignorados.

4. De que forma e por quem são monitorizadas as fontes abertas na Polícia de Segurança Pública? E que mais-valias poderão trazer no âmbito da sua actividade (PSP)?

É uma área que eu não me posso pronunciar especificamente, terá que ser as informações policiais ou o DIC.

5. Qual a importância e o impacto das Redes Sociais na prática ou na divulgação de delitos?

Este é um ponto que merece a nossa reflexão e uma reflexão continua, não é só hoje, muitas vezes as redes sociais... Assim como podem divulgar, difundir boas práticas, também podem difundir modelos de sociabilização negativa em que têm repercussão pela imitação e é por essa razão que nós devemos estar a acompanhar, ou seja, sempre que há uma divulgação de um modelo, nomeadamente de um método, por exemplo de fraude com pessoas mais vulneráveis como os idosos, nós devemos logo estar a difundir as contra medidas, esse é um trabalho preventivo da polícia que deve ser feito.

6. Como podem as Redes Sociais influenciar a análise de informações no âmbito da Investigação Criminal?

Muitas vezes quantos factos e fontes abertas há por aí sobre determinado tipo de autores que nós podemos ir buscar e definirmos melhor o perfil, não só para prevenção mas como para ir ainda recolher provas, por isso não se pode ignorar essa questão, quer na área da prevenção quer na área da IC. Agora, tem de ser uma monitorização dirigida obviamente.

7. Em que medida se pode considerar as Redes Sociais como fonte de informação/notícia? E que credibilidade deve ser atribuída às notícias e/ou às informações monitorizadas das Redes Sociais?

Eu acho que hoje são uma fonte vital de informação, são uma fonte relevante. Quanto há credibilidade? a credibilidade obviamente coloca-se ao nível das fontes, aí há toda uma série de instrumentos, que já foram testados naturalmente de outras fontes, que devem ser aplicados às redes sociais, sempre com alguma reserva, porque há muita gente que tem dupla personalidade, para isso temos que aplicar os instrumentos que já estão e sobretudo as redes sociais obrigam ao desenvolvimento de outros instrumentos, nomeadamente despistagem de duplo perfil ou falso perfil.

8. No âmbito da recolha de provas, até que ponto podemos considerar válidas, as notícias e/ou as informações recolhidas com recurso a fontes abertas?

Muitas vezes são provas válidas, a validade das provas... Depende do poder judicial, quem propriamente investiga, mas todas as provas devem ser colhidas, é mais uma prova, podemos considerar como prova e muitas vezes indirectas, mas quantas vezes nós queremos reconstituir factos e temos que ir aos jornais que por vezes são bastante ilustrativas ou à descrição dos autores. Devem ser provas válidas no sentido serem consideradas, e, se não houver mais nada podem ser indeferidas, nomeadamente quando há declarações ou para ajudar num inquérito, na medida em que, por exemplo quando se faz um interrogatório, num depoimento elas podem ser aproveitadas como fio de meada, ou então podem esclarecer perante aquela notícia que houve e que é pública.

9. Os demais serviços de Informações podem e/ou devem desenvolver-se concomitantemente com a investigação criminal, de que forma se articulam?

Eu neste aspecto acho que deve haver sempre, não deve ser estanque no sentido que quem produz informações (ex. SIRP) não deve fazer investigação criminal, agora, não deve ser estanque é eu ter informações e quando essa informação nos dá notícia da prática de um crime ou nos permite evitar a prática dele, não deve ficar ali parada, deve circular para os canais, quer de investigação quer de prevenção.

10. Qual é o limite da actividade dos serviços de informações? Esta deve cessar com a intervenção dos Órgãos de Polícia Criminal?

Eu acho que a própria 2ª pergunta contém a resposta, uma determina-se pela outra, até para não haver contaminações e para que... Há aqui uma coisa que é mais difícil, quando falamos de informações criminais, aqui eu acho que todo o ciclo das informações não deve realmente entrar na esfera da IC, deve quando têm essas informações esses dados imediatamente fazê-los circular pelos órgãos responsáveis pela investigação. Até porque há práticas e processos produtivos diferentes.

11. Que informações podem produzir os Órgãos de Polícia Criminal? (sem prejuízo do “monopólio” atribuído ao SIS)

Os OPC podem produzir informações criminais, cingem-se à análise de informações criminais, outro tipo de informações podem ser produzidas por outro órgãos dentro da policia, nomeadamente informações que tem a ver com a área da ordem publica ou com a prevenção criminal, ou seja, os OPC's criminam o inquérito, dali pode tirar determinado tipo de informações que, que nem tem a ver com segredo e são extra-pessoais, nomeadamente informações sobre locais onde têm ocorrido furtos, juntando com outros locais, nos podemos saber onde é que há locais, digamos mais quentes e horas exactas de actividade criminal, também podemos saber isso para efeitos de manutenção de ordem publica e então há ainda outro espaço que é o espaço das informações de policia de manutenção de ordem publica, que permite dirigir o policiamento.

12. Que mais-valia poderá constituir a monitorização de fontes abertas para a PSP, no âmbito da sua actividade?

Eu acho que a PSP se não monitorizar as fontes abertas está cega. Quanto à formação nesta área (IC direccionada para a monitorização de fontes abertas), faz todo o sentido existir formação na área de Informações criminais. Partilho da opinião de que existe uma barreira entre Produção de informações e Informações criminais, que no fundo foi a opção também do legislador. É essencial para que não se perca informação que pode ser útil, há informação que pode ser até redundante ou uma informação que pode não se restringir ao próprio processo e podemos aproveitar inclusivamente para o patrulhamento. Uma coisa é o processo de processo-crime em si, outra coisa são as informações criminais, podem ser mais extensas, ter outra informação para aproveitar outros sectores e até a outros processos.

Monitorização de fontes abertas no contexto da Investigação Criminal - Redes Sociais -

Entrevistado(a):

Subintendente Dário Prates

(Chefe da Divisão de Coordenação de Investigação Criminal)
- Departamento de Investigação Criminal -

Guião de ENTREVISTA

1. Como caracteriza a evolução das redes sociais nos últimos 10 anos até à actualidade? E como avalia o impacto das redes sociais na actividade da PSP?

De uma forma geral as redes sociais que hoje estão disponíveis na internet têm sido alvo de um grande desenvolvimento e disseminação. Muitas pessoas, de todos os estratos sociais, têm acesso a essas redes sociais. Estas constituem uma zona de oportunidade, mas também de risco. As redes sociais permitem que pessoas de todos os escalões etários se comuniquem entre si. A PSP pode também comunicar com o cidadão aproveitando estas novas formas de contato, e ainda recolher informação útil às finalidades da sua atividade.

2. De que forma e por quem são monitorizadas as fontes abertas na Polícia de Segurança Pública?

Penso que quem monitoriza ou quem acede às redes sociais, do ponto de vista da IC ou das Informações, serão as pessoas que têm necessidade de o fazer. No plano da IC pode haver necessidade de recolher informação sobre determinada pessoa, conhecer as suas relações, os seus hábitos, o seu perfil, a sua fotografia e outras características, no âmbito de determinado processo. Na vertente de segurança e ordem pública pode igualmente recolher-se informação útil para a compreensão de determinadas ações ou antecipar atividades potencialmente conflituosas que permitam à PSP a sua prevenção ou a proatividade na abordagem à situação.

3. Há quantos anos são monitorizadas as fontes abertas (redes sociais) pela Investigação Criminal na PSP? E antes da PSP?

Penso que desde que começou a haver a exploração de redes sociais. Os elementos policiais acompanham o desenvolvimento tecnológico e procuram permanentemente novas formas de dar resposta às necessidades de informação que possuem.

4. Como avalia a monitorização de fontes abertas, nomeadamente a que tem origem nas Redes Sociais (por exemplo, facebook e youtube)?

Eu não concordo muito com o termo “monitorizar” no âmbito da IC, e isto porquê? A ação de “monitorizar” pressupõe uma certa continuidade na consulta ou na actualização da informação que se consegue receber de uma rede social, ou seja, a monitorização pressupõe que haja uma permanência nessa pesquisa. Penso que a pesquisa em sede de IC terá de ser balizada pelo interesse que ela própria terá, ou seja, no âmbito de um processo-crime eu só recorro às redes sociais de fontes abertas se essa informação for relevante para o processo-crime ou para o necessário tratamento de informação criminal que eu estou a fazer. Da mesma forma, na vertente das informações, ela só se fará de acordo com as necessidades, em termos de segurança e ordem pública, daquilo que eu preciso de tratar (a informação). Neste sentido, a atividade de pesquisa com recurso a estas fontes, não pressupõe uma permanência ao longo dos tempos. Neste sentido, a “monitorização” passa por critérios de oportunidade e de necessidade de aceder para recolha de informação.

Na vertente de investigação criminal, só fará sentido poder aceder a redes sociais que digam respeito aquele alvo que está em investigação enquanto a mesma durar, depois de a mesma terminar, essa investigação terminar, não fará sentido manter a monitorização desses dados porque a investigação já foi concluída.

5. Que limites existem à recolha e ao tratamento de notícias e/ou de informações, com recurso a Redes Sociais e que orientação lhes é aplicada?

Penso que esses limites são difíceis de definir em abstrato. Por princípio, qualquer acesso a essas redes não pode ter a montante uma acção ilegítima por parte do OPC. Se determinada pessoa está numa rede social, mas a sua informação está ali de forma reservada, eu não posso violar essa “privacidade” e adoptar uma postura criminal para aceder a essa informação. Podem ainda ser consideradas ações desenvolvidas pelo OPC enquadradas pela figura das “ações encobertas” no âmbito das redes sociais, em crimes específicos, como sejam a pedofilia e outros. ...e relativamente à veracidade da informação? Toda a informação que é recolhida no âmbito do processo, tem que ser correlacionada com todos os elementos existentes nesse processo. A avaliação que se faz dessa notícia terá que ter em conta a fonte da notícia e também de todos os elementos constantes do processo, sendo certo que toda essa informação será sujeita a contraditório no âmbito da IC.

6. Que tratamento e encaminhamento é dado às notícias e/ou às informações pesquisadas e recolhidas das Redes Sociais, quando estas dão notícia de um crime?

Normalmente o encaminhamento é a comunicação ao MP e ao OPC competente. Pode haver tratamento da informação ou necessidade de eventual confirmação da notícia, mas a notícia do crime terá de ser comunicada ao MP, nos termos do CPP.

7. Em que medida se pode considerar as Redes Sociais como fonte de informação/notícia, e que credibilidade deve ser atribuída às notícias e/ou às informações monitorizadas das Redes Sociais?

Penso que este tipo de informação deve ser levada considerada com a mente aberta e com muita precaução. A mente aberta porque não se pode deixar de lado qualquer tipo de informação que ali esteja contida ou qualquer hipótese que possa surgir aquando do seu tratamento. Por outro lado, a precaução, porque temos de a correlacionar com aquela existente com muita cautela e sem precipitações para a poder considerar, ou não, em sede de investigação.

8. A abertura de inquérito pode acontecer quando há notícia de um crime. Qual a credibilidade de uma notícia e/ou informação recolhida numa Rede Social para abertura de inquérito/investigação?

Bem aqui há três aspectos que me parecem importantes realçar. Primeiro, o facto do art. 242.º do CPP estabelecer a denúncia obrigatória para as notícias de crime que as entidades policiais vierem a ter conhecimento, portanto, se eu tiver conhecimento da notícia de um crime, tê-lo-ei de comunicar ao MP. Por outro lado, o prazo de 10 dias para o comunicar ao MP, conforme estabelece o art. 248.º do CPP, mesmo em notícias infundadas. Por último, a questão do próprio conceito de IC constante na LOIC, no art.º 1.º, onde refere que, a IC serve para determinar a existência, ou não, de um crime, portanto, havendo dúvidas quanto à existência ou não do crime, há toda a legitimidade para comunicar ao MP a notícia de eventual crime para a necessária investigação. ...mas pode existir a possibilidade da haver montagens, falsos perfis, que credibilidade devemos dar? ...mesmo havendo dúvidas devem ser esclarecidas no âmbito do processo-crime.

9. Qual a sua opinião sobre a monitorização de Redes Sociais no contexto da investigação criminal? E de que forma (as Redes Sociais) podem influenciar a análise de informações no âmbito da Investigação Criminal?

A pesquisa de informações com recurso às redes sociais pode efectivamente trazer informação muito útil no âmbito de uma investigação. Nas investigações proativas podemos obter informação relevante sobre as pessoas, as suas actividades, as suas rotinas, fotografias, etc. Torna-se ainda relevante obter informação sobre as dinâmicas de um grupo, as relações entre suspeitos, os conhecimentos que as pessoas têm umas das outras, etc.

10. De que forma pode a Investigação Criminal beneficiar com a partilha imponderada de informação que se verifica actualmente nas Redes Sociais?

Em relação a esse tema existem duas questões a considerar. Uma relaciona-se com o aspeto já referido anteriormente e que se prende com a natureza do mundo da internet – zona de oportunidade e risco. Outra questão é a que se prende com a falta de privacidade na internet, uma vez que uma fotografia ou um documento colocado ali, dificilmente se consegue garantir a sua reserva ou privacidade, com a agravante de a mesma se perpetuar nesse ambiente. Considerando a precaução que deve acompanhar a atividade policial e o contraditório da prova recolhida no âmbito da investigação criminal, penso que a recolha de informação com o recurso às redes sociais deve ser entendida como uma mais valia no âmbito da IC.

11. Os demais serviços de Informações podem e/ou devem desenvolver-se concomitantemente com a investigação criminal, de que forma se articulam?

Internamente a PSP trabalha num conceito de “polícia integral”. Muitas das suas funções atravessam várias áreas, como sejam as informações policiais, incidindo na segurança e ordem pública, e a investigação criminal. Existem investigações que têm também relevância na ordem pública e na segurança, e se forem desenvolvidas numa polícia que abarca estas valências, existe um ganho em termos de eficácia e eficiência, nas funções de segurança pública, como no caso da PSP. Extravassando este raciocínio para os demais serviços de informações, podemos encontrar pontos ou áreas de interesse comum, no entanto, o objeto da investigação criminal não se confunde com o objeto da atividade dos serviços de informações.

12. No âmbito da recolha de provas, até que ponto podemos considerar válidas, as notícias e/ou as informações recolhidas com recurso a fontes abertas?

A legitimidade no acesso à informação contribui para a validade da prova recolhida. A partir do momento em que esse acesso é legítimo e legal por parte do OPC, a informação recolhida deverá ser valorada com os mesmos critérios que todas as outras provas recolhidas no âmbito da atividade investigatória. A apreciação da prova é feita conforme as outras que constam do processo.

Monitorização de fontes abertas no contexto da Investigação Criminal - Redes Sociais -

Entrevistado(a):

Dr.^a Maria José Morgado

(Procuradora-Geral Adjunta)

Guião de ENTREVISTA

1. Como caracteriza a evolução das redes sociais nos últimos 10 anos até à actualidade? E como avalia o impacto das redes sociais na actividade da Polícia?

Caracterizar a evolução das redes sociais nos últimos 10 anos, tem sido uma evolução explosiva, e acho que não é só em termos qualitativos, porque mudou as formas de sociabilidade e de socialização, digamos assim, das pessoas, ou seja as pessoas hoje para falarem umas com as outras, às vezes estão na rua e vão para casa para falar umas com as outras, vão para o computador, portanto estabeleceu-se uma nova relação social e no fundo uma nova cultura á qual as polícias também tem de se adaptar em todos os planos, não é? Portanto esta evolução das redes sociais é uma evolução, quer dos modus de socialização quer a nível comercial que representa investimentos de milhões e milhões. Impacto na actividade da Polícia, tem impactos a todos os níveis porque a Polícia tem que aprender a lidar em termos de prevenção com aquilo que ocorre no mundo na blogosfera, nos facebooks, nos twitters portanto no mundo digital no mundo imaterial o que significa que também tem que adaptar as suas metedologias de trabalho e de conhecimento e de relação com a realidade, não é? Para combater o crime e prevenir, e para obterem informação também devem usar as redes sociais e as tecnologias de informação, ou seja as tecnologias de informação, são utilizadas pelo crime organizado, por exemplo, pela cibercriminalidade pelo terrorismo, pelo crime altamente organizado, mas também são utilizadas, cada vez mais, e devem ser utilizadas pelas Polícias para combater o crime. Portanto, temos aqui uma realidade multifacetada inteiramente inovadora e material, mas que influencia o nosso dia-a-dia e as proprias metedologias de trabalho, portanto isto vai ter que se reflectir na formação e na propria metedologia de ataque ao crime e de prevenção utilizada pelas Polícias.

É multifacetado, porque também podem utilizar as redes sociais para divulgar uma imagemn boa da PSP, no sentido da prevenção geral do crime e da repressão e com mensagens para o interior da organização, mensagens motivadoras e com mensagens para o exterior, essas desmotivadoras do crime, dissuasoras, isso deve ser feito, tem que se saber fazer, porque houve por exemplo um caso em que a PSP libertou uns menores ou uma menor que estava sobe sequestro numa residencia, e isso foi divulgado no youtube se não me engano, eu não acho mal a divulgação das imagens, mas havia ali um problema, é que se via a cara da menor, e portanto a cara da menor devia ter sido preservada, e isso não foi feito, o Ministerio Publico pediu a Direção Nacional da PSP para retirar esse video do youtube mas foi por causa da questão da menor, aquilo é uma boa divulgação da actuação da Polícia, tinha eficácia dissuasora mas tinham cometido um erro que era não terem preservado a imagem da criança, e o anonimato das crianças é uma coisa que temos sempre que preservar, a sua imagem não pode ficar a merce de toda a gente

2. Em que medida se pode considerar as Redes Sociais como fonte de informação/notícia?

E que credibilidade deve ser atribuída às notícias e/ou às informações monitorizadas das Redes Sociais?

Pode considerar em todas as medidas e deve, porque se não tivermos ligados às redes sociais não sabemos o que se passa no mundo.

Quanto à credibilidade, isso já é trabalho de análise e tratamento da Polícia porque como isto é um manancial de informação, depois tem que ser devidamente tratada, não podemos perder a cabeça com a quantidade de informação, porque depois ficamos afundados, a chave está em saber seleccionar, saber fazer uma boa colecta de informação e para isso tem que se ter uma bússola, saber fazer análise, ter organismos dedicados a isso.

3. A abertura de inquérito pode acontecer quando há notícia de um crime. Qual a credibilidade de uma notícia e/ou informação recolhida numa Rede Social para abertura de inquérito/investigação?

Se os factos forem verosímeis em termos de acontecimento e constituírem crime, pode servir de fundamento para instaurar processo-crime, já sucedeu aqui no DIAP, em determinados casos concretos, depois tem é que se produzir prova, só isso não constitui prova, depois tem que saber qual foi o IP que emitiu a imagem, quem é que tinha o computador de onde saíram essas imagens, quem é o autor do crime, porque nós aqui temos que perseguir pessoas concretamente responsáveis. O perfil é o princípio, mas é uma abstracção, por exemplo um CollectiveHacker, por exemplo, na cibercriminalidade, temos um IP mas é ainda o indício, depois o indício é uma pista, essa pista pode-nos conduzir à pessoa verdadeira, a casa, ao computador onde uma pessoa palpável, com nome responde em juízo, isso tudo requer um trabalho de recolha de prova que tem que se fazer no âmbito digital e no âmbito físico.

4. No âmbito da recolha de provas, até que ponto podemos considerar válidas, as notícias e/ou as informações recolhidas com recurso a fontes abertas?

São válidas as que são comprovadas através de meios probatórios válidos em processo penal, que são aquele que estão no CPP, tem uma notícia de um crime, pode com isso instaurar um processo-crime, eles depois tem que recolher prova, pessoal, documental, pericial etc, no fundo é uma notícia como outra qualquer, é uma denuncia, agora sozinha essa denuncia, não tem nenhum poder probatório, tem que ser instruída com um inquerito em que se produzirá a prova pessoal, prova pericial, normalmente até prova pericial, começar por se pedir às operadoras o IP, as coordenadas geográficas, saber a morada, saber onde é que está aquele computador, saber quem é a pessoa, depois pode-se chegar a uma situação de o computador não estar a ser utilizado por aquela pessoa, pode estar a ser utilizado, por exemplo, por uma pessoa que vive em casa dele mas que lhe alugou o quarto, ou que é visita de casa. Tem que se desdobrar isso tudo em factos. Tem sempre um princípio e não deve ser ignorado ou seja não podemos fechar os olhos a essa realidade se não estamos a fechar os olhos ao mundo, o mundo passa por aí hoje, só que depois temos que fazer a prova das coisas.

5. Qual a importância e o impacto das Redes Sociais na prática ou na divulgação de delitos?

Tem uma importância crucial porque podem as redes sociais ser utilizadas para o recrutamento para a prática de crimes, podem ser utilizadas por gangues juvenis que como violência até potenciam a prática de mais crimes, porque depois surgem as imagens e os textos que são divulgados no meio das redes sociais, funcionam como um factor excitante digamos assim para os proprios infractores, não devemos ignorar isso, porque há criminalidade tradicional, como por exemplo dos gangues juvenis e violência dos gangues juvenis, isto sempre existiu, mas a sua

difusão através das redes sociais tende a aumentá-la por causa da própria “promoção” dos autores dos crimes e então isso cria o fenómeno de competição, que é muito mau e aí é a própria Polícia a usar as redes sociais para produzir efeitos contrários também. Ou seja as redes sociais são usadas para o bem e para o mal, portanto acho que a Polícia tem de se treinar e usar as redes sociais para o bem.

6. Que tratamento e encaminhamento é dado às notícias e/ou às informações pesquisadas e recolhidas das Redes Sociais, quando estas dão notícia de um crime?

Aqui no DIAP não temos um grupo de análise e tratamento de informação não é costume termos esse tipo de secções, digamos assim, mas nas Polícias tem secções de análise e de tratamento de informação portanto isso faz-se nas Polícias, faz-se nos serviços de informação e deve ser feito, portanto eu conto que nas Polícias e nos serviços de informação se faça análise e tratamento daquilo que é noticiado diariamente, exceccionalmente quando uma notícia constitui mesmo notícia, e os factos não deixam duvidas sobre a ocorrência de um crime posso instaurar um inquerito com base nisso, com base na notícia mando instaurar um inquérito, depois tem de se recolher prova, a notícia em si apenas motiva a abertura do inquerito, mais nada, pode vir a ser arquivado se nada daquilo se provar. Mas é uma matéria importante em termos de prevenção e de conhecimento dos fenómenos criminais e julgo que as Polícias todas devem ter nucleos de análise e tratamento de informações e os serviços de informação ainda por maioria de razão devem ser mais exigentes nessa matéria, e depois o que deve acontecer é: se chegarem à conclusão que há fenómenos criminais para os quais devam alertar o MP, fazerem-no.

7. Qual a sua opinião sobre a monitorização de Redes Sociais no contexto da investigação criminal? E de que forma (as Redes Sociais) podem influenciar a análise de informações no âmbito da Investigação Criminal?

Vou repetir o que disse anteriormente, a monitorização das redes sociais no contexto da investigação criminal, como são fontes abertas, pode ser feita, pode ser seguida.

***E quanto à barreira de haver um inquerito ou monitorizar as fontes abertas antes de haver um inquérito?** Tanto de uma maneira como de outra, é igual porque as redes sociais fazem parte da vida, para mim só a metodologia é que é diferente mas é a mesma coisa, se se vê um crime a acontecer na rua ou acontecer e ser veiculado através das redes sociais, aí a Polícia tem de ter a metodologia correcta, não pode ser provocadora, não pode ser interpretada como estando a provocar o crime, não pode intrometer-se por exemplo no meio das comunicações por exemplo do twitter ou do facebook, que a própria Polícia ande a propagandear crimes ou a propor a pratica de um crime como forma de testar os outros, isso não pode fazer porque esta a ser agente provocador, portanto a Polícia se se intrometer, ou quando está nas redes sociais tem que estar de forma neutra, e não pode provocar o crime, porque depois também não pode utilizar essa prova se for provocadora do crime portanto isso é um comportamento desleal, há regras, é como na vida real, a Polícia pode estar para conhecer o que se passa, se tem notícia de que alguém está a preparar um crime ou alguém confessou algum crime tem que saber tirar os elementos dessa informação e tratá-los devidamente e ver com um inquérito. Se já tem um inquerito e aparecem conversas no facebook que tem a haver com o crime que foi praticado, por exemplo o crime de homicídio e aparece alguém a gabar-se que fez aquilo ou que ajudou a fazer ou que foi comprar uma arma para o efeito, evidentemente tem que se conseguir os elementos dessa pessoa que estará por trás dessa mensagem para verificar se aquilo é verdade ou não é, porque depois também há muita fantasia nas redes sociais há muita gente a gabar-se do que não faz etc. portanto tudo depois tem de passar pelo crivo da prova e as regras são sempre as da lealdade. A Polícia não pode ser agente provocadora. Mas tem que conhecer o que se passa no mundo e aí tem que ser flexível, tem de se perceber o que está em causa para depois saber o que é que se tem que fazer exactamente.*

8. Os demais serviços de Informações podem e/ou devem desenvolver-se concomitantemente com a investigação criminal, de que forma se articulam?

Nós não temos muita tradição de articulação entre os serviços de informação nomeadamente o SIRP e IC, eu pessoalmente sou defensora de um sistema de articulação, articulação em que sentido? Por exemplo os serviços de informação se tiverem conhecimento da pratica de crimes denunciá-los imediatamente intempestivamente, ou enviarem-nos informação com a caracterização de fenómenos criminais que nos permitam desempenhar melhor as nossa funções, não temos uma tradição de articulação, podemos instucionalmente estabelecer contactos se necessário e pontualmente, mas não se faz essa articulação, institucionalmente eu acho que isso é um défice tanto para um lado como para o outro mas que se justifica do lado dos serviço de informações com a separação de poderes, porque os serviços de informações estão na área política, o ministério público esta na area dos tribunais, penso que nada impediria a comunicação da caracterização de fenómenos e claro se os serviços de informação tiverem conhecimento da pratica de um crime participam ao MP disso também não tenho duvida, a questão aqui é outra, é os relatorios do serviço de informação sobre a caracterização de fenómenos criminais, eu acho que tinha interesse serem do conhecimento do MP, mas não há essa prática. Articulamos em caso de necessidade mas só pontualmente.

9. De que forma pode a Investigação Criminal beneficiar com a partilha imponderada de informação que se verifica actualmente nas Redes Sociais?

Pode beneficiar, e ate já temos beneficiado em certos casos, agora é imponderável ser tratada, não pode ser feita de forma aleatória, temos que ter uma posição sensata, não podemos criminalizar as redes sociais, mas há fenómenos graves do ponto de vista criminal que podem aparecer apurados em comunicações em redes sociais, portanto nada impede que a investigação criminal aproveite a investigação que vem daí, desde que depois produza prova no processo, portanto isto exige uma capacidade de actuação que nós não temos, porque nós não fazemos esse trabalho no MP e nas Polícias também não sei se se fará sistematicamente, porque isso exige um grupo de pessoas diariamente a acompanhar de muito próximo a internet e a internet é um mundo.

10. Que limites existem à recolha e ao tratamento de notícias e/ou de informações, com recurso a Redes Sociais e que orientação lhes pode ser aplicada?

Os limites à recolha são os limites do cibercrime da lei do tratamento de dados, da lei da conservação dos dados de tráfego, do código de processo penal, são esses limites e o bom senso comum.

11. Que mais-valia poderá constituir a monitorização de fontes abertas para a PSP, no âmbito da sua actividade?

Com a monitorização de fontes abertas pode-se obter muita informação sobre factos que estão a ser investigados criminalmente, dados das pessoas, localizações, muita coisa, as fontes abertas devem ser utilizadas para substituir os pedidos por ofício de informações e há muita coisa em fontes abertas, as bases de dados oficiais, todas elas, o que existe na internet, há muita coisa que nós podemos utilizar e que depende de caso a caso, nós percebemos que podemos ir lá buscar informação válida.

12. Qual é o limite da actividade dos serviços de informações? Esta deve cessar com a intervenção dos Órgãos de Polícia Criminal? E que informações podem produzir os OPC's? (sem prejuízo do “monopólio” atribuído ao SIS)?

São planos diferentes, não se tocam, digamos assim, são funções diferentes. O limite da actividade dos serviços de informações está previsto, na lei do SIRP tem lá o código da lei orgânica e com o estatuto e a lei do segredo de estado, está lá tudo previsto, depois é uma questão de interpretação. Se a actividade deve cessar com a intervenção dos OPC's? Não, são coisas diferentes, neste momento eu nem sei, nem nunca saberei o que os serviços de informação estão a fazer, nós apelamos perante a consumação de um crime ou perante a tentativa de consumação de um crime, os serviços de informação tem uma área de actuação especulativa digamos assim, portanto uma coisa não colide com a outra. Isso está tudo legislado é a lei que diz qual o âmbito de intervenção dos OPC's, há a lei do SIRP e do segredo de estado. Isso está tudo devidamente legislado, não há problema nenhum. Os OPC'S podem produzir todas as informações, por exemplo o furto de cobre, eles podem produzir o estudo sobre o fenómeno, sobre o furto de cobre e de outros metais não preciosos, os assaltos aos ATM'S com rebarbadoras os OPC'S podem produzir porque são fenómenos criminais que até dão origem a inquérito e portanto em principio os OPC'S produzem análises e tratamentos de informação que tenham a ver com os fenómenos criminais da sua competência, e podem ate estabelecer dados de troca de informação com o SIS, nos fenómenos mais graves, por exemplo a PJ no âmbito do terrorismo tem um protocolo de troca de informações com o SIS, como não podia deixar de ser, isso é uma prática.

Monitorização de fontes abertas no contexto da Investigação Criminal - Redes Sociais -

Entrevistado(a):

Sr. Dr. Ramos Caniço

(Director da Unidade de Informação de Investigação Criminal)

- UIIC - Polícia Judiciária -

Guião de ENTREVISTA

Nota introdutória:

Esta unidade é uma unidade de informação de investigação criminal, o que significa que nós em princípio lidamos com informação proveniente oriunda ou recolhida no âmbito da IC, é evidente que nós temos outro tipo de informação, temos informação especulativa, que é um bocado o que está aqui no âmbito deste trabalho, é muito mais informação especulativa do que propriamente informação criminal, i.e., temos aqui muito mais informação de segurança de que propriamente informação criminal. é não é bem a mesma coisa, há destrinças a fazer aqui, bom, de qualquer maneira, no Sistema de informação das polícias, e isto tanto é válido para o SIIC da PJ, que aliás é um pouco o pai dos outros sistemas, para o SEI da PSP como para o SIOP da GNR, a situação é quase que paralela e muito semelhante, i.e., a esmagadora maioria da informação é aquela informação que é recolhida a partir dos inquéritos investigados, com NIPCS atribuídos, ou informação recolhida naquelas fases de averiguações preventivas etc, mas é informação consolidada, informação que vem de uma actividade de investigação, esta informação principalmente alguma da questão das redes sociais, é um tipo de informação que tem mais que ver com o âmbito da segurança e segurança interna do que propriamente com o âmbito da investigação criminal.

Consequentemente há outro determinado tipo de serviço que não as polícias de IC, que se devem debruçar sobre eles, e nomeadamente estou-me a lembrar no caso da segurança interna, do SIS, e no caso da segurança de origem externa, do SIED. Isto não significa que não possa existir recolha de informação nestes âmbitos por parte das polícias, designadamente quando no âmbito do desempenho da sua função de prevenção, as polícias designadamente os OPC de competência genérica (PSP, GNR, PJ) podem efectivamente recolher este tipo de informação no âmbito das suas actividades de prevenção, mas na verdade quem deve fazer esta recolha sistematizada e por rotina são o SIS e SIRP, dito isto, eu gostava de dividir isto e contamos com a colaboração do Inspector-chefe Paulo Gomes, porque é ele que na PJ, na unidade de informação de IC dirige a brigada de análise da unidade de informação. Outra questão tem de ser mencionada à partida que é o que acontece com todas as áreas que dizem respeito a informação, que é o sigilo que rodeia a informação (segurança da informação), a necessidade que há de reserva de informação, ainda que esta seja disponível. Como sabe à questões às quais não é possível responder por força da segurança da informação, como sabe esta baseia-se sobretudo em 2 princípios, por um lado o princípio da legalidade no acto da recolha, tratamento e divulgação, isto porque no âmbito da informação criminal se eu não obedecer escrupulosamente ao princípio da legalidade, toda a informação que eu possa vir a utilizar em sede de julgamento cai e torna o julgamento nulo por vício da prova, isto falando entre polícias é muito simples, uma informação que não seja legalmente recolhida só pode servir para determinar operações, por outro lado pode constituir a pratica de um crime que coloca o policia ao abrigo da lei quase que na situação de criminoso, alias se ele cometeu um crime é mesmo na situação de criminoso. o outro principio fundamental é o principio da necessidade de saber, quando hoje nos estamos a trabalhar activamente para ter acesso às bases de dados das respectivas unidades de informação das diferentes polícias de competência genérica, isto significa que embora tenhamos a possibilidade de acesso, este não é ilimitado, nem é quando nos queremos, como queremos e de qualquer modo, é subordinado ao principio da legalidade e

ao principio da necessidade de saber, posso ter acesso à informação da qual tenho carência, daquela que preciso para resolver as minhas actividades de investigação ou de prevenção, mas não posso nem devo ter acesso indiscriminado a todo o tipo de informação, a todo o tempo e pelo modo que melhor me prover, isso não.

1. Como caracteriza a evolução das redes sociais nos últimos 10 anos até à actualidade? E como avalia o impacto das redes sociais na actividade da Polícia?

Na área da informação criminal, as redes sociais, há um fenómeno interessante, porque as redes sociais têm sido muito mencionadas nomeadamente no que diz respeito aos desaparecimentos de adolescentes e crianças, ou para efeitos de escravidão sexual, e eu queria dizer, e isto as vezes choca muita gente mas é verdade, no caso das redes sociais, no caso dos desaparecimentos, não me lembro de um caso em que o facto das pessoas terem contacto através das redes sociais, tenha sido absolutamente determinante. tenho casos de desaparecidos adolescentes em que as redes sociais desempenharam um papel acelerador da situação do desaparecimento, e por outro lado funcionaram como que um complemento à decisão, agora fundamentais para a decisão não tenho um único caso documentado, portanto o impacto das redes sociais nas actividades da policia, bom mas por outro lado têm outro problema, não sei o que se passa em termos de unidade anti-terrorista, anti-crimes económicos, onde poderá haver um colocar no centro da acção as redes sociais. mas de facto, a verdade é que não tive questões directamente provocadas por eles (redes sociais), embora como disse tenha tido situações em que possam ter potenciado o efeito ou contribuído para que as coisas ocorressem.

2. De que forma e por quem são monitorizadas as fontes abertas na Polícia Judiciária?

Delego no nosso Inspector-Chefe Paulo Gomes (...) mas isto não é uma das fontes principais de informação da PJ, nem é das que mais preocupa até porque quem monitoriza as fontes abertas por excelência em Portugal é o SIS e o SIED, e portanto aqui nem me preocupava muito com isto.

3. Como avalia a monitorização de fontes abertas, nomeadamente a que tem origem nas Redes Sociais (por exemplo, facebook e youtube)?

Delego no nosso Inspector-Chefe Paulo Gomes (...)

4. Que limites existem à recolha e ao tratamento de notícias e/ou de informações, com recurso a Redes Sociais e que orientação lhes é aplicada?

O que eu disse na introdução é válido para a generalidade da informação e para todo o tipo de recolha de informação. os principios da legalidade e da necessidade de saber são incontornáveis, os grandes principios que orientam a informação criminal.

5. Que tratamento e encaminhamento é dado às notícias e/ou às informações pesquisadas e recolhidas das Redes Sociais, quando estas dão notícia de um crime?

Aqui temos situações distintas, se for em situação geral, o serviço por excelência não é o OPC, é um serviço de segurança e neste caso no âmbito das informações é o SIS no âmbito da segurança interna, por outro lado, aquelas que nos dão noticia de um crime, pois se eu tenho e se as minhas fontes de recolha de informação detetam que efetivamente há na rede social a noticia de um crime, a primeira coisa a fazer é tentar confirmar a noticia, através de vários modos, designadamente por investigação, investigação essa que pode ser com recurso a vigilância, de vários tipos (móvel, estática, técnica), esta é uma actividade de confirmação ou tentativa de confirmação, é uma actividade que já se insere muito mais no âmbito da IC do que na área da informação criminal.

6. Em que medida se pode considerar as Redes Sociais como fonte de informação/notícia, e que credibilidade deve ser atribuída às notícias e/ou às informações monitorizadas das Redes Sociais?

A credibilidade é sempre sem exceção, no caso das redes sociais, até que seja confirmada a notícia por outros meios, é sempre uma credibilidade baixa, porque eu numa rede social posso lá colocar o que bem me apetecer, desde notícias pré-fabricadas, adulteradas e portanto têm um fundo de verdade mas conclusões diferentes daquilo que acontece na realidade, i.e., as redes sociais podem ser neste momento, mas é uma coisa que eu vejo muito pouco tratada quase ninguém fala nisto, mas as redes sociais neste momento são o melhor instrumento ou ferramenta de contra-informação que pode existir. As redes sociais, portanto a internet, facebook, youtube... são neste momento pela sua divulgação, pelo grau de apelativo que tem a notícia que vem do underground, são ferramentas essenciais de contra-informação. a credibilidade nunca pode ser muito alta até que as coisas sejam absolutamente confirmadas, porque eu não tenho uma triagem, sobretudo sobre a legalidade e da veracidade da informação, antes de eu proprio a fazer no que diz respeito à informação proveniente das redes sociais/internet.

7. A abertura de inquérito pode acontecer quando há notícia de um crime. Qual a credibilidade de uma notícia e/ou informação recolhida numa Rede Social para abertura de inquérito/investigação?

Eu acho que esta pergunta deve ser respondida a montante do que aqui está, i.e., a credibilidade da própria notícia, a averiguação da credibilidade é que pode dar origem a um inquérito, por uma razão muito simples e até pragmática, se eu tenho a notícia de um crime dada por um órgão de comunicação social, que diz que foi cometido ou pode vir a ser cometido um crime, eu tenho que confirmar aquela notícia, mas não tenho nenhum crime ainda cometido, se eu para confirmar aquela notícia, que conduz até mim indícios suficientes de que pode haver veracidade naquilo, eu preciso de fazer uma investigação em que tenha que utilizar ferramentas de informação ou de investigação que me exigem pesquisa através de intercepção de comunicações, eu tenho que abrir um inquérito, eu não posso interceptar comunicações se não no âmbito de um inquérito com NUPC aberto, autorizado pela AJ competente... Tenho uma panóplia de preceitos legais que tenho que cumprir obrigatoriamente. Esta questão, se se pode abrir um inquérito com a notícia de um crime recolhida numa rede social? Coloca-se logo na tentativa da confirmação da veracidade daquela notícia, portanto logo ali eu posso ter que abrir um inquérito (propor ao MP), por outro lado também posso abrir um inquérito se os indícios são suficientes e posso ter recolhido prova indiciária suficiente de que efectivamente está um crime para ser cometido ou foi cometido um crime e nesse caso abre-se o inquérito, nestas situações isso pode ocorrer.

8. Qual a sua opinião sobre a monitorização de Redes Sociais no contexto da investigação criminal? E de que forma (as Redes Sociais) podem influenciar a análise de informações no âmbito da Investigação Criminal?

Eu penso que a monitorização das redes sociais neste contexto, digamos, a interpretação deste tipo de questão não é unívoca, isto não tem um só sentido, mas há uma coisa que eu não posso perder de vista, é que a IC tal qual a conhecemos é aquela informação que advém dos inquéritos crimes e das investigações criminais, a outra informação, designadamente a informação geral que pode ter interesse para a segurança do estado e dos cidadãos e que é recolhida nos meios sociais ou outro lado qualquer, são informações de segurança e não informação criminal, não devemos perder de vista esta dicotomia. Agora a monitorização no contexto da IC pode ter interesse em casos concretos, as coisas têm de ser enquadradas, não

podem ser desligadas daquilo que as rodeia, se eu num determinado inquérito (de qualquer crime) tenho indícios de que há comunicações através das redes sociais assemelham-se àquilo que eram as comunicações através de um anúncio de jornal (por exemplo a marcar encontros, como acontecia no século passado nos anos 50), hoje as pessoas falam nas redes sociais, e portanto em casos concretos eu posso ter necessidade de fazer uma monitorização aturada, intensiva, de determinados órgãos e/ou zonas da internet onde estas coisas acontecem (redes sociais), mas em casos concretos. agora, monitorização por monitorizar, fazer daquilo a razão de ser de uma actividade, na IC não interessa, mas já o SIS na área da segurança interna essa é uma actividade fundamental.

9. De que forma pode a Investigação Criminal beneficiar com a partilha imponderada de informação que se verifica actualmente nas Redes Sociais?

Eu já respondi um pouco a esta questão, em casos concretos eu posso beneficiar disto, era o caso que falei à pouco da tentativa de comunicação de criminosos entre si, dos anos 60 até aos 90 do século passado o pessoal das descargas de droga (Transito/desembarques) falavam entre si por walkie talkie's em rede rádio e havia sempre a luta do rato e do gato, com eles (criminosos) a falar ao rádio e nós (polícia) a tentar ouvir e vice-versa, porque isto funcionava para os dois lados, hoje fala-se por telemóvel e já não se consegue jogar da mesma maneira, a não ser que se saiba o numero do telemóvel, o imei, a localização pela antena utilizada... Portanto a IC pode de facto, se em determinados casos concretos conseguir determinar quais as pessoas que estão a tentar comunicar umas com as outras e conseguir verificar/ter acesso a essa informação, sem esquecer que as comunicações entre duas pessoas que não sejam feitas em sinal aberto (tipo rede social) e que seja por correio electrónico (não é a mesma coisa), funciona como uma carta ou um telefone e carece, nos termos do principio da legalidade e de acordo com as normas positivas existentes, de autorização da AJ competente.

10. Os demais serviços de Informações podem e/ou devem desenvolver-se concomitantemente com a investigação criminal?

Eu penso que sim, esta é uma pergunta totalmente de carácter estratégico e devia ser dirigida aos directores nacionais da PSP, PJ, Cmdt geral da GNR e Director do SIS e do SEF, porque isto é estratégico. porque eu tenho assistido ao longo da minha carreira (com 30 e muitos anos de policia), assisti a um principio que era - a minha informação é minha e a tua informação é nossa - toda a gente funcionava assim, isto tem que acabar de vez, por outro lado este principio era totalmente valido no que dizia respeito aos serviços de informações, não há ninguém neste pais que me consiga desmentir, que a ideia era: a informação dos serviços de segurança é sempre reservada e sempre segredo de estado, mas queria ter sempre acesso aos serviços de informações das policias, e não têm, apenas em determinadas circunstâncias, as coisas ou são partilhadas ou não são, e só podem e devem ser partilhadas ao abrigo do principio da legalidade e da necessidade de saber, e quando toda a gente se compeetrar que as coisas devem ser feitas assim, acabam os problemas na área da informação.

11. De que forma se articulam e qual é o limite da actividade dos serviços de informações, no que respeita à monitorização de fontes abertas (redes sociais)?

... isto não é nada comigo, eu aqui gostaria até de nem me pronunciar porque as únicas pessoas que devem responder a isto devem ser os responsáveis pelos serviços de informações de segurança.

12. No âmbito da recolha de provas, até que ponto podemos considerar válidas, as notícias e/ou as informações recolhidas com recurso a fontes abertas?

A resposta relativa ao índice de credibilidade da informação também responde a isto, não há nenhuma prova que seja válida até que nos tenhamos a certeza que a prova é verdadeira/verídica, tanto é válido para a prova recolhida nas redes sociais como para a prova recolhida em local do crime, por muito mais que a prova nos entre pelos olhos a dentro, a prova tem sempre de ser confirmada, porque pode sempre acontecer ter sido plantada prova no local do crime, portanto a policia tem de desconfiar sempre de tudo, inclusive daquela prova que está no local, portanto podem ser consideradas válidas as provas provenientes de noticias com recurso a fontes abertas, desde de que tenham sido confirmadas, qualquer prova a ser presente em juízo só o pode ser com validade e com interesse para a causa que esta a ser julgada se efectivamente foi comprovada a sua veracidade e existência e essa comprovação foi legitima e legal, verificados estes pressupostos, a prova que tenha sido recolhida com recurso a fontes abertas é tão verdadeira como outra qualquer.

Monitorização de fontes abertas no contexto da Investigação Criminal - Redes Sociais -

Entrevistado(a):

Intendente Luís Fiães Fernandes

(Director do Departamento de Informações Policiais)

Guião de ENTREVISTA

- 1. É possível um serviço de informações cumprir a sua missão apenas com recurso a fontes abertas?**

O DIP não é um serviço de informações e não faz investigação criminal. O DIP apenas produz informações policiais, não informações de segurança.

- 2. Há quantos anos são monitorizadas as fontes abertas pela PSP? E antes da PSP?**

A PSP sempre analisou fontes abertas. A metodologia é que mudou ao longo dos anos.

- 3. De que forma e por quem são monitorizadas as fontes abertas na Polícia de Segurança Pública? E que mais-valias poderão trazer no âmbito da sua actividade (PSP)?**

Não comento. As fontes abertas são uma mais-valia para a PSP.

- 4. Para si qual a importância das redes sociais, como fontes abertas, para a actividade policial, nomeadamente no âmbito da investigação criminal?**

A sua importância depende da metodologia de análise.

- 5. Como podemos avaliar a monitorização de fontes abertas, nomeadamente a que tem origem nas Redes Sociais (por exemplo, facebook e youtube)?**

Mais uma vez, depende da metodologia de análise.

- 6. Em que medida se pode considerar as Redes Sociais como fonte de informação/notícia?**

As redes sociais fazem parte das designadas "fontes abertas" e como tal integram o conceito de "utilização de todas as fontes". A utilização de qualquer fonte implica a sua avaliação e uma metodologia específica de análise.

- 7. E que credibilidade deve ser atribuída às notícias e/ou às informações monitorizadas das Redes Sociais?**

Qualquer notícia - independentemente da sua origem - tem de ser avaliada de acordo com a matriz avaliação das fontes/notícias em utilização na organização, que no caso da PSP é uma matriz 5x5.

- 8. Qual a sua opinião sobre a monitorização de Redes Sociais no contexto da investigação criminal? E de que forma (as Redes Sociais) podem influenciar a análise de informações no âmbito da Investigação Criminal?**

O DIP não faz investigação criminal.

- 9. Que limites existem à recolha e ao tratamento de notícias e/ou de informações, com recurso a Redes Sociais e que orientação lhes é aplicada?**

Os limites são os legais, i.e., aqueles que enquadram toda a actividade policial e de protecção de dados pessoais.

- 10. Qual é o limite da actividade dos serviços de informações? Esta deve cessar com a intervenção dos Órgãos de Polícia Criminal?**

O DIP não é um serviço de informações e não se confunde com o SIS.

11. Os demais serviços de Informações podem e/ou devem desenvolver-se concomitantemente com a investigação criminal, de que forma se articulam?

A resposta está no quadro legal.

12. Que informações podem produzir os Órgãos de Polícia Criminal? (sem prejuízo do “monopólio” atribuído ao SIS)

Não respondeu.

Monitorização de fontes abertas no contexto da Investigação Criminal - Redes Sociais -

Entrevistado(a):

Subintendente Manuel Guedes Valente

(Director do Centro de Investigação do ISCPSP)

Guião de ENTREVISTA

1. Como caracteriza a evolução das redes sociais nos últimos 10 anos até à actualidade? E como avalia o impacto das redes sociais na actividade da PSP?

A evolução é natural, a evolução como ainda há pouco falava ali na aula para nós vemos a evolução em termos gerais, em termos até na área da informática, nas áreas que envolvam redes sociais desde a II Guerra Mundial para cá, preocupa-me profundamente esta evolução. Porque é uma evolução sem regras, sem valores, sem princípios e que podem trazer alguns problemas e é importante que a Polícia também conheça essas redes e saiba aproveitar em termos de recolha de informação, informação policial, não é informação criminal. É claro que no acesso de informação policial poderá haver acesso a informação criminal, mas q. b., porque também pode ser utilizada, a rede social para manipulação da própria Polícia, esse é um aspecto em que nem tudo o que é... nem tudo o que reluz é ouro, e aqui a mesma coisa, é preciso ser-se muito inteligente no tratamento desta matéria.

2. Há quantos anos são monitorizadas as fontes abertas (redes sociais) pela PSP? E antes da PSP?

Não tenho um conhecimento concreto... especificamente das redes sociais, mas há outras fontes abertas que antes eram tratadas, agora monitorizadas desconheço. É preciso ver... falamos de monitorização a que nível? É preciso fazer a distinção e perceber se é monitorização ou se é tratamento, que não são a mesma coisa, uma coisa é monitorização outra coisa é tratamento e às vezes as pessoas confundem os dois conceitos entre monitorização e tratamento das fontes abertas.

As fontes abertas são sempre altamente perigosas, porque nem sempre têm aquilo que se chama uma verdade plausível, podem-nos conduzir para problemas, uma presunção de um facto ou de uma pessoa que não tem nada a ver com o assunto, e um escritor famoso numa obra famosa de psicologia judiciária, falava desses conceitos e alertava para esses problemas que o MP, os Juizes e as Polícias tinham de ter muita contenção e cuidado com o tratamento da dados vindos dessa forma que podem manipular a própria Polícia.

3. Como avalia a monitorização de fontes abertas, nomeadamente a que tem origem nas Redes Sociais (por exemplo, facebook e youtube)?

Não tenho dados para fazê-lo. E continuo a dizer que é preciso muito cuidado com os conceitos, é que nós temos a mania de criar conceitos jurídicos sem saber daquilo que estamos a falar. É preciso ter atenção porque o conceito de monitorização é um conceito mais sofisticado do que aquilo que acontece, eu volto a dizer que há confusão entre monitorização e tratamento de dados obtidos através de fontes abertas.

4. Em que medida se pode considerar as Redes Sociais como fonte de informação/notícia, e que credibilidade deve ser atribuída às notícias e/ou às informações monitorizadas das Redes Sociais?

Duas ou três questões primeiro, são sempre fontes de informação, ao fim ao cabo. Agora, pode ser informação fidedigna ou não fidedigna, pode ser uma informação... verdadeira, semi-verdadeira ou falsa, é preciso saber ler entre as linhas, saber ler os códigos. Este é um aspecto. Outra coisa é o valor em termos de notícia criminal, temos de enquadrar naquele âmbito e nas situações que é possível, é preciso fazer essa averiguação antes de avançar para isso no âmbito da aquisição da notícia do crime através de... não da forma directa e imediata, mas sim de forma mediata, e tem de ser tratado como uma notícia normal, notícia de crime. Agora, se tem valor probatório ou não, aí já é algo que é mais complexo, uma coisa é a notícia do facto outra coisa é depois a valorização ou apreciação e validação ou valoração probatória do facto aferido dessa notícia, são dois factos completamente distorcidos, um é substantivo outro é processual.

5. A abertura de inquérito pode acontecer quando há notícia de um crime. Qual a credibilidade de uma notícia e/ou informação recolhida numa Rede Social para abertura de inquérito/investigação?

Mais uma vez aqui se impõe aquilo a que se chama o bom tratamento da questão, uma boa análise dessa questão, veja-se inclusive aquele artigo que está na revista Sábado sobre a nossa DIC, da recolha daquelas informações em termos de furtos de cobre, que é um alerta que reluz das redes sociais, como sabe até em França conseguiram chegar ao indivíduo (penso que já está detido) que matou aquelas sete pessoas como membro da Al-Qaeda, através dessa rede, através do facebook. Pode ser trabalhado, pode ser uma fonte de informação da Polícia, mas uma coisa é certa, essa informação é preciso ser tratada e depois elaborada uma peça de expediente, no nosso caso Português que obedece ao 243.º do CPP, com os pressupostos todos, os materiais e processuais que (o 241.º e ss.) têm, mas especialmente o 243.º que diz: “Um Auto de Notícia, um Auto de Ocorrência” e tem de preencher aqueles pressupostos todos, se não passa a ser uma, como se costuma dizer, uma denúncia anónima, uma informação anónima, porque por exemplo, posso utilizar um nome no facebook ou no twitter, utilizar um nome ou uma foto que não é minha, isso é altamente perigoso, que é o problema da desregulação, quando não há uma regulação e não há o registo legal da pessoa nessa rede, ou do gestor da rede (na base), há perigo sempre de até se incriminar pessoas, é preciso ter um certo cuidado, neste caso de França foi bom, bom no sentido de que conseguiram rapidamente chegar ao indivíduo através do facebook, agora é preciso ver quantas pessoas é que tiveram que avaliar, para chegar a essa informação? E certamente sabe os problemas de França, nos tumultos em França, o facebook e o twitter foi utilizado naquela questão, em Paris principalmente e a Polícia teve uma certa dificuldade em chegar aos principais mentores de toda a situação, não sabiam bem, mesmo com os IP's e tudo, não conseguiam lá chegar, porque eles mudavam, como sabe, de local e de registo, o registo era sempre falso, agora se me disser que no futuro vai haver o registo, vai haver uma legalização, ou seja, a pessoa para estar naquela fonte, vai estar registado que o facebook ou o twitter obrigam a esse registo através do sistema, como é o cartão de identidade, em que é reconhecido eletronicamente e sabem que é aquela pessoa, isso aí já é outro assunto, tá a ver? Porque é impossível responsabilizar as pessoas com identidades falsas, com incriminações. É muito fácil incriminar uma pessoa.

6. No âmbito da recolha de provas, até que ponto podemos considerar válidas, as notícias e/ou as informações recolhidas com recurso a fontes abertas, nomeadamente redes sociais (por exemplo, facebook e youtube)?

Aqui voltamos ao mesmo, estamos a falar de material que colide com direitos e liberdades fundamentais temos de obedecer à CRP (n.º 4 Art.º 32.º da CRP) que é claro como a água, e é claro aqui depois em termos de valoração, temos de ter em conta o Art.º 125.º e 126.º do CPP, tudo o que viole este n.º 4, que viole o n.º 8 do 32.º da CRP e viole o Art.º 125.º e 126.º, como sabe estas provas, a sua relevância é inexistente, porque é proibida.

7. Qual a importância e o impacto das Redes Sociais na prática ou na divulgação de delitos?

Cometem-se muitos crimes através das redes sociais, especialmente crimes de difamação, crimes de injúrias... os crimes de opinião, muito especificamente e que põem em causa até a vida de pessoas. Cometem-se muitos crimes desses. Quanto há divulgação de delitos também poderá, pode ser uma das formas de lá chegar, vejamos agora por exemplo o caso dos magistrados (da Associação dos Juizes), é claro que eles pegaram naquela situação após alguém, numa rede social, ter divulgado o que se passava, de terem utilizado cartões de crédito e aqueles dinheiros do erário público para fins que não estavam estipulados, tá a ver? E através disso foi pedido um esclarecimento, e após o esclarecimento verificou-se que havia suspeita da prática de crime, quer dizer, pode funcionar como verdadeiro, como uma fonte de comunicação da prática de crimes, é preciso ter um certo cuidado, porque como é que, não sendo crime, como é que se apaga essa situação? Também é preciso pensar, não basta dar relevância para a divulgação do crime, é preciso também criar a situação de verificando-se que afinal a pessoa é inocente, através da mesma fonte, denunciar-se pessoas que diz que tinha cometido aquele crime até perder-se a credibilidade, que é altamente perigoso, o problema é que essa pessoa vai mudar de figurino, vai utilizar outro nome, outra fotografia, tá a ver? Há aqui vários problemas que eu tenho muitas dúvidas quanto às provas que caem do céu, ou quanto às denúncias de crimes que caem do céu. É preciso ter muito cuidado e a Polícia tem de ter muito cuidado, porque eu sendo membro de uma associação criminosa ou rede criminosa, posso utilizar isso para manipular totalmente a polícia, ocupá-la com coisas inexistentes para que a minha rede funcione há vontade.

8. Qual a sua opinião sobre a monitorização de Redes Sociais no contexto da investigação criminal? E de que forma (as Redes Sociais) podem influenciar a análise de informações no âmbito da Investigação Criminal?

Pode influenciar no sentido que eu disse há pouco, a monitorização é fundamental, mas não se deve prender só com isso, não é bem para a IC, eu diria para a informação, essa relevância deve estar no âmbito da informação policial e depois verificar, se há ou não. Esta notícia da Sábado é uma notícia bem feita, fala da DIC está lá o Subintendente Prates (leia essa notícia), ver aquilo, o que é que há ali que possa até indiciar, ou até apresentar indícios da prática de um crime, tá ver? E então havendo esses indícios abre-se o inquérito e promove-se a IC. Porque se não, é altamente perigoso basear uma investigação criminal só nisso, é que deixamos de ter as escutas telefónicas para ter as fontes abertas e eu não estou a dizer para por de parte, o que eu estou a dizer é que deve-se utilizar no âmbito apenas das informações, a investigação deverá ser feita uma investigação de acordo com o nosso CPP, de acordo com a nossa CRP, das Leis avulsas processuais penais que dão às polícias todos os instrumentos para a investigação. Outra coisa é aquilo a que se chama a análise criminal, pode ser através da monitorização das redes sociais, essa análise criminal, essa análise crítica, o tratamento depois para levar à abertura do inquérito esse é um assunto. Agora fundamentar a investigação criminal com base nas redes sociais sou totalmente contra porque não está dentro do quadro jurídico-constitucional-penal-processual Português, e Europeu.

9. Os demais serviços de Informações podem e/ou devem desenvolver-se concomitantemente com a investigação criminal, de que forma se articulam?

Eu sinceramente penso que os Serviços de Informações devem-se dedicar às informações que interessam à República Portuguesa. Tudo o que envolve crime pretence, a acção penal ao MP, coadjuvação dos OPC's e tutela jurisdicional. Uma coisa é no âmbito da recolha de informação para salvaguarda do Estado, de integridade do Estado e quer interna quer externa, verificar que há crime e devem comunica-lo de imediato ao MP, neste caso concreto, é ao MP que é tutelada a acção penal e que decide qual é a Polícia que vai investigar, esse é um aspecto. Outra coisa é funcionarem como o lado escuro da investigação, eu não concordo com isso, porque isso não faz parte da nossa estrutura, da nossa arquitectura constitucional, isso é negar aquilo que foi construído, porque isso nós também já tivemos, tivemos serviços de informações a fazer IC contra pessoas, até para salvaguarda possivelmente do Estado escoo-Político, é preciso ter cuidado com o regressarmos a essa fase.

10. De que forma pode a Investigação Criminal beneficiar com a partilha imponderada de informação que se verifica actualmente nas Redes Sociais?

Pode beneficiar no sentido de uma indicação hábil, ou seja, no benefício apenas de alerta, não um benefício concreto na minha opinião, e muitas das vezes pode ser um benefício de filme, e é perigoso porque desvia o verdadeiro investigador criminal de ser Polícia e, na minha opinião, aqui continuo a alertar para o devido cuidado dos dados que se obtém no âmbito das redes sociais que possam ter alguma ligação à IC, muito cuidado, porque mais uma vez, não há regulação sobre essa matéria, e é altamente perigoso, valorar essa matéria. Uma coisa é informação, outra coisa é a investigação, é preciso separar as águas. Informação criminal ou informação policial que gere a informação criminal que vai gerar o Auto de notícia e por aí fazem a investigação que tem de seguir aqueles passos, as polícias têm instrumentos jurídicos necessários, não precisam de mais, ponham-nos em prática.

11. Que tratamento e encaminhamento é dado às notícias e/ou às informações pesquisadas e recolhidas das Redes Sociais, quando estas dão notícia de um crime?

Relativamente há Lei é claro, é prosseguir o está estipulado em termos processuais penais, conhecimento ao MP, para o MP decidir o enquadramento da matéria factual em termos de direito penal substantivo e decidir o andamento, se abre inquérito ou não, e abrindo o inquérito as diligências processuais que tem de ser feitas.

12. Que mais-valia poderá constituir a monitorização de fontes abertas para a PSP, no âmbito da sua actividade?

Poderá constituir uma mais-valia principalmente no que âmbito das informações policiais, mais uma vez. Aqui sim, tem uma mais-valia, esta é a minha opinião. E nós temos de saber trabalhar muito bem nisso, é preciso ter pessoas especializadas na análise dessa informação que é recolhida, saber ler entre as linhas, como se costuma dizer, há a expressão “escreve direito por linhas tortas”, aqui a mesma coisa, “saber ler por linhas tortas”. É preciso muito cuidado, porque há os fazedores de opinião oficiais, depois há os fazedores de opinião que não lhes conhecemos o rosto, e esses são dos mais perigosos que podem existir, são esses que manipulam a sociedade.

13. Qual é o limite da actividade dos serviços de informações? Esta deve cessar com a intervenção dos Órgãos de Polícia Criminal? E que informações podem produzir os OPC's? (sem prejuízo do “monopólio” atribuído ao SIS)?

Não há dúvidas quanto ao limite, o limite é claro, está na própria lei, tudo o que ultrapasse a matéria, atribuições e competências de informações e passe para uma área criminal, tudo aquilo que já não é informação que tem a ver no âmbito da integridade da segurança interna ou externa, estamos a falar do que pode envolver uma questão económica, de saúde... tudo o que passe disso e que passe já para a questão criminal, a partir daí, nem é só os OPC's, temos de ter atenção e reformular a questão, estamos a falar de repressão, essa matéria tem de começar logo nos termos da CRP, para que depois não venham as polícias dizer que afinal havia matéria e que não foi considerada, claro não foi considerada porque não estava sob tutela judiciária ou sob tutela jurisdicional quando a Constituição impunha. Aqui acaba a intervenção, portanto, tudo o que ultrapasse informação e há matéria criminal deve passar para a tutela do tribunal, neste caso concreto para o titular da acção penal que é o MP e para as polícias que vão coadjuvar o MP nessa investigação criminal, mais que os OPC's é a questão da acção penal, é do tribunal, para repressão (aí estamos a falar de repressão), uma coisa é prevenção outra coisa é repressão, e quando há crime, havendo um facto quando envolve um crime, tem obrigatoriamente que abrir o inquérito, a lei é claro como a água, excepto naquelas situações, como sabe, de oportunidade, tirando esses casos de oportunidade, tem de ser aberto um inquérito, sendo aberto o inquérito, o MP é que decide quem é o OPC que vai coadjuvar, nos termos até por força constitucional, e nesse momento cessa o trabalho dos serviços de informação. Trazer serviços de informação para questões criminais é a mesma coisa que pôr, depois os OPC e o MP a fazer o trabalho de informação, esse é um problema, digamos é um paradigma, um pendulo que andamos à procura.

A informação policial não é só no âmbito criminal, vai haver uma manifestação, nós sabemos quem são os promotores, o percurso, é fundamental recolher toda a informação que envolva todo o percurso e possíveis pessoas que vêm à manifestação para eu preparar os elementos, preparar o policiamento adequado ao cenário que vai ocorrer, está a ver? Isso chama-se informação, saber quantas pessoas é que vêm, saber que fábricas é que vêm, saber se são agricultores e se vão trazer as batatas, as peras, as maçãs, as tangerinas ou os tomates, se são metalúrgicos e se trazem ferro com eles, essa recolha de informação é fundamental para que eu tenha o meu pessoal disposto para uma situação concreta, não é só a questão criminal, é preciso ver isso, nós temos resumido ultimamente a informação para as questões criminais, isso é um erro, está a ver? Até saber que tipo de grupo de pessoas é que envolve as pessoas, que o promotor é um promotor com um nível assegurado de pessoal ou será que nós temos de trabalhar com ele no sentido de o apoiar para evitar que os manifestantes ultrapassem o limite que lhes está imposto? Está a ver? Isso é importante saber, se aquele promotor tem ou não capacidade, se tem a tendência sobre os manifestantes, se não tiver é um perigo, muitas das vezes levamos com batatas e com peras e por aí a fora e o pessoal está desprotegido porque não há recolha de informação, e a recolha de informação nesse caso não é só antes, durante a manifestação isso é necessário decorrer, no seio da manifestação há sempre indivíduos lá, que a missão deles é destabilizar e provocar o conflito com as FS e esses têm de ser neutralizados, não é o informador que os vai neutralizar, mas é ele que informa quem são para que a Polícia os neutralize, está a ver? A dimensão das informações policiais, e a PSP deve trabalhar essa matéria, havendo matéria que é de informação, á matéria que é de informação de interesse nacional e que é da competência do Serviço de informações (do SIS por exemplo) deve encaminhar-se essa informação para lá, deve respeitar, cada um deve saber qual é a cilindrada do seu carro, e saber que a cilindrada do seu carro dá até X, sob pena de se espatifar totalmente.


Anexo B

Exemplo de Matriz Comparativa¹⁷⁸

Técnica utilizada na Análise Comparativa de Casos

(ver o ponto 3.2 do Capítulo 3 do nosso estudo)

Matriz Comparativa - BURLA - SOLICITAÇÃO DE TROCA DE DINHEIRO

| N | IPC / NPP | Distrito | Zona | Data | Hora | 1º Suspeito | 2º Suspeito | Fotogramas | Modus Operandi | Observações | Se |
|-----|-----------------|------------|-------------------------|------------|-------|---|-------------|---------------------------|--|-------------|----|
| 14/ | 7.8 GGODM (GNR) | Beja | Vila Nova de Mil Fontes | 07-02-2007 | 15H00 | Masculino, 35/40 anos de idade, alto, forte, com pronúncia de país da Europa do Leste | | | O suspeito apresentou 300 Euros em notas de 5 Euros à funcionária do "Supermercado Mamachinho", pedindo para as trocar por notas superiores. A funcionária apercebeu-se que falavam 10 Euros para perfazer 300 Euros, tendo o suspeito retirado o dinheiro em falta (duas notas de 5 Euros) do bolso do casaco. Aquando do fecho da caixa a funcionária reparou que lhe faltavam 120 Euros, suspeitando que tenha sido o indivíduo a retirar esse montante na altura que tirou do bolso do casaco os 10 Euros em falta. | 130 Eur a | |
| 15/ | 7.3 GDSRP (GNR) | Beja | Serpe | 12-02-2007 | 15H05 | Masculino, cerca 45 anos de idade, alto, cabelo grisalho, com pronúncia de país da Europa do Leste, vestia casaco de cor azul | | Há fotogramas do suspeito | O suspeito apresentou várias notas de 5 Euros ao funcionário do bar do estabelecimento comercial "Distriperca Supermercados SA", pedindo para as trocar por notas superiores. Como naquele momento não era possível efectuar a troca solicitada, foi o suspeito encaminhado a uma funcionária, onde cobrou 300 Euros divididos em três montes de 100 Euros (em notas de 5 Euros). A funcionária retirou da caixa o valor correspondente a 300 Euros. A dado momento, o suspeito referiu que faltavam 20 Euros, tendo a funcionária começado novamente a contar o dinheiro. Quando terminou de contar verificou que o suspeito se tinha colocado em fuga com o dinheiro da caixa e com um dos montes que estava em cima do balcão. | 120 Eur a | |
| 16/ | 7.7 GBPTR (GNR) | Portalegre | Fronteira | 28-03-2007 | 17H00 | <p>(883 - NIPs 122275, 859859, 841526, 970525, 8733P; 141817, 235040, 227897), nascido a 24 de Novembro de 1978, solteiro, filho de George Magales e de Mariana Dorne, natural da Roménia, residente na Rua Luciano Cordeiro, n.º 46, CN, Lisboa, titular do Passaporte n.º CI 306753, emitido em 19 de Janeiro de 2001. O suspeito tem ainda associados diferentes passaportes e moradas de residência (IC 2812007). Tem o Cliché n.º 119 e a Resenha n.º 28, de 2 de Outubro de 2007, do Comando de Polícia de Bragança</p>  | | Há fotogramas do suspeito | O suspeito apresentou 1000 Euros em notas de 50 Euros à funcionária da Caixa de Crédito Agrícola Mútua, pedindo para as trocar por notas de 20 Euros. A funcionária temeu que fossem notas falsas por o suspeito ter sotaques estrangeiros e submeteu-as ao detector ultravioleta. Como não se confirmou a falsificação, a funcionária preparou o dinheiro e entregou-o ao suspeito. Após ter efectuado a troca, o suspeito voltou a solicitar nova troca de notas, requerendo notas de 100 Euros ("notas de 20 contos"). A funcionária não realizou a troca por não ter disponível notas de 100 Euros, tendo então o suspeito requerido novamente 1000 Euros em notas de 20 Euros. Aproveitando a sucessiva troca de notas, o suspeito retirou dinheiro do primeiro maço de notas de 500 Euros. | 500 Eur a | |

¹⁷⁸ Fonte – Núcleo de Análise Criminal, Departamento de Investigação Criminal da PSP.

Exemplo de Matriz de Associações e Diagrama de Conexões¹⁷⁹

Técnica utilizada na Análise de Grupo de Autores

(ver o ponto 3.2 do Capítulo 3 do nosso estudo)

[illegible]

Matriz de Associações

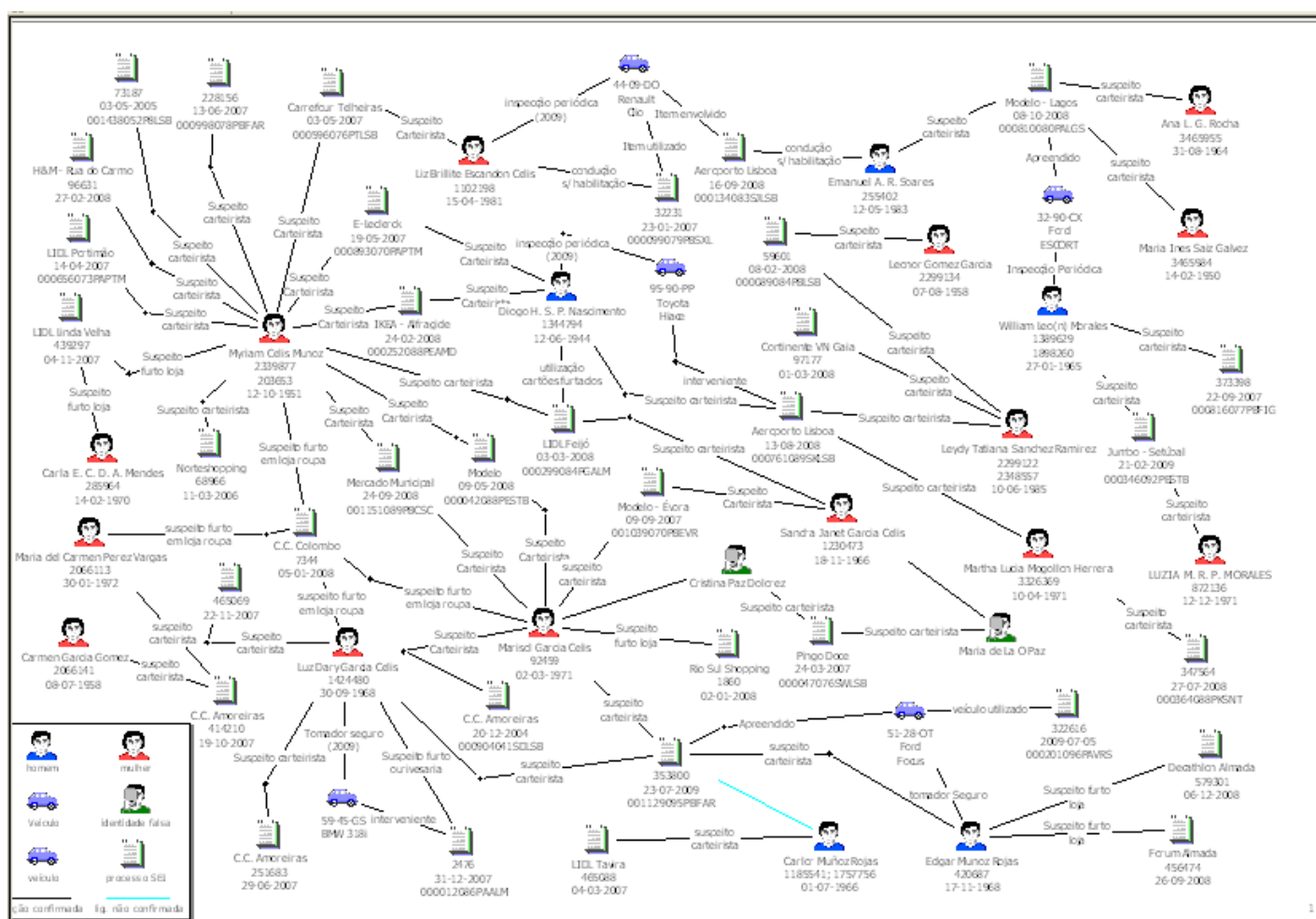


Diagrama de Conexões

¹⁷⁹ Fonte – Apresentação *PowerPoint* na cadeira de IC do 4.º ano do 24.º CFOP, disponibilizado pelo DIC.

Anexo C – CASO *facebook*

Transcrição de partes do Acórdão relativo ao “Caso *facebook*”¹⁸⁰

- “na iminência de novas agressões, afirmou «... ss Aih .. eih aih ...» e de seguida «Aih que vai apanhar .. aih que vai apanhar» ... e nesse momento arguida --NOME-- dirigiu-se à ofendida e desferiu então uma palmada na testa agarrando-a pelos cabelos, momento em que também a --NOME-- se dirigiu à ofendida agarrando-a e desferindo-lhe vários pontapés.”
- “era segurada pelos cabelos, acabou por cair no chão e ambas as agressoras continuaram a desferir-lhe pontapés na cabeça, sendo ambas incentivadas pelo arguido --NOME-- que gritava .. «ai com o caralho ...» à medida que sucediam os pontapés na cabeça da ofendida e no tórax.”
- “o arguido --NOME--, que filmava toda a situação, passou pela frente do arguido --NOME-- no que foi de imediato repreendido por aquele, pois colocava em causa a qualidade da filmagem, o que sucedeu uma vez que o arguido --NOME-- procurava a obtenção de todos os pormenores relativos à agressão.” (...) “todos presentes riam-se com a situação”
- “Com a ofendida caída no chão, ambas lhe desferiram inúmeros pontapés que a atingiram em diversas partes do corpo, nomeadamente na face e na zona torácica e cabeça ao mesmo tempo que o arguido --NOME-- e outros presentes se riam e exultavam com a situação afirmando que iria colocar toda a cena no *facebook*.”
- “Os factos foram assim consumados (...) sob observação e orientação de todos os arguidos, tendo-se a agressão desenrolado (...) perante a presença do grupo que se regozijou com toda a factualidade.”
- “O arguido --NOME-- veio a colocar o vídeo obtido na rede Social *facebook* com o perfil <http://facebookbook.com/profile.php?id=1046351286> que corresponde ao autor do vídeo, identificado na conta por --NOME--.”
- “Enviando o arguido no dia (...) um SMS a terceiro titular do número --NÚMERO-- onde mencionava ... «maninho tenho um vídeo que te vais passar... a --NOME-- a lvar na boca da baah e da rachel»”
- “O que sucedeu uma vez que ambos os arguidos manipularam tal ficheiro acedendo ambos ao *site* do *facebook* e do *youtube* criado pelo arguido --NOME--.”
- A PSP, “Após a visualização do vídeo na *internet* procurou o perfil do seu autor e identificou o arguido Rodolfo, indivíduo que já era conhecido na esquadra, conseguindo identificar igualmente a vítima e as agressoras.”
- “este crime, que foi executado logo com a deliberada intenção de ser publicitado a fim de envergonhar a ofendida.”

¹⁸⁰ Salvaguardámos a identidade dos arguidos, substituindo os verdadeiros nomes por: --NOME--

“Geração *like* – Uma geração de mau gosto?”

Artigo e vídeo¹⁸¹ – retirado do *site zoomzine*¹⁸², que mostra a notícia relativa ao “caso *facebook*” e nos interroga sobre o tipo de sociedade que podemos estar a criar e o papel perverso das redes sociais.

O vídeo foi colocado no *facebook* e mostra uma adolescente a ser violentamente agredida por outras duas. Um dos elementos do grupo filmou a situação e decidiu disponibilizar o vídeo na *internet*, onde pode ser visto por milhões de pessoas. É um tema sensível e tem já uma dimensão incontornável.



¹⁸¹ Disponível em: <http://www.zoomzine.net/2011/05/geracao-like-a-deriva-sem-valores-morais/> [Acesso em 15 de Abril de 2012 às 19h00]

¹⁸² *Ibidem*

Anexo D – COMPILAÇÃO DE ARTIGOS/NOTÍCIAS RELEVANTES

Transcrição do artigo retirado do *Correio da Manhã online*¹⁸³, publicado em 15 de Março de 2012.

“Jovem Agredido por já não Roubar”

“Um jovem, de 18 anos, foi agredido a murro por três amigos, em retaliação por ter deixado de os acompanhar nos assaltos que faziam a estabelecimentos comerciais, em Castro Daire. A violenta agressão foi filmada com um telemóvel por outro membro do grupo, que colocou o vídeo no Youtube.

A agressão ocorreu em Outubro do ano passado e os três agressores e o autor do vídeo, com idades entre os 18 e os 21 anos, foram agora identificados pela GNR – sendo suspeitos de um crime de ofensas à integridade física.

Segundo uma fonte policial, a agressão ocorreu em "reação à conflitualidade gerada por a vítima ter deixado de querer pertencer ao grupo", que é "suspeito de pequenos furtos" na vila.

No vídeo, com a duração de 32 segundos – que foi colocado no Youtube, no dia 2 deste mês e ontem à tarde tinha 105 visualizações – vê-se o jovem a caminhar pelo passeio quando é abordado pelos três agressores que, de imediato, partem para a violência.

O jovem ia para a escola, bem como dois dos três agressores, já que o mais velho abandonou os estudos. O caso está a ser investigado pelo NIC da GNR de Viseu, na sequência da queixa da vítima.”

Transcrição do artigo retirado do *Jornal de Notícias online*¹⁸⁴, publicado em 22 de Agosto de 2011. O artigo conta com a publicação de um vídeo³.

“Caça à Polícia nas redes sociais em Espanha”

“Dezenas de vídeos, divulgados por cidadãos que presenciaram as cargas policiais em Madrid, estão a criar polémica em Espanha. Existem já páginas nas redes sociais com o intuito de divulgar a identidade dos polícias filmados. Veja o vídeo¹⁸⁵.

A maioria dos vídeos, realizados durante as manifestações anti-clericiais em Espanha, devido à visita do Papa Bento XVI, são gravados por dispositivos móveis, às escondidas, para que os agentes da polícia não se apercebam que estão a ser filmados. As imagens, idênticas em muitos dos vídeos, estão a causar indignação pela violência dos agentes contra civis que, aparentemente, não mostram atitudes agressivas.

Segundo o "El Mundo", uma das histórias que mais tem dado que falar nas redes sociais é a de um fotógrafo que testemunhou uma agressão da polícia a uma jovem, aparentemente inofensiva. Daniel Nuevo, que trabalha para o "El Día de Córdoba",

¹⁸³ Disponível em: <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/portugal/jovem-agredido-por-ja-nao-roubar-com-video> [Acesso em 7 de Abril de 2012]

¹⁸⁴ Disponível em: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/Interior.aspx?content_id=1958913&page=-1 [Acesso em 22 de Novembro de 2011]

¹⁸⁵ O vídeo pode ser visto na rede social *youtube*, na sequência de uma entrevista realizada por um canal de televisão espanhol. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=baO3xEiUdNg> [Acesso em 22 de Novembro de 2011]

procurou fotografar o que se estava a passar mas acabou por ser também agredido e perdeu a consciência durante alguns momentos.

Estas imagens foram aproveitadas por um grupo de pessoas que, revoltadas pelo que assistiram, iniciaram uma "caça ao polícia na *internet*". Foi criada uma página no Facebook intitulada "Identificar e difundir o polícia da agressão jovem", com o objectivo de identificar o oficial, autor das agressões à jovem. O grupo conta já com cerca de 7500 seguidores.

"Não se trata de uma página de ódio nem perseguição", afirmam os criadores da página no *facebook*, na informação prévia do grupo. Querem "mostrar apenas o rosto do polícia e divulgá-lo. Se alguém a utilizar para fazer alguma acção criminal contra ele deverá ser chamado à responsabilidade".

A polícia espanhola vai abrir uma investigação para apurar se a acção dos agentes contra participantes nas manifestações laicas, nos últimos dias em Madrid, foi adequada ou excessivamente violenta.”

Transcrição do artigo retirado de um Portal de Notícias *online*¹⁸⁶ – *estadão.com.br* – publicado em 10 de Agosto de 2011.

“Redes sociais a favor da Polícia de Nova York”

“Unidade especial foi criada para perseguir e identificar quem planeja ou anuncia crimes em redes sociais.

NOVA YORK – A Polícia de Nova York criou uma nova unidade especializada em perseguir quem planeja crimes ou anuncia seus delitos em redes sociais como Facebook e Twitter, informou nesta quarta-feira, 10, o jornal *Daily News*. A equipe de agentes fará uma operação “pente fino” na *internet* “para obter informação sobre festas suspeitas, reunião para brigas entre grupos e outros fatos potencialmente perigosos”, segundo fontes ligadas ao organismo.

De acordo com o jornal, a Polícia de Nova York quer aproveitar a influência das redes sociais para combater a delinquência, assim como estão fazendo as forças de segurança britânicas nesta semana para detectar os responsáveis da onda de violência e saques em Londres.

De fato, na terça-feira, 9, a Polícia londrina estava preparada para os distúrbios após detectar mensagens em redes sociais que previam esses incidentes, ao mesmo tempo em que um jovem foi detido no condado de Essex (centro da Inglaterra) por escrever mensagens incitando à violência através do Facebook.

As fontes citadas pelo *Daily News* afirmam que o responsável da nova unidade da Polícia de Nova York será o subcomissário Kevin O’Connor, de apenas 23 anos mas muito respeitado dentro do corpo pelo conhecimento de *internet* e concretamente de redes sociais como Facebook e Twitter para capturar criminosos.

O jornal lembra que através dessas redes sociais foi possível deter seis suspeitos do assassinato do jovem de origem equatoriana Anthony Collao, que recebeu uma surra mortal na saída de uma festa em Queens organizada pelo Facebook no mês de março.”

¹⁸⁶ Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/link/redes-sociais-a-favor-da-policia-de-nova-york/>
[Acesso em 22 de Novembro de 2011]

Transcrição do artigo retirado de um Portal de Notícias *online*¹⁸⁷, - IGEPRI¹⁸⁸
News – publicado em 11 de Agosto de 2011.

“Premiê britânico sugere dar maiores poderes à polícia nas redes sociais”

“O premiê do Reino Unido, David Cameron, disse nesta quinta-feira que as redes sociais podem ser usadas para “o mal” e que, por isso, perguntou à polícia se eles precisam de novos poderes para evitar uma nova onda de distúrbios, saques e violência como a que tomou Londres e outras cidades britânicas nos últimos dias.

“Todo mundo que assiste estes atos horrendos ficará chocado com como eles foram organizados via mídia social. O fluxo livre de informação pode ser usado para o bem, mas pode ser usado também para o mal”, disse Cameron, em declaração ao Parlamento britânico.

O premiê disse que o governo está trabalhando com a polícia, os serviços de inteligência e a indústria para avaliar se é certo proibir as pessoas de se comunicar por sites e serviços de comunicação na *internet*.

Uma fonte do governo citada pelo jornal “Daily Telegraph” disse que o governo vai examinar questões morais e técnicas envolvendo o bloqueio de usuários, além de avaliar se os poderes da polícia estão de acordo com as novas tecnologias.

A ideia é bloquear os suspeitos individualmente, em vez de suspender todo o serviço.

O parlamentar David Lammy, de Tottenham, uma das cidades afetadas pela onda de distúrbios, pediu nesta semana à Blackberry que suspendesse o serviço de troca de mensagens para que os saqueadores não pudessem planejar novos ataques.

Os jornais britânicos divulgaram inúmeras fotos de britânicos celebrando os frutos dos saques no Twitter e no Facebook.

A polícia chegou a prender diversas pessoas que comentaram seus roubos ou atos no Facebook, acusados de incitar comportamento ilegal.

Usuários das redes sociais alegam, em contrapartida, que as mesmas ferramentas foram usadas para esforços coletivos de combate aos saqueadores e de limpeza da cidade.

COMPENSAÇÃO

Cameron anunciou também nesta quinta-feira uma compensação às vítimas dos saques e da violência.

O premiê afirmou que as pessoas que tiveram suas casas e seus negócios danificados irão ser compensadas, mesmo que não estejam assegurados nos termos da lei de tumultos.

O custo de 200 milhões de libras (R\$ 523,7 milhões) será amparado pelo governo, que também irá assumir os custos de zelar pelas pessoas que perderam suas casas.

Cameron atribuiu a responsabilidade pelos saques e violência às “ganges”. “Não se trata de pobreza, se trata de cultura. Deve haver mais responsabilidade. No cerne do problema estão as gangs”, disse.

Ele ainda afirmou perante o Parlamento que pediu uma investigação sobre as gangs, cujo relatório será divulgado em outubro.

¹⁸⁷ Disponível em: <http://igepri.org/news/2011/08/premie-britanico-sugere-dar-maiores-poderes-a-policia-nas-redes-sociais/> [Acesso em 22 de Novembro de 2011]

¹⁸⁸ Instituto de Gestão Pública e Relações Internacionais.

O Parlamento britânico se reuniu em sessão extraordinária pela onda de violência iniciada em Londres e que nos últimos dias se estendeu para outras cidades inglesas, com ao redor de mil detidos.

A maior presença policial e a chuva intensa que caiu na noite desta quarta-feira em algumas partes do país parecem ter evitado um quinto dia de vandalismo em algumas áreas afetadas pelos distúrbios nas últimas noites.

Em Londres, a Polícia Metropolitana (Scotland Yard) já deteve 888 pessoas por suposto envolvimento em atos violentos, desordem e saques, e 371 tiveram acusações apresentadas contra si.

Juizados municipais em várias cidades inglesas como Londres, Manchester e Solihull, em West Midlands, permaneceram em funcionamento durante a última noite para agilizar os vários casos diante da avalanche de detenções.

Na região de West Midlands, onde está Birmingham, os agentes praticaram até o momento mais de 300 detenções, e em Manchester e no subúrbio de Salford foram detidas outras cem pessoas.

A cidade de Birmingham manteve durante a madrugada uma vigília pelos três homens asiáticos mortos após serem atropelados por um veículo quando tentavam proteger o lugar onde moravam. A polícia está tratando o caso como assassinato, pelo que está investigando um homem de 32 anos.”

Transcrição do artigo retirado do Jornal SOL *online*¹⁸⁹, publicado em 10 de Março de 2011.

“PSP atenta a redes sociais e grupos radicais para a manifestação de sábado”

“A PSP está a monitorizar todos os movimentos das redes sociais e dos grupos de extrema-direita e esquerda, para acompanhar «a par e passo» o protesto «geração à rasca», marcado para sábado em 11 cidades.

Fonte policial disse hoje que os movimentos nas redes sociais, nomeadamente o Facebook, que se referem ao protesto, estão a ser vigiados, tendo motivado várias reuniões nos vários comandos nos últimos dias.

A fonte indicou que a Polícia de Segurança Pública (PSP) está a preparar-se para acompanhar a manifestação com o mesmo grau de rigor e prontidão que disponibilizou aquando da cimeira da NATO, que decorreu em Lisboa, no final de Novembro passado.

A PSP está com especial atenção ao evoluir da situação que envolve elementos de grupos de extrema-direita e de extrema-esquerda que já manifestaram intenção de se associar ao protesto.

A mesma fonte garantiu que a PSP está a preparar-se para esta manifestação como se de uma **«black-bloc»** se tratasse, nome dado a uma estratégia de manifestação e protesto anarquista, na qual grupos de afinidade mascarados e vestidos de negro se reúnem.

Entretanto, a Direcção Nacional da PSP disse que **«irá montar um dispositivo que será o menos ostensivo possível e só se existir necessidade é que evolui para outro grau»**.

¹⁸⁹ Disponível em: http://sol.sapo.pt/inicio/Sociedade/Interior.aspx?content_id=13786 [Acesso em 22 de Novembro de 2011]

Para esta força policial, **«o facto de ser uma manifestação ímpar no panorama nacional, cuja génese foram as redes sociais, não a torna diferente das outras manifestações públicas no que ao seu princípio diz respeito»**, garantindo **«o livre exercício do direito de manifestação a todos os cidadãos (...) como parte integrante da ordem e tranquilidade que se pretende manter»**.

Segundo o blogue geracaoenrascada.wordpress.com indica que o protesto vai decorrer em Lisboa, Porto, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Funchal, Guimarães, Leiria, Ponta Delgada e Viseu, tendo uma das organizadoras dito à Lusa que já há mais de 45 mil pessoas prontas a participar.

Contudo, a principal preocupação da Polícia está centrada em Lisboa, onde se aguarda a concentração de milhares de pessoas, a partir das 15 de sábado, na Avenida da Liberdade.

Na página do Facebook da iniciativa, o apelo é lançado aos **«desempregados, 'quinhentoseuristas' e outros mal remunerados, escravos disfarçados, subcontratados, contratados a prazo, falsos trabalhadores independentes, trabalhadores intermitentes, estagiários, bolseiros, trabalhadores-estudantes, estudantes, mães, pais e filhos»**.

O protesto pretende **«desencadear uma mudança qualitativa do país»** e lutar contra a **«situação precária»**.

«Protestamos para que todos os responsáveis pela nossa actual situação de incerteza – políticos, empregadores e nós mesmos – actuem em conjunto para uma alteração rápida desta realidade, que se tornou insustentável», lê-se no manifesto.”

Lusa/SOL

Transcrição do artigo retirado do Jornal Público *online*¹⁹⁰, publicado em 01 de Abril de 2012.

“Governo britânico quer apertar vigilância na *Internet*”

“O Ministério britânico do Interior confirmou, neste domingo, que está a preparar legislação com vista à monitorização em tempo real de toda a actividade *online* no Reino Unido – o que inclui emails, navegação em sites, blogues e redes sociais, e documentos. O combate ao crime e ao terrorismo está a tornar-se em invasão de privacidade, denunciam os críticos da proposta.

Os órgãos de comunicação ingleses dizem que a nova lei deve ser anunciada a 9 de Maio, no discurso da Rainha, e que prevê um aperto da vigilância na *Internet* mas não só. O Governo de David Cameron quer ainda que os serviços de informação possam aceder a chamadas telefónicas, no momento em que estão a ocorrer, sem a necessidade de um mandado judicial.

“É vital que a polícia e os serviços de segurança sejam capazes de obter dados de comunicações em certas circunstâncias, para investigar crimes sérios e [actos de] terrorismo, e para proteger as pessoas”, disse um porta-voz do Ministério do Interior, citado pela BBC, acrescentando que é necessário assegurar que as autoridades continuam a ter acesso a essa informação à medida que as tecnologias mudam.

¹⁹⁰ Disponível em: <http://www.publico.pt/Mundo/governo-britanico-quer-apertar-vigilancia-na-internet-1540328> [Acesso em 7 de Abril de 2012]

“Conforme está estabelecido na Análise de Defesa Estratégica e de Segurança, vamos legislar, assim que o calendário do Parlamento o permita, para garantir que a utilização de dados de comunicação é compatível com a abordagem do Governo às liberdades civis”, afirmou ainda.

O problema com este tipo de legislação é que é mesmo vista como um ataque à privacidade. Nem sequer seria necessário esperar pelas reacções a esta proposta dos conservadores para conhecer o entendimento que os britânicos têm desta matéria. É que ainda em 2009 os trabalhistas, então no Governo, tentaram aprovar legislação idêntica, mas foram obrigados a deixá-la cair, dada a oposição com que a proposta foi recebida. E essa oposição não foi apenas política e popular. Foi também empresarial, veiculada pelas operadoras de *Internet* e telefone, devido à dificuldade e ao custo de implementação de um sistema funcional.

Os conservadores criticaram a proposta na altura e continuam a fazê-lo agora, que estão no poder. É o caso do deputado David Davis, que a considera “uma extensão desnecessária da capacidade do Estado para bisbilhotar as pessoas comuns”. O que se estão a propor fazer não é focarem-se nos terroristas ou nos criminosos, mas nos emails, chamadas telefónicas e acesso à rede de toda a gente”, disse à BBC.

O que preocupa este deputado é ainda o facto de o Governo preparar-se para propor que esta “monitorização”, como lhe chamam, seja feita dispensando qualquer mandado judicial. Algo que não é possível actualmente. “Não se deveria ultrapassar isso numa sociedade decente e civilizada, mas é o que está a ser proposto.”

“Isto é mais ambicioso do que qualquer outra coisa que tenha sido feita antes. É um passo muito drástico numa democracia”, disse o director da Liberty, Shami Chakrabarti. O principal responsável de outra organização de defesa dos direitos humanos, a Big Brother Watch, foi mais longe e disse tratar-se de “um passo sem precedentes, que levará o Reino Unido a adoptar o mesmo tipo de vigilância que se encontra na China e no Irão”.

“Isto é um ataque absoluto à privacidade *online* e está longe de ser claro que vá realmente melhorar a segurança pública, ao mesmo tempo que acrescenta custos significativos para empresas de *Internet*”, sublinhou ainda Nick Pickle”

Notícia do Expresso *online*

Transcrição do artigo – vídeo¹⁹¹ – retirado da rede social *youtube*¹⁹², que mostra uma aluna com atitudes agressivas e ofensivas para com a professora. O caso ocorreu em 2008, numa escola do Porto, após a professora ter retirado o telemóvel à jovem.

“Uma professora de francês da Escola Secundária Carolina Michaelis, no Porto, foi brutalizada, em plena aula, quando tentava tirar o telemóvel a uma aluna. Os restantes alunos assistiram e filmaram. O vídeo está no youtube.

O episódio foi filmado pelos alunos e está no youtube. Enquanto a professora tentava tirar o telemóvel à estudantes, os restantes alunos assistiam e riam-se da situação.

Nos comentários ao vídeo no youtube a atitude é criticada por outros alunos da escola. Ministério abre inquérito.

Contactada pelo Expresso a Direcção Regional de Educação do Norte (DREN) disse que só hoje teve conhecimento do caso, através de um e-mail enviado por uma cidadã. António Leite, director-adjunto da DREN, ordenou à escola a abertura de um inquérito. E adiantou que o Conselho Directivo da escola soube do caso através da DREN.

A presidente do Conselho Directivo, não se mostrou disponível para prestar declarações ao Expresso.

O Sindicato de Professores do Norte não tem conhecimento do caso.”

¹⁹¹ Vídeo colocado na rede social *youtube* a 20 de Agosto de 2008

¹⁹² Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=Z2UKBSVol_c [Acesso em 7 de Abril de 2012]

Transcrição do artigo retirado do Jornal Público *online*¹⁹³, publicado em 25 de Abril de 2010.

“O seu novo amigo no *Facebook* pode ser um agente do FBI”

“As autoridades judiciais e policiais estão à espreita no mundo digital - Redes sociais como o Facebook, o Twitter ou o MySpace são quotidianamente usadas pelas polícias de todo o mundo. Incluindo a portuguesa”

«O que têm em comum Maxi Sopo, um habitante de Seattle de origem camaronesa que praticou um crime de fraude bancária, e Pasquale Manfredi, figura de topo da máfia calabresa? Para além de serem ambos suspeitos da prática de crimes, partilham o facto de terem sido detidos à moda da Web 2.0: através de redes sociais online.

Depois da fraude, Maxi Sopo evaporou-se dos Estados Unidos com um bilhete só de ida para o México. Não contente com a fuga, resolveu publicitá-la. Entre uma *piña colada* e um *daiquiri*, o cidadão norte-americano ia descrevendo na rede social Facebook a sua “vida no paraíso”. Mas as mensagens que Sopo achava que estavam apenas a ser lidas pelos seus amigos, estavam também a ser vistas pela justiça americana. Um procurador do Ministério Público de Seattle pesquisou a lista de contactos do suspeito e deu com a sua morada. Em menos de nada, as autoridades mexicanas detiveram Sopo, que deverá em breve começar a ser julgado nos EUA.

A milhares de quilómetros de distância, do outro lado do Atlântico, Pasquale Manfredi viveu uma história semelhante. O homem de 33 anos, formalmente acusado dos crimes de homicídio, associação criminosa e tráfico de droga, foi localizado pela polícia italiana através da sua rede de contactos no Facebook. Manfredi, que usava o *nickname* Georgie na rede social, não se limitava a usar a rede para socializar. Utilizava-a também para enviar mensagens em código e se manter em contacto com os outros companheiros da Ndrangheta, a máfia instalada na região da Calábria.

Pode dizer-se que Maxi Sopo e Pasquale Manfredi aprenderam uma valiosa lição: as autoridades judiciais e policiais estão à espreita no mundo digital. Num documento interno do Departamento de Justiça norte-americano recentemente publicado no site noticioso The Huffington Post, os agentes da polícia federal norte-americana foram incentivados a fazerem uso das redes sociais, que podem “revelar comunicações pessoais, aclarar motivos e relações pessoais, proporcionar informação sobre a localização, provar ou refutar coordenadas e estabelecer crimes ou projectos criminosos».

Em resumo, redes sociais como o Facebook, o Twitter ou o MySpace são hoje quotidianamente usadas pelas polícias de todo o mundo. Incluindo a portuguesa.

PJ à espreita nas redes sociais

Contactado pelo PÚBLICO, Carlos Cabreiro, coordenador da investigação criminal da Polícia Judiciária (PJ), confirmou que durante o processo de investigação os agentes fazem uso das redes sociais, bem como de qualquer plataforma aberta que possa dar mais informações acerca do paradeiro ou das motivações de determinado suspeito. “Evidentemente que a polícia, dentro das suas limitações, podendo utilizar a *Internet* como fonte aberta de informação, a utiliza. No fundo, e fazendo uma comparação, é como se fosse uma biblioteca. A PJ faz uso das

¹⁹³ Disponível em: http://www.publico.pt/Tecnologia/o-seu-novo-amigo-no-facebook-pode-ser-um-agente-do-fbi_1433917 [Acesso em 7 de Abril de 2012]

redes sociais, das fontes abertas da *Internet*, faz uso de sites onde a informação está disponível para, eventualmente, chegar à identificação de suspeitos”, indica o responsável.

«Através da *Internet*, é possível, hoje, chegarmos à identificação de pessoas que cometeram crimes. A *Internet*, como fonte aberta, permite a qualquer agente, hoje, aceder a um Facebook, por exemplo, sem estar a cometer nenhuma ilegalidade», diz ainda Carlos Cabreiro.

Mas uma coisa é procurar suspeitos online, em redes abertas, e outra bem diferente é detê-los e levá-los perante a justiça. Imaginemos um caso semelhante ao de Maxi Sopo: um indivíduo português cometia uma fraude bancária e fugia para o estrangeiro, a partir de onde começava a escrever mensagens em redes sociais que deixavam a descoberto o seu paradeiro. O que acontecia nessa altura? Podia a PJ, no decurso das investigações, ir buscá-lo? A resposta simplificada é: não. As autoridades nacionais teriam de pedir às suas congéneres do país para onde tivesse fugido o suspeito que colaborassem com a justiça portuguesa e o entregassem. Dependendo do sítio para onde tivesse fugido o indivíduo em questão, o processo de expatriação poderia demorar mais ou menos tempo. Se fosse um país fora da UE, a expatriação dificilmente ocorreria em menos de um ano. Se se tratasse de um dos 27 Estados-membros, seria activado um Mandado de Detenção Europeu, bastante mais rápido, que em princípio põe os arguidos no país da prática do crime num período até três meses. De acordo com explicações de um membro da magistratura ao PÚBLICO, “a partir do momento em que a pessoa põe cá fora a informação acerca do seu paradeiro, ela pode ser usada. Essa informação não está a ser usada para condenar a pessoa, apenas para a encontrar”. Assunto diferente é o uso de informações publicadas em redes sociais online para fazer prova da prática de crimes, uma vez que, para esse fim, será necessário combinar a informação obtida na fonte aberta com outra que leve à identificação segura da pessoa. Ora, tal poderá implicar a obtenção de dados de comunicações (conteúdo das comunicações ou o IP do utilizador e a conta associada a este, por exemplo). Pode dizer-se que a lei portuguesa é muito cautelosa na protecção da privacidade das pessoas.

Ou seja, um juiz (é sempre preciso a autorização de um magistrado) tem de ponderar a relevância da interceptação de dados colocados numa rede social para a investigação, contrabalançando-a com a privacidade. E a lei portuguesa é muito clara em relação a isto: a intromissão na privacidade das pessoas é um assunto grave e, se se puder chegar à mesma informação - ainda que mais dificilmente — por outros meios, à partida o juiz irá optar por estas soluções alternativas, em vez da interceptação de dados.

FBI tem agentes infiltrados

Nos EUA, a investigação criminal através de redes sociais tem, porém, contornos diferentes dos praticados pela polícia portuguesa. Na mesma notícia em que o Huffington Post publicava a nota interna do Departamento de Justiça incentivando os seus agentes a fazerem uso das redes sociais, o jornal dava ainda conta da possibilidade de os agentes do FBI estarem autorizados a criar perfis falsos durante a investigação, de forma a trocarem mensagens directas com os suspeitos e conseguirem informações privadas.

Entre os objectivos destas práticas dignas de agentes infiltrados, contam-se, segundo o Hunffington Post, a confirmação de álibis de suspeitos comparando as histórias contadas à polícia com, por exemplo, *tweets* e mensagens de *status* publicadas durante os períodos em questão; fotografias que possam indicar gastos acima das expectativas e eventuais ligações a parceiros de crime. Foi precisamente com base neste tipo de expedientes mais sub-reptícios que a EFF (Electronic Frontier Foundation) — uma organização americana, sem fins lucrativos, que luta pelos «direitos digitais» dos cidadãos — decidiu processar o Departamento de Justiça e cinco outras agências norte-americanas num tribunal federal, com o objectivo de obrigar as autoridades a explicarem, de forma transparente, as suas políticas de uso das redes sociais no curso das investigações.

Em Portugal, uma coisa semelhante não seria legalmente permitida. A figura do agente infiltrado tem regras muito específicas, não podendo ser usada em todo o tipo de crimes e, sobretudo, não podendo transformar-se num «agente provocador» — ou seja, aquele que instiga a acção. Isso não é permitido na lei portuguesa. Ninguém pode provocar um crime para investigar. Isso é considerado «ir longe demais». É, no fundo, criar uma vontade onde ela não existe. As próprias regras de uso das redes sociais proíbem, aliás, a criação de perfis falsos. O Facebook, por exemplo, especifica que os seus utilizadores «não deverão dar nenhuma informação pessoal falsa, ou criar contas em nome de outras pessoas sem a sua permissão». Já o Twitter proíbe os seus membros de fornecerem informação enganadora ou falsa e, de igual modo, o MySpace requer que toda a informação colocada online na sua rede seja «verdadeira e rigorosa».”

Transcrição do artigo retirado do Jornal Público *online*¹⁹⁴, publicado em 24 de Maio de 2011.

“PGR sem meios para casos como o do vídeo de agressão violenta a jovem em Benfica”

“A Procuradoria-Geral da República admitiu esta tarde que o Ministério Público «não tem peritos informáticos ao seu serviço capazes de detectar, em tempo útil, crimes divulgados nas redes sociais».”

“O esclarecimento surgiu em resposta a perguntas da comunicação social sobre um vídeo, que foi colocado no facebook, com imagens de uma jovem a ser espancada por outras duas perante a passividade e até regozijo de outros, que assistiram à cena. Um rapaz gravou o sucedido e colocou o vídeo na *internet*.

A PGR confirmou, na mesma nota, que “a Polícia de Segurança Pública já está a investigar quem são os autores e a vítima”. Ao fim da tarde, a Rádio Renascença adiantou que a polícia já identificou a jovem agredida e que conseguiu inclusive falar com os seus pais, que não terão mostrado vontade de apresentar queixa. Ao PÚBLICO, o serviço de relações públicas da PSP indicou que desconhecia esta evolução.

O espancamento da jovem pode configurar um crime de ofensas corporais qualificadas. Neste tipo de crime não é necessária a apresentação de uma queixa para se iniciar uma investigação. O processo está a ser seguido pela Procuradoria, nomeadamente através do Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa (DIAP). Apesar de frisar que falta ao Ministério Público “apoio especializado em matéria de crimes através da *Internet*, divulgados na *Internet* ou com o uso da *Internet*”, a PGR indicou que, neste processo, dará à PSP “o apoio informático que for possível e necessário para a recolha de prova”.

Em declarações ao PÚBLICO, uma responsável do serviço de relações públicas da PSP esclareceu que a polícia soube do sucedido através de um mail que lhe chegou com o vídeo do espancamento, a que também teve acesso pelas redes sociais. A investigação está a cargo do Departamento de Investigação Criminal, que já entregou ao DIAP os elementos de que dispõe, acrescentou.

¹⁹⁴ Disponível em: http://www.publico.pt/Sociedade/pgr-sem-meios-para-casos-como-o-do-video-de-agressao-violenta-a-jovem-em-benfica_1495715 [Acesso em 7 de Abril de 2012]

Segundo a PGR, "o Tribunal de Família e Menores está já ao corrente da situação para oportunamente tomar as medidas necessárias".

O vídeo terá sido filmado na zona de Benfica, junto ao centro comercial Colombo. As imagens são de uma grande violência. Tudo começa com uma troca azeda de palavras, sendo depois uma das raparigas, de 14 anos, agredida com chapadas, puxões de cabelo e pontapés em todo o corpo por duas outras jovens. A cena é filmada por um rapaz, que chega a pedir a outro que não se ponha na frente para melhor captar as imagens. Ouvem-se risos e ninguém tenta evitar as agressões.

"É assustador"

Segundo a SIC, o jovem que colocou o vídeo no Facebook chama-se Rodolfo Santos e frequentou a Escola Secundária Alberto Neto, em Queluz, o mesmo estabelecimento de ensino onde, segundo a mesma estação, estuda a vítima de agressão. Em declarações ao PÚBLICO, o director do estabelecimento de ensino, José Brasão, confirmou que tiveram um estudante com aquele nome, mas que abandonou a escola em Outubro de 2009.

Rodolfo terá 18 anos, o 7º ano de escolaridade e frequenta uma escola profissional na zona da Amadora, adiantou a SIC. Segundo José Brasão, dos envolvidos no vídeo apenas "a agredida poderá eventualmente ser aluna" da sua escola. A sua identidade ainda não foi estabelecida em definitivo, acrescentou, mas a ser a jovem que a escola supõe terá 14 anos. Até agora a família não contactou a escola. Segundo uma funcionária do estabelecimento, a adolescente já "não vai à escola há muito tempo". Já o director afirma que, se for a aluna que pensa, não deixou de ir assim há tanto tempo.

Na escola secundária Padre Neto, em Queluz, estudam cerca de dois mil alunos. "Não vejo um estudante desta escola ser capaz de fazer o que se vê no vídeo, porque nunca os vi fazer uma coisa dessas aqui. Temos incidentes, que são naturais nestes níveis etários mas uma violência gratuita como esta nunca tivemos. É assustador", disse José Brasão. "Como cidadão espero que os culpados sejam castigados. Como pai espero que nunca aconteça a um filho meu", acrescentou."

Transcrição do artigo retirado do *site* da Rádio Renascença¹⁹⁵, conta com a análise do Professor LUIS SANTOS – Professor de Novas Tecnologias na Universidade do Minho – quanto à divulgação pública do vídeo no caso "*facebook*".

"PSP identifica jovem agredida em escola, familiares não querem fazer queixa"

"As autoridades estão agora a tentar identificar as duas agressoras e o autor do vídeo que foi colocado na *internet*.

A PSP já identificou a jovem que surge num vídeo publicado nas redes sociais a ser agredida por duas outras adolescentes numa escola da zona de Lisboa.

A **Renascença** sabe que a polícia já conseguiu inclusive falar com os pais da vítima e que estes não se mostraram interessados em apresentar queixa.

¹⁹⁵ Disponível em: http://rr.sapo.pt/rubricas_detalhe.aspx?fid=39&did=10479 [Acesso 7 de Abril de 2012]

A PSP procura agora identificar as agressoras e também os outros jovens que surgem no vídeo, em especial o autor da filmagem e responsável pela sua colocação na *internet*.

Enquanto procura reunir todos os dados sobre este caso, a PSP já enviou a informação disponível para o Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa. Será portanto o Ministério Público a decidir se, mesmo não havendo queixa da vítima, o caso será tratado como crime público, dando lugar a um inquérito crime.

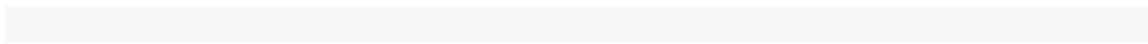
Este vídeo – colocado na *internet* no passado domingo e hoje revelado pela SIC – tem cerca de 90 segundos e revela a violenta agressão de uma rapariga por parte de outras duas.

Divulgação do privado é “cada vez menos a exceção e cada vez mais a regra”

Luís Santos, professor de Novas Tecnologias na Universidade do Minho, considera que a facilidade com que o incidente passou para as redes sociais é o exemplo de um problema que se está a enraizar.

“O que acontece com a divulgação pública de momentos privados está a tornar-se cada vez menos a exceção e cada vez mais a regra. O que se nota é que as estruturas tradicionais do nosso viver social ainda não conseguiram acompanhar o ritmo”, afirma Luís Santos.

“Há uma espécie de diferença de espaço entre a velocidade a que estas coisas acontecem e a velocidade a que as estruturas normais da nossa organização social se adaptam. A própria lei, as estruturas policiais, as estruturas educativas, o relacionamento familiar - todos estes nódulos do nosso viver social estão aqui um bocadinho postos em causa”, refere ainda Luís Santos.”



Anexo E – PUBLICAÇÃO *online* DE VÍDEO

Artigo – vídeo¹⁹⁶ – retirado da rede social *youtube*¹⁹⁷, que mostra a notícia de um vídeo de duas jovens a espancar outra.

Segundo a notícia, o caso foi resolvido na justiça e as jovens agressoras foram condenadas a penas de prisão.

O caso ocorreu em 2008, no Estado da Florida - Brasil, quando duas jovens convidam uma colega para ir a casa de uma delas. De acordo com os pais da vítima, o convite foi formulado com intensão de agredi-la, filmar o episódio e colocar na *internet*.



¹⁹⁶ Vídeo colocado na rede social *youtube* a 10 de Abril de 2008

¹⁹⁷ Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=pAMdnd_N4Gk&feature=fvwrel [Acesso em 7 de Abril de 2012]

Anexo F – RECORTES DE JORNAL

Jovem agredido por já não roubar

CASTRO DAIRE ■ IA PARA A ESCOLA QUANDO TRÊS COLEGAS O ATACARAM

Agressores, entre os 18 e os 21 anos, estão identificados pelos 32 segundos de violência contra um colega (ao centro) que saiu do gang



Jovem agredido por já não roubar

■ Vítima, de 18 anos, filmada a sofrer represálias de assaltantes com quem deixou de alinhar

■ ISABEL JORDÃO

Um jovem, de 18 anos, foi agredido a murro por três amigos, em retaliação por ter deixado de os acompanhar nos assaltos que faziam a estabelecimentos comerciais, em Castro Daire. A violenta agressão foi filmada com um telemóvel por outro membro do grupo, que colocou o vídeo no Youtube.

A agressão ocorreu em Outubro do ano passado e os três agressores e o autor do vídeo, com idades entre os 18 e os 21 anos, foram agora identificados pela GNR – sendo suspeitos de um crime de ofensas à integridade física.

Segundo uma fonte policial, a agressão ocorreu em “reação à conflitualidade gerada por a vítima ter deixado de querer pertencer ao grupo”, que é “suspeito de pequenos furtos” na vila.

No vídeo, com a duração de 32 segundos – que foi colocado no

Youtube, no dia 2 deste mês e ontem à tarde tinha 105 visualizações – vê-se o jovem a caminhar pelo passeio quando é abordado pelos três agressores que, de imediato, partem para a violência.

O jovem ia para a escola, bem como dois dos três agressores, já que o mais velho abandonou os estudos. O caso está a ser investigado pelo NIC da GNR de Viseu, na sequência da queixa da vítima. ■

Vídeo das agressões colocado na internet. GNR investiga

Ver vídeo em www.cmjornal.pt

Fonte: Jordão, Isabel. *Jovem agredido por já não roubar*. Jornal Correio da Manhã, 15 de Março de 2012.

Mensagens no facebook acabaram em estalada em escola da Azambuja

Mensagens no Facebook acabaram em estalada em escola da Azambuja

Violência. Pais de jovem agredida foram à GNR. Diretora diz não se tratar de caso de 'bullying'

HEIDER ROBALO

Uma troca de mensagens no Facebook, entre três amigas, acabou em estalada no pátio da escola secundária da Azambuja. O caso aconteceu no final de janeiro, mas só agora foi revelado publicamente. E tal como noutros casos este só passou para o domínio público porque os colegas, em vez de separarem as três alunas, preferiram filmá-las e até tirar fotografias.

Tudo aconteceu no dia 24 de janeiro. António Pires, o pai de uma jovem de 16 anos, a que terá sido agredida por duas de 15 e 18 anos, não gostou de ver o vídeo das agressões e apresentou queixa na GNR, prometendo ir até às últimas

consequências, e considerando que se tratava de um ato de *bullying*. Em declarações à RTP, António Pires diz ter demorado oito dias a apresentar a queixa na GNR, esperando que, durante esse período, os pais das duas agressoras pedissem desculpa pelo ato violento. O pai da jovem garante que esta teve de receber tratamento hospitalar em função das alegadas agressões – socos e pontapés.

Fernanda Silva, diretora adjunta da escola, afirmou ao DN que não se trata de um caso de *bullying*, e este está a ser acompanhado desde o primeiro momento. "Temos um relato de tudo o que sucedeu porque uma professora e uma funcionária aperceberam-se do sucedido e entrevistaram logo,

OUTROS CASOS

PORTO

► **Telemóvel** Vídeo publicado em 2008 no YouTube mostra aluna aos gritos a tentar tirar telemóvel apreendido à professora.

LISBOA

► **Facebook** Vídeo publicado em 2011 por jovem de 18 anos permitiu descobrir agressão a jovem por parte de duas colegas.

ALBARRAQUE

► **Agressões** Em 2011, alunos da EB 2,3 de Albarraque, Sintra, filmavam agressões a outros alunos e colocavam vídeos na Net.

separando as alunas", diz. A escola instaurou um processo disciplinar – poderá resultar desde uma repreensão escrita a uma suspensão por dez dias. "Logo no dia, as alunas foram presentes ao diretor e mostraram-se arrependidas", explicou Fernanda Silva, adiantando mesmo que, no dia seguinte, quando prestaram declarações para o processo, "as alunas pediram desculpa umas às outras".

A responsável da escola mostra-se estupefacta com a divulgação pública do caso. "No dia 25, os pais da jovem de 16 anos, antes de virem falar connosco, preferiram falar com um jornalista", lamenta. Fernanda Silva garante que, "até agora, a direção da escola ainda não foi contactada pela GNR".

Fonte: Robalo, Helder. *Mensagens no facebook acabaram em estalada em escola da Azambuja*. Jornal Correio da Manhã. Fevereiro de 2012.

PSP prende autor de vídeo que agrediu jornalista

RUDOLFO SANTOS, 18 ANOS, INTERROGADO EM TRIBUNAL E POSTO EM LIBERDADE

PSP prende autor de vídeo que agrediu jornalista

■ A PSP de Lisboa deteve ontem de manhã, na Amadora, Rudolfo Santos, conhecido por filmar uma brutal agressão e divulgá-la no Facebook. O jovem de 18 anos foi preso pelo crime de ofensa à integridade física qualificada – pontapeou uma jornalista do *Correio da Manhã* à saída do tribunal.

Rudolfo Santos, recorde-se, tinha acabado de ser condenado

a dois anos e dois meses de prisão, com pena suspensa, pelo mesmo tipo de crime contra uma menor.

De acordo com a PSP, Rudolfo foi detido por elementos da Divisão de Investigação Criminal depois de o Ministério Público promover um mandado de detenção. Presente a tribunal, saiu com apresentações periódicas à PSP da área de residência. ■ J.C.R.



Rudolfo pontapeou jornalista depois de ser condenado

Fonte: J.C.R. *PSP prende autor de vídeo que agrediu jornalista*. Jornal Correio da Manhã.

Filmam agressão a aluna na escola

20

SOCIEDADE

Terça-feira, 14.02.2012 CORREIO DA MANHÃ

AZAMBUJA ■ ESCOLA VAI SUSPENDER AS ALUNAS AGRESSORAS



António Pires, pai da aluna agredida, de 16 anos, apresentou queixa na GNR

Filmam agressão a aluna na escola

■ Agressão foi motivada por um comentário a uma fotografia na rede social Facebook

● JOANA NOGUEIRA

Uma aluna de 16 anos da Escola Secundária da Azambuja foi agredida por duas colegas, de 15 e 18 anos, no pátio da escola, devido a um comentário a uma fotografia na rede social Facebook. Um colega filmou as agressões com um telemóvel. As imagens já foram apagadas. Os pais da aluna agredida apresentaram queixa na GNR e

esperam agora que a escola puna as agressoras.

“A minha filha foi agredida no dia 24 de Janeiro por duas colegas. Como se queixou com dores na cabeça, levámo-la ao centro de saúde da Azambuja e depois ao hospital de Vila Franca de Xira. Fez quatro radiografias e foram diagnosticados três hematomas na cabeça”, revela António Pires, mostrando o recibo dos 108 euros relativos à urgência, documento que vai enviar para a di-

recção da escola, por considerar que cabe aos pais das alunas agressoras assumir a despesa.

“Esperei alguns dias na esperança de que alguém viesse falar comigo. Como isso não aconteceu, apresentei queixa na GNR no dia 30 de Janeiro”, explicou.

Ao CM, a direcção da escola garante que o processo disciplinar está concluído e que as agressoras serão suspensas, faltando apenas notificar os encarregados de educação. ■

Colega filmou a agressão mas imagens já foram apagadas

Fonte: Nogueira, Joana. *Filmam agressão a aluna na escola*. Jornal Correio da Manhã. 14 de Fevereiro de 2012.

Aluno ameaçado pelo facebook

18 SOCIEDADE Sexta-feira, 23.03.2012 CORREIO DA MANHÃ

BENAVENTE ■ MÃE JÁ FEZ TRÊS QUEIXAS NA GNR CONTRA AGRESSORES



Agostinha Garcia recebeu 1,76 euros de reembolso de despesas, ao abrigo do seguro escolar

Aluno ameaçado pelo Facebook

■ Estudante de 12 anos atingido a pontapé nos testículos esteve internado e de baixa oito dias

● JOÃO NUNO PEPINO

A mãe do aluno da EB 2,3 Duarte Lopes, em Benavente, vítima de bullying desde o início do ano lectivo, já apresentou três queixas na GNR, mas as agressões ao filho, de 12 anos, continuam. Agostinha Garcia está “desesperada” e teme pela integridade física da criança, porque as ameaças têm subido de tom.

Em Fevereiro, o miúdo foi agredido com um pontapé nos testículos e o caso teve consequências graves. Quatro dias depois, deu entrada na Urgência no Hospital da Estefânia. “Esteve oito dias em casa, em repouso absoluto”, conta a mãe, adiantando que, como reembolso das despesas, ao abrigo do seguro escolar, recebeu um cheque de 1,76 euros, porque “parte dos medicamentos não são comparticipados”. O último caso, de usurpação de

identidade no Facebook, ocorreu esta semana. Agostinha Garcia estranhou ver que o filho estava on-line, uma vez que já se tinha deitado. Ao iniciar uma conversa, foi ofendida com palavrões e ameaçada de morte por alguém que sabia onde morava e disse: “Faço uma espera com uma navalha ao teu filho, à porta da escola”. No dia seguinte, mostrou a conversa aos responsáveis do agrupamento, que a aconselharam a apresentar queixa na GNR. ■

Alguém se fez passar pela vítima e ameaçou a mãe

Fonte: Pepino, João. *Aluno ameaçado pelo facebook*. Jornal Correio da Manhã. 23 de Março de 2012.